

# 08 RELATÓRIO & CONTAS





Por mais oxigénio,  
por mais liberdade,  
por mais sorrisos.  
É por isso que  
fazemos cada vez  
mais pelo ambiente.

# ÍNDICE

| CAP   | PÁG |   |
|-------|-----|---|
| 1     | 6   | <b>MENSAGEM DO PRESIDENTE</b>   |
| 2     | 8   | <b>GOVERNO DA SOCIEDADE</b>   |
| 2.1   | 8   | Missão, Objectivos e Políticas da Empresa   |
| 2.2   | 9   | Regulamentos internos e externos a que a Empresa está sujeita                     |
| 2.3   | 10  | Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas             |
| 2.4   | 10  | Informação sobre outras transacções   |
| 2.5   | 10  | Modelo de Governo e identificação dos mebros dos Órgãos Sociais                   |
| 2.6   | 11  | Estatuto remuneratório fixado   |
| 2.7   | 14  | Análise da sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental |
| 2.8   | 16  | Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo                            |
| 2.9   | 16  | Apresentação do Código de Ética   |
| 2.10  | 17  | Critérios de imputação dos Custos Corporativos por Unidade de Negócio             |
| 3     | 18  | <b>PARTICIPADAS</b>   |
| 4     | 19  | <b>SÍNTESE DE GESTÃO</b>  |
| 4.1   | 19  | Enquadramento da Actividade   |
| 4.2   | 20  | Síntese de Actividade   |
| 4.3   | 22  | Síntese dos Resultados  |
| 4.4   | 23  | Indicadores CP Global   |
| 5     | 24  | <b>GESTÃO DE MEIOS</b>  |
| 5.1   | 24  | Recursos Humanos  |
| 5.2   | 25  | Frota   |
| 5.3   | 25  | Serviços Partilhados  |
| 6     | 27  | <b>ACTIVIDADE OPERACIONAL</b>   |
| 6.1   | 27  | <b>CP LISBOA</b>  |
| 6.1.1 | 27  | Síntese de Actividade   |
| 6.1.2 | 28  | Síntese dos Resultados  |
| 6.1.3 | 29  | Indicadores - CP Lisboa   |
| 6.2   | 30  | <b>CP PORTO</b>   |
| 6.2.1 | 30  | Síntese da Actividade   |
| 6.2.2 | 31  | Síntese dos Resultados  |
| 6.2.3 | 32  | Indicadores - CP Porto  |
| 6.3   | 33  | <b>CP LONGO CURSO</b>   |
| 6.3.1 | 33  | Síntese da Actividade   |
| 6.3.2 | 34  | Síntese dos Resultados  |
| 6.3.3 | 35  | Indicadores - CP Longo Curso  |
| 6.4   | 36  | <b>CP REGIONAL</b>  |
| 6.4.1 | 36  | Síntese da Actividade   |
| 6.4.2 | 37  | Síntese dos Resultados  |
| 6.4.3 | 38  | Indicadores - CP Regional   |
| 6.5   | 39  | <b>CP CARGA</b>   |
| 6.5.1 | 39  | Síntese da Actividade   |
| 6.5.2 | 40  | Síntese dos Resultados  |
| 6.5.3 | 41  | Indicadores - CP Carga  |
| 7     | 42  | <b>GESTÃO FINANCEIRA</b>  |
| 7.1   | 42  | Introdução  |
| 7.2   | 43  | Resultados do Exercício   |
| 7.3   | 49  | Balanço   |
| 7.4   | 55  | Relações Financeiras CP/ ESTADO e Fundos Comunitários                             |
| 7.5   | 56  | Despesas de Investimento e seu Financiamento                                      |



# ÍNDICE

| CAP | PÁG |   |
|-----|-----|---|
| 8   | 57  | RISCOS FINANCEIROS                                    |
| 9   | 60  | FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO |
| 10  | 61  | EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE DA CP               |
| 11  | 62  | RECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL                               |
| 12  | 62  | APLICAÇÃO DE RESULTADOS                               |
|     | 63  | BALANÇO E CONTAS                                      |
|     | 109 | RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO       |
|     | 114 | CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS                         |
|     | 121 | RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO                          |





É por querermos mais que  
apostamos na inovação e  
implementamos sistemas de  
controle de emissões de CO<sub>2</sub>.  
É no futuro que nos  
inspiramos para continuar  
a sonhar.  
Assim chegamos mais longe.



# 1 MENSAGEM DO PRESIDENTE

**Em termos de produção, transportámos mais Passageiros e em maiores percursos e mantivemos a performance do transporte de mercadorias a níveis semelhantes aos dos últimos anos.**

Neste exercício de 2008, melhorámos o Resultado Operacional em 6% relativamente ao Resultado obtido em 2007 e reduzimos pela primeira vez o seu valor para menos de 100 milhões de euros, alcançando cerca de - 99,7 milhões de euros, facto que não se pode deixar de considerar como histórico e revelador de uma melhoria continuada e consistente da performance da Empresa.

Tal Resultado foi possível face ao aumento relevante dos Proveitos de Exploração e à contenção de Custos possível, não obstante o aumento do preço dos combustíveis e o ambiente de crise que caracterizou a fase final do ano.

No entanto, o peso do endividamento histórico da Empresa e o crescimento das taxas de juro agravaram o resultado financeiro, que se situou em -108 milhões de euros, o que contribuiu, juntamente com a diminuição dos Resultados extraordinários para que o Resultado Líquido fosse de -190 milhões de euros.

Em termos de produção, transportámos mais Passageiros e em maiores percursos e mantivemos a performance do transporte de mercadorias a níveis semelhantes aos dos últimos anos.

Apostámos na melhoria contínua dos serviços prestados aos nossos Clientes, oferecendo mais e melhor transporte, mais segurança, mais facilidade na aquisição dos títulos e melhor informação.

Adequámos os horários, não só na sequência da reabertura do túnel do Rossio, encerrado desde Outubro 2004 e da electrificação da Linha do Sado, mas acima de tudo também para melhor responder às necessidades dos nossos Clientes.

Melhorámos os nossos processos produtivos. A qualidade do nosso serviço foi publicamente reconhecida, representando 2008 um dos marcos da vida da Empresa, ano em que toda a Empresa foi certificada pela ISO 9001:2000 e se tornou a primeira Empresa de transportes, de dimensão nacional, a obter a certificação da qualidade de todos os seus processos críticos de negócio.

Não esquecemos a nossa responsabilidade social, nomeadamente para com os nossos Clientes com necessidades especiais e desenvolvemos e apoiamos inúmeras iniciativas que evidenciaram o nosso compromisso nesta vertente.

Sendo uma Empresa voltada para o futuro, consideramo-nos indispensáveis no negócio da Alta Velocidade que se perfila, quer pela experiência adquirida, quer pela articulação que podemos potenciar entre o transporte na Rede de Alta Velocidade e na Rede Convencional, quer ainda pela flexibilidade que temos em ajustar o nosso modelo de exploração ao faseamento construtivo do Projecto. Desenvolveram-se, por isso, as iniciativas de aprofundamento da estratégia a implementar e identificámos os passos subsequentes, nomeadamente na concretização da política de parcerias e de preparação interna para os desafios que se nos colocam.

Paralelamente e perspectivando o futuro próximo, preparamos o Processo de Concurso para aquisição de novo material circulante pela CP, destinado aos serviços de Passageiros do Regional e das duas Unidades de Urbanos, tendo como objectivo a substituição de material obsoleto e com custos de manutenção elevados e de baixa fiabilidade funcional, bem como promover uma

oferta de qualidade e atender às tendências de aumento da procura.

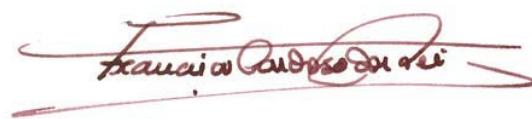
Tendo em vista uma decisão de aquisição/aluguer, iniciámos a análise das necessidades de material circulante de tracção Diesel a afectar à CP Carga, dada a evidente obsolescência do parque existente e os consequentes custos de exploração acrescidos que caracterizam a sua actividade e que contrariam a necessária eficiência exigida em ambiente de mercado liberalizado.

Uma referência à actividade das nossas empresas participadas, que desenvolveram um significativo esforço de melhoria dos respectivos desempenhos, não deixando de raciocinar numa lógica de Grupo e de acompanhamento das necessidades da CP. Igualmente será de salientar, dada sua singularidade, o desenvolvimento com sucesso do processo tendente à alienação da TEX.

**Se preparamos o futuro não deixámos de celebrar o passado e a sólida tradição e cultura ferroviárias** ao comemorar o centenário da Linha do Vouga, ou os 20 anos do serviço Intercidades.

Como nota relevante, salientamos que, apesar de continuarmos a apresentar Resultados Operacionais melhores de ano para ano, o passivo continua a registar significativos agravamentos, quer pela necessidade de financiar o défice de exploração e de investimento, quer sobretudo pela necessidade de financiar os encargos financeiros decorrentes da dívida histórica, situação que justifica um Plano urgente de saneamento financeiro da Empresa.

Nesse sentido o Conselho de Gerência tem vindo a trabalhar com as Tutelas Financeira e Técnica, tendo em vista identificar as possíveis formas de actuação concreta e correctiva da situação, onde a contratação de objectivos de gestão e a contratualização das obrigações de Serviço Público prestadas são peças incontornáveis. Preparamos, nesse sentido, a Carta de Objectivos a celebrar com o Governo e apresentaremos no ano de 2009 as propostas de contratação do Serviço Público referentes à CP Lisboa e CP Porto.



Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis

Obviamente que estes passos necessários e urgentes não serão suficientes, dada a dimensão da dívida histórica, sendo indispensáveis medidas complementares corajosas por parte do accionista Estado que possam anular uma parte substancial daquela dívida.

Este é um dos nossos desafios mais importantes, apesar do cenário económico de crise que se começou a sentir a partir do 1º Semestre 2008, com impacto significativo nas necessidades de mobilidade e transporte de pessoas e bens.

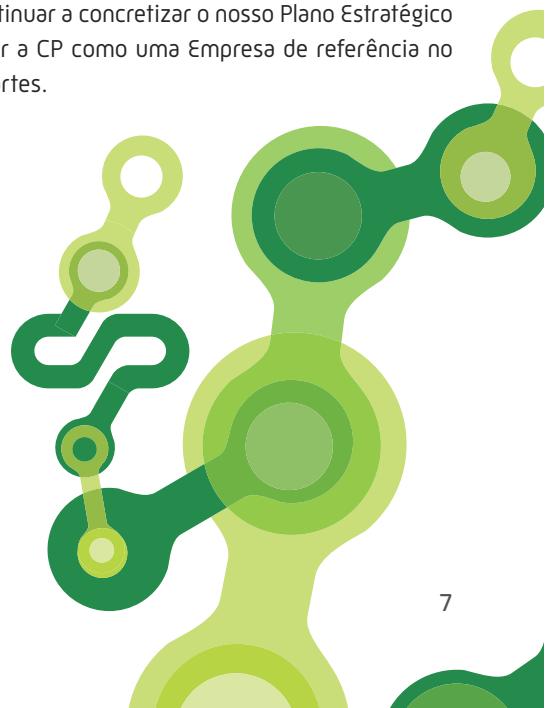
Apesar da incerteza dos tempos que vivemos, estamos cientes que é nos períodos de dificuldades que é necessário uma criatividade acrescida na busca das soluções indispensáveis à obtenção dos objectivos que nos propomos. Para tal contamos com o profissionalismo e dedicação permanente dos colaboradores da CP, que não esquecem que o futuro da Empresa depende em grande parte do seu contributo e a quem dirigimos uma primeira palavra de agradecimento.

Uma palavra de agradecimento à Banca que nos tem acompanhado no esforço de gestão optimizada dos recursos financeiros necessários à nossa actividade.

Uma palavra de agradecimento também pelo acompanhamento diligente e profissional prestado pela Comissão de Fiscalização da CP à actividade desenvolvida.

De igual modo agradecemos de forma reconhecida o apoio recebido das Tutelas Financeira e Técnica, sem o qual não teria sido possível ultrapassar muitas das dificuldades que se nos colocaram neste exercício.

Termino com uma palavra de optimismo e de confiança na nossa capacidade de continuar a concretizar o nosso Plano Estratégico CPmais e a afirmar a CP como uma Empresa de referência no sector dos transportes.



# 2 GOVERNO DA SOCIEDADE

## 2.1 Missão, Objectivos e Políticas da Empresa

A CP tem por missão prestar serviços de transporte ferroviário de Passageiros e de mercadorias, com uma dinâmica de inovação, salvaguarda do ambiente e melhoria de segurança, através de:

- Oferta de comboios competitivos em termos de rapidez, frequência, pontualidade, conforto e higiene
- Promoção da intermodalidade para uma oferta de serviços integrados e ajustados às necessidades dos Clientes
- Pessoal qualificado e motivado, funcionalmente enriquecido e capaz de iniciativas
- Uma organização flexível e capaz de responder aos desafios do mercado
- Prática de sistemas tarifários ajustados com os vários mercados onde opera, tendo em conta a relação preço/qualidade em causa
- Contratualização justa quer dos serviços prestados, nomeadamente do serviço público, quer dos serviços necessários à exploração
- Uma comunicação dinâmica e de qualidade
- Desenvolvimento de parcerias (estratégicas) que reforcem a cadeia de valor dos serviços prestados
- Valorização das relações com as comunidades locais, permitindo aumentar o valor do serviço oferecido aos Clientes e reforçar as quotas de mercado nos segmentos-alvo.

Os objectivos da CP estão consubstanciados no seu programa de transformação estratégica CPmais 2007-2010 e são:

- Ser uma referência no mercado,
- Melhorar os seus resultados,

- Criar valor para o Cliente, para o Accionista Estado e para os Colaboradores.

A estratégia da CP está focada em cinco importantes vectores de actuação:

- Fomentar o aumento sustentado da procura, alavancada numa proactividade comercial e na melhoria da intermodalidade;
- Atenuar os desequilíbrios tarifários que afectam os segmentos de negócio;
- Redefinir os valores, a cultura e a organização, de modo a alinhá-los aos critérios de produtividade;
- Adoptar um modelo de gestão do material circulante que assegure a máxima qualidade do serviço, a segurança e a rentabilidade dos activos;
- Melhorar a eficiência, optimizando os custos de funcionamento.

O programa de transformação estratégica CPmais está alinhado com os Objectivos Estratégicos para o Sector Ferroviário, apresentados pela Tutela Sectorial em Outubro de 2006 que seguem as seguintes linhas de actuação:

- Melhorar a acessibilidade e a mobilidade e que daí decorra um aumento relevante da quota de mercado;
- Garantir padrões adequados de segurança, de interoperabilidade e de sustentabilidade ambiental;
- Promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação;
- Evoluir para um modelo de financiamento sustentável e promotor da eficiência.

## 2.2 Regulamentos internos e externos a que a Empresa está sujeita

No que se refere aos regulamentos internos, são de referir os Regulamentos de Carreiras (Geral, de Condução-Ferrovia/Tracção e de Licenciados e Bacharéis) o Regulamento da Prevenção e Controlo do Trabalho sob o efeito do álcool, de substâncias, estupefacientes ou psicotrópicas, e o Regulamento de Compras.

No âmbito da regulamentação externa, para além da regulamentação técnica de segurança da circulação, são de salientar, pela repercussão que tem nos resultados da Empresa e no funcionamento do mercado através do tratamento equitativo e não discriminatório dos vários operadores o Directório da Rede, emitido pela Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P., na qualidade de gestor da infra-estrutura, e o Regulamento n.º 21/2005, de 3 de Fevereiro de 2005, do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário.

Com efeito, através do Directório são definidas as condições de acesso à infra-estrutura, os princípios, critérios, fases e prazos do procedimento de repartição de capacidade e ainda, os princípios de tarificação e o tarifário relativo à taxa de utilização e aos demais serviços prestados pelo gestor de infra-estrutura.

No Regulamento do INTF n.º 21/2005, de 3 de Fevereiro de 2005, são estabelecidos os métodos e as regras de cálculo aplicáveis à fixação, determinação e cobrança das tarifas devidas pela prestação dos serviços essenciais, adicionais e auxiliares pelo gestor da infra-estrutura, concretizados no Directório de Rede.

Relativamente a algumas disposições e opções estabelecidas no Directório da Rede, é de referir que a CP tem manifestado a sua não concordância por estas introduzirem distorções indesejadas entre tipologias de transporte (Passageiros versus mercadorias) e por não reflectirem o princípio de eficiência na gestão da infraestrutura por parte do gestor (implicando fraca qualidade do serviço para ambas as partes gestor da infraestrutura e operador).

A incompreensível e inaceitável persistência da relação não contratualizada entre a REFER e a CP tem como consequência a distorção do princípio básico da valorização da eficiência e da penalização da gestão ineficiente, que tem como exemplo paradigmático a compensação que a CP dá aos seus Clientes em caso de atraso e que não é objecto de qualquer contrapartida da REFER em situações de sua responsabilidade.

De referir ainda os seguintes Regulamentos do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário:

- Reg. n.º 18/2000, de 31 de Julho de 2000, relativo à "Autorização de circulação de material circulante em exploração";
- Reg. n.º 42/2005, de 3 de Junho de 2005 - Regulamento de Licenciamento - relativo aos procedimentos necessários para obtenção de licenças para o exercício da actividade de transporte ferroviário, bem como as metodologias a adoptar na avaliação do cumprimento dos requisitos a que se refere o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de Outubro.

Finalmente, e no que respeita às condições de prestação do serviço de transporte de Passageiros, importa realçar que a Tarifa Geral de Transporte (TGT) de Passageiros, aprovada pela Portaria n.º 403/75, de 30 de Junho, foi revogada pelo Decreto-Lei n.º 58/2008, de 26 de Março, que estabeleceu as novas condições relativas ao contrato de transporte ferroviário de Passageiros.

O regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes colectivos de Passageiros, o que inclui o transporte ferroviário, consta da Lei n.º 28/2006, de 4 de Julho de 2006, e entrou em vigor no final de 2006. O regime passou a ser contraordenacional.

O IMTT é a entidade competente para a instauração e instrução dos processos de contra-ordenação e para a decisão de aplicação das respectivas coimas referidos quer no Decreto-Lei n.º 58/2008, quer na Lei n.º 28/2006.

Refere-se ainda o Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de Novembro de 2007, que deu nova redacção ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, o qual consignou a obrigatoriedade dos prestadores de serviços de transporte ferroviário disponibilizarem ao público o livro de reclamações nas condições aí descritas.

Cabe ainda referir a Resolução de Conselho de Ministros nº49/2007, de 28 de Março de 2007, no que concerne aos Princípios de Bom Governo dirigidos às Empresas de Sector Empresarial do Estado.

## 2.3 Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas

| NIF       | Nome do Fornecedor  | Valor Facturado |
|-----------|---|-----------------|
| 502937327 | EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA | 83.631.661      |

## 2.4 Informação sobre outras transacções

Em matéria de aquisição de bens e serviços, a CP adopta os procedimentos legais aplicáveis e os referidos no seu Regulamento de Compras e nas Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços.

Relação dos Fornecedores com facturação ultrapassando 5% dos FSE

| NIF       | Nome do Fornecedor                         | Valor Facturado |
|-----------|--|-----------------|
| 503933813 | REFER, EP – Rede Ferroviária Nacional, EP  | 104.944.361     |
| 507846044 | EDP SERVIÇO UNIVERSAL, S.A.                | 21.079.103      |
| 500697370 | PETROGAL, S.A. - Petróleos de Portugal, SA | 19.475.883      |

## 2.5 Modelo de Governo e identificação dos membros dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da Empresa no exercício foram os seguintes:

### Mandato I

(Fundo em 23 de Setembro de 2007, tendo os Membros continuado interinamente em funções até 10 de Janeiro de 2008)

#### Conselho de Gerência

Presidente: Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis  
 Vogal (1): Eng.º Tomás Henrique Ferreira Leiria Pinto  
 Vogal (2): Dr. Adriano Rafael de Sousa Moreira  
 Vogal (3): Prof. Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira  
 Vogal (4): Dr. Paulo José da Silva Magina

### Mandato II

(Início em 11 de Janeiro de 2008)

#### Conselho de Gerência

Presidente: Eng.º Francisco José Cardoso dos Reis  
 Vogal (1): Dr. José Salomão Coelho Benoliel  
 Vogal (2): Dr. Paulo José da Silva Magina  
 Vogal (3): Prof. Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira  
 Vogal (4): Dr. Ricardo Monteiro Bexiga

### Comissão de Fiscalização

Presidente: Dr. Issuf Ahmad

Vogal, ROC: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha

Vogal: Eng.º Carlos Fernando Moreira de Carvalho

### Funções e Responsabilidades:

Presidente

Comunicação e Relações Institucionais

Marketing e Serviço ao Cliente

Organização, Qualidade e Ambiente

Planeamento e Informação de Gestão

Equipa de Missão para a Alta Velocidade

Autoridade de Segurança da Exploração



#### 1º. Vogal

CP Carga

CP Frota

Auditoria Interna e Gestão de Risco

#### 2º. Vogal

Finanças Corporativas

CP Serviços

CP Lisboa

#### 3º. Vogal

CP Regional

CP Longo Curso

Segurança e Coordenação Técnica

#### 4º. Vogal

Recursos Humanos Corporativos

Gabinete da Provedoria dos Clientes

Projectos e Património

Secretaria-Geral Corporativa

CP Porto

Conselho de Gerência

Comissão de Ética

### Auditor externo

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA

Edifício Monumental

Avenida Praia da Vitória, 71 –A, 11º

1069-006 Lisboa

## 2.6 Estatuto remuneratório fixado

### Conselho de Gerência

#### Administradores Executivos

**Presidente** Remuneração de 4.752,55 €, 12 vezes por ano e subsídio de férias e 13º mês  
Despesas de Representação de 1.663,39 €, 12 vezes por ano

**Vogais** Remuneração de 4.204,18 €, 12 vezes por ano e subsídio de férias e 13º mês  
Despesas de Representação de 1.261,25 €, 12 vezes por ano

### Comissão de Fiscalização

**Presidente** Remuneração de 1.188,14 €, 12 vezes por ano

**Vogal, ROC** Remuneração de 1.973,00 €, 12 vezes por ano, facturada à CP, por Alves da Cunha, A. Dias & Associadas, SROC, representada pelo Dr. José Luís Alves da Cunha

**Vogal** Remuneração de 950,51 €, 12 vezes por ano

## Remunerações 2008

## Conselho de Gerência

| Mandato I  | Presidente                | Vogal (1) | Vogal (2) | Vogal (3) | Vogal (4) |
|--|---------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| <b>1. Remuneração</b>  |                           |           |           |           |           |
| 1.1. Remuneração base  | 1.425,77                  | 1.261,25  | 1.261,25  | 1.261,25  | 1.261,25  |
| 1.2. Acumulação de funções de gestão                         | 253,10                    | 253,10    | 253,10    | 253,10    | 253,10    |
| 1.3. Remuneração complementar                                |                           |           |           |           |           |
| 1.4. Despesas de representação                               | 499,02                    | 378,38    | 378,38    | 378,38    | 378,38    |
| 1.5. Prémios de gestão (.....meses)                          |                           |           |           |           |           |
| 1.6. Outras (identificar detalhadamente)                     |                           |           |           |           |           |
| <b>2. Outras regalias e compensações</b>                     |                           |           |           |           |           |
| 2.1. Gastos de utilização de telefones                       |                           |           |           |           |           |
| 2.2. Valor de aquisição, pela Empresa, da viatura de serviço |                           |           |           |           |           |
| 2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço     |                           |           |           |           |           |
| 2.4. Subsídio de deslocação                                  |                           |           |           |           |           |
| 2.5. Subsídio de refeição                                    |                           |           |           |           |           |
| 2.6. Outros (identificar detalhadamente)                     |                           |           |           |           |           |
| <b>3. Encargos com benefícios sociais</b>                    |                           |           |           |           |           |
| 3.1. Segurança social obrigatório                            |                           |           |           | 605,56    |           |
| 3.2. Planos complementares de reforma                        | CGA 851,40;<br>ADSE 44,11 |           |           |           |           |
| 3.3. Seguros de saúde  |                           |           |           |           |           |
| 3.4. Seguros de vida   |                           |           |           |           |           |
| 3.5. Outros (identificar detalhadamente)                     |                           |           |           |           |           |
| <b>4. Informações Adicionais</b>                             |                           |           |           |           |           |
| 4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)                   |                           |           |           |           |           |
| 4.2. Regime Segurança Social                                 | CGA / ADSE                |           |           |           |           |
| 4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005                    | sim                       |           |           |           |           |
| 4.4. Ano de aquisição de viatura pela Empresa                |                           |           |           |           |           |
| 4.5. Exercício opção aquisição de viatura de serviço         |                           |           |           |           |           |
| 4.6. Usufruto de casa de função                              |                           |           |           |           |           |
| 4.7. Exercício de funções remuneradas fora grupo             |                           |           |           |           |           |
| 4.8. Outras (identificar detalhadamente)                     |                           |           |           |           |           |



| Mandato II   | Presidente | Vogal (1) | Vogal (2) | Vogal (3)                    | Vogal (4) |
|--|------------|-----------|-----------|------------------------------|-----------|
| <b>1. Remuneração</b>  |            |           |           |                              |           |
| 1.1. Remuneração base  | 65.109,94  | 57.597,27 | 57.597,27 | 57.597,27                    | 57.597,27 |
| 1.2. Acumulação de funções de gestão (a)   | 11.558,01  | Não tem   | 11.558,01 | 11.558,01                    | Não tem   |
| 1.3. Remuneração complementar  |            |           |           |                              |           |
| 1.4. Despesas de representação   | 19.461,66  | 14.756,63 | 14.756,63 | 14.756,63                    | 14.756,63 |
| 1.5. Prémios de gestão (.....meses)  |            |           |           |                              |           |
| 1.6. Outras (identificar detalhadamente)   |            |           |           |                              |           |
| (a) valor objecto de devolução de acordo com o ponto 23 do Extracto de Acta nº1636 de 27/02/2009 do Conselho de Gerência |            |           |           |                              |           |
| <b>2. Outras regalias e compensações</b>   |            |           |           |                              |           |
| 2.1. Gastos de utilização de telefones   |            |           |           |                              |           |
| 2.2. Valor de aquisição, pela Empresa, da viatura de serviço   |            |           |           |                              |           |
| 2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço   |            |           |           |                              |           |
| 2.4. Subsídio de deslocação  |            |           |           |                              |           |
| 2.5. Subsídio de refeição  |            |           |           |                              |           |
| 2.6. Outros (identificar detalhadamente)   |            |           |           |                              |           |
| <b>3. Encargos com benefícios sociais</b>  |            |           |           |                              |           |
| 3.1. Segurança social obrigatório  | 6.844,46   | 5.759,75  | 6.844,46  |                              | 5.759,75  |
| 3.2. Planos complementares de reforma  |            |           |           | CGA 4.676,70;<br>ADSE 696,27 |           |
| 3.3. Seguros de saúde  |            |           |           |                              |           |
| 3.4. Seguros de vida   |            |           |           |                              |           |
| 3.5. Outros (identificar detalhadamente)   |            |           |           |                              |           |
| <b>4. Informações Adicionais</b>   |            |           |           |                              |           |
| 4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)   |            |           |           |                              |           |
| 4.2. Regime Segurança Social   | normal     | normal    | normal    | CGA/ADSE                     | normal    |
| 4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005  | sim        | sim       | sim       | sim                          | sim       |
| 4.4. Ano de aquisição de viatura pela Empresa  |            |           |           |                              |           |
| 4.5. Exercício opção aquisição de viatura de serviço   |            |           |           |                              |           |
| 4.6. Usufruto de casa de função  |            |           |           |                              |           |
| 4.7. Exercício de funções remuneradas fora grupo   |            |           |           |                              |           |
| 4.8. Outras (identificar detalhadamente)   |            |           |           |                              |           |

#### Comissão de Fiscalização

| Mandato  | 2008      |
|--|-----------|
| Presidente - Dr. Issuf Ahmad                     | 14.257,68 |
| ROC - Dr. José Luis Areal Alves da Cunha         | 23.676,00 |
| Vogal - Engº Carlos Fernando Moreira de Carvalho | 11.406,12 |

## 2.7 Análise da sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental

Em 2008 a CP deu continuidade ao seu programa de transformação estratégica CPmais 2007-2010, dando cumprimento às metas propostas pelos vectores de actuação deste programa.

A CP propõe-se assim ao longo de quatro anos (2007 – 2010) reduzir o seu défice operacional através de iniciativas que impactam nos:

- Proveitos, com base numa proactividade comercial crescente, na melhoria das condições de intermodalidade e num reequilíbrio tarifário ao nível dos segmentos de negócio tutelados e
- Custos, melhorando a eficiência, optimizando custos de funcionamento, rentabilizando o nosso principal activo – material circulante – em condições óptimas de qualidade e segurança, alinhando simultaneamente, a organização com critérios de produtividade, requalificando os valores e a cultura.

Durante este ano registou-se aumento da procura, com o crescimento do número de Passageiros transportados e aumento das parcerias comerciais e continuou-se o esforço para atenuar os desequilíbrios tarifários com a introdução de novas modalidades de títulos de transporte e implementação do novo modelo tarifário no serviço regional.

Releva-se o facto de a evolução não coincidente com o previsto de algumas iniciativas e consequentemente de alguns indicadores ter sido fortemente condicionada por decisões, relativamente aos modelos tarifários, cuja responsabilidade não é, naturalmente, competência da Empresa, nomeadamente a forma de implementação do novo modelo tarifário na CP Regional com os impactos previstos em CPmais. De relevar nesta vertente a importância determinante da continuidade da materialização do novo modelo tarifário do Serviço Regional, para que as discrepâncias tarifárias geradas por uma prática desajustada de muitos anos sejam devidamente corrigidas.

No que diz respeito à melhoria da eficiência na gestão do material circulante, a CP apostou na inovação ao aplicar a Metodologia RCM (Manutenção Centrada na Fiabilidade). Esta metodologia baseia-se numa nova abordagem sobre a manutenção que apresenta, entre outras vantagens, maior disponibilidade do material circulante para o serviço e melhoria

da produtividade dos recursos e redução dos custos globais de manutenção. Este projecto ganhou o 1º prémio na categoria Empresas Públicas ou Concessionárias de Serviço Público, na 6ª edição do Prémio Boas Práticas no Sector Público, promovido pela consultora Delloite em parceria com o Diário Económico.

O ano de 2008 foi um marco para o Sistema de Gestão de Qualidade na CP pois foi o ano da conclusão de um processo iniciado em 1999, o que permitiu que a Empresa fosse totalmente certificada pela Norma NP ISO 9001:2000. Obter a certificação da Qualidade de todos os seus processos críticos de negócio, traz benefícios ao accionista Estado, aos Clientes, à gestão e colaboradores, promovendo uma maior focalização na satisfação das necessidades dos Clientes pela adopção de critérios de maior eficiência e produtividade.

Salienta-se ainda o desenvolvimento do Sistema de Gestão Ambiental (tendo-se instituído a identificação da legislação ambiental aplicável na actividade da Empresa e assegurado o respectivo processo de avaliação de conformidade legal) a realização de auditorias internas e a consequente elaboração e aprovação dos planos de acções correctivas decorrentes das constatações levantadas.

De entre as actividades resultantes do cumprimento dos referidos planos, podemos referir, como exemplos, a limpeza de câmaras de decantação, a instalação de separadores de hidrocarbonetos, a identificação das redes de saneamento e locais de descarga das águas residuais que servem instalações geradoras de efluentes industriais, a realização de simulacros aos procedimentos de emergência definidos e o desenvolvimento de novos procedimentos, como por exemplo, associados às intervenções técnicas em equipamentos fixos de refrigeração e de ar condicionado.

Na óptica da Gestão de Resíduos, o Projecto-piloto de Recolha Selectiva de Resíduos Urbanos ou Equiparados em parceria com a CML foi alargado aos complexos de Stº. Apolónia e Campolide e foi aprovada uma proposta de melhoria continua referente a um projecto-piloto de recolha selectiva de papel a bordo dos comboios.

Este ano também foi disponibilizado no portal CP o simulador Eco Viagem CP. Este simulador permite ao Cliente, no acto da

compra do bilhete on-line, saber qual o impacto ambiental da viagem que vai realizar por modo rodoviário e por modo ferroviário, promovendo-se assim as vantagens ambientais do transporte ferroviário.

A CP em 2008 voltou a realizar várias iniciativas, nomeadamente a do "Comboio do Ambiente", em parceria com a Liga Portuguesa da Natureza, LPN. Uma iniciativa que anualmente junta jovens e especialistas para debater a sustentabilidade e as vantagens ambientais do transporte ferroviário. Foi convidada também para intervir em seminários e conferências sobre este tema, nomeadamente, "Clima 2008" primeiro congresso nacional para as Alterações Climáticas que decorreu na universidade de Aveiro, e a participar nos "workshops" do Green Festival 2008 com uma intervenção sobre "Mobilidade Sustentável\_ A CP faz parte da Solução".

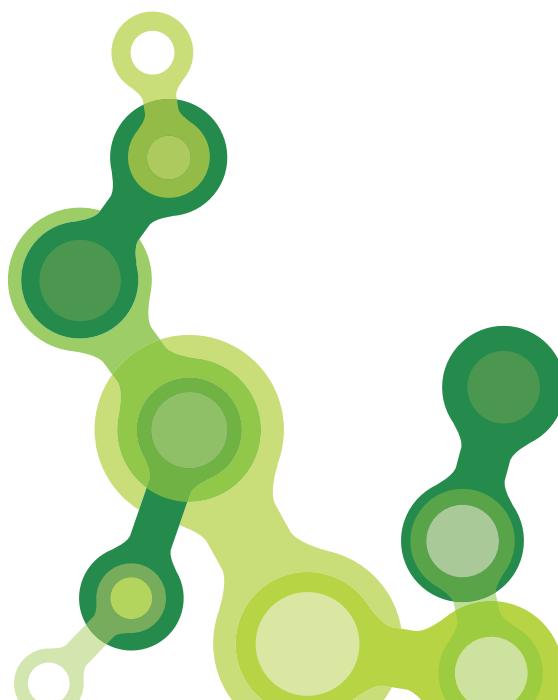
No que concerne aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da Empresa, designadamente, pela via da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo, está em curso a implementação do sistema de Bilhética sem Contacto e acesso controlado às estações na CP Lisboa, que possibilitará uma redução da taxa de fraude, facultará a que a Empresa venha a ser resarcida pelos tarifários bonificados/gratuitos decorrentes dos normativos legais em vigor bem como promoverá uma redução dos custos operacionais. Para além disso contribuirá para a melhoria da intermodalidade e da segurança do sistema.

Neste âmbito salientam-se também dois projectos:

- **CPmais Digital** que foi desenvolvido em 2008 e tem por objectivo a implementação de um sistema de gestão documental desmaterializada através da criação de uma plataforma para recepção/circulação interna/expedição de documentos em formato electrónico.
- **RHmais Futuro** foi iniciado em 2008 e é uma aposta da CP para implementação de uma plataforma tecnológica integrada de suporte aos processos de Recursos Humanos com o objectivo de optimizar a sua eficiência. Tem a sua entrada em produção prevista para 2009.

Para 2009 destacam-se, na estratégia da CP, dois projectos: a aquisição de material circulante para os serviços urbanos de Lisboa e Porto e para o serviço Regional e a continuação da implementação do sistema de Bilhética sem Contacto em Lisboa.

Está em curso o processo legislativo para a criação do mecanismo legal que permita a imediata constituição da Empresa CP Carga.



## 2.8 Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

A CP assegura o cumprimento das orientações e princípios de bom governo constantes da Resolução do Conselho de Ministros nº49/2007, de 28 de Março de 2007, no que concerne aos Princípios de Bom Governo dirigidos às Empresas de Sector Empresarial do Estado. Efectivamente, dispõe de um Programa de Transformação Estratégica para o período 2007/2010 onde se encontram definidos a Visão, Objectivos, Metas e Resultados expectáveis para este período.

Anualmente, elabora os Instrumentos Previsionais de Gestão, que incluem as acções, investimentos, objectivos e metas previstos para o ano a que respeitam e o Relatório e Contas referente à actividade desenvolvida no ano anterior, auditado por entidade independente.

Elabora ainda um Relatório de sustentabilidade onde

nomeadamente consta a contribuição da CP para o Desenvolvimento Sustentável.

Estes documentos são, submetidos à aprovação das Tutelas sectorial e financeira, divulgados interna e externamente através de suportes documentais produzidos para o efeito.

Encontra-se implementado um sistema de controlo de actividade na Empresa com o objectivo de acompanhar e promover a realização dos objectivos estabelecidos.

A CP dispõe de um canal de Internet onde disponibiliza, para o exterior da Empresa, toda a sua informação corporativa e institucional, a informação relevante respeitante a cada um dos Órgãos/Unidades de Negócios, notícias internas e documentos a divulgar pelos colaboradores da Empresa.

## 2.9 Apresentação do Código de Ética

O código de ética, implementado em 2007, tem como objectivo fundamental partilhar os princípios que orientam a actividade da Empresa e as regras de natureza ética e deontológica que devem orientar o comportamento de todos os seus colaboradores.

Consequentemente, foi criada a Comissão de Ética, na dependência directa do Conselho de Gerência, tendo por missão, entre outras, zelar pelo esclarecimento de dúvidas sobre as matérias versadas no presente Código, por zelar pelo seu cumprimento e resolver, ou dar parecer, sobre questões relacionadas com o seu incumprimento.

Existem canais de informação disponíveis para atender às comunicações dos colaboradores que julguem ter havido alguma irregularidade praticada por outro, ou outros colaboradores.

Se a Comissão de Ética considerar que existem factos que consubstanciem essa irregularidade, propõe que sejam tomadas as providências que julgar adequadas.

O Código e a Comissão de Ética foram criados no sentido de consolidar a imagem institucional da Empresa, mantendo altos padrões de exigência, responsabilidade e rigor.



## 2.10 Critérios de imputação dos custos corporativos por Unidade de Negócio

Com o objectivo de obter uma mais correcta valorização dos produtos/ serviços da CP, o Conselho de Gerência deliberou que a partir deste ano se passe a imputar a estes produtos/serviços os custos dos Órgãos Sociais, "Staff" e Centro Corporativo, com excepção dos custos relativos à Alta Velocidade e Participadas.

O critério aprovado, é o da repartição em função dos custos operacionais das Unidades de Negócio que prestam esses produtos/serviços.

| Serviços/Produtos   | Resultado Operacional | Imputação OSS e CC | Total   |
|---------------------|-----------------------|--------------------|---------|
| Urbanos de Lisboa   | -14.113               | 4.078              | -18.190 |
| Urbanos do Porto    | -13.943               | 1.492              | -15.434 |
| Médio e Longo Curso | 3.262                 | 3.597              | -336    |
| Regional            | -56.826               | 3.881              | -60.707 |
| Mercadorias         | -24.866               | 4.278              | -29.143 |



# 3 PARTICIPADAS

Durante o ano de 2008 foram desenvolvidos os trabalhos preparatórios para a venda da participação no capital social da TEX – Transporte de Encomendas Expresso, Lda, sociedade por quotas cujo capital é detido pela CP (99,8%) e pela FERGRÁFICA (0,2%) sendo que esta última é integralmente detida pela CP, realizada em Fevereiro de 2009.

A intenção de venda da TEX reside no facto desta participação se situar fora das opções estratégicas actuais para o "core business" da CP, uma vez que o objecto social daquela Empresa é o transporte nacional e internacional de encomendas/mercadorias exclusivamente por rodovia, deixando assim de ser uma Empresa instrumental para a CP.

Em 2009, a par da cessão de quotas à Empresa EXERCEGEST, SGPS, SA, cederam-se igualmente créditos que a CP detinha sobre a TEX, deduzidos da cessão da posição contratual de locatária num contrato de locação financeira imobiliário relativo a um prédio urbano sítio no concelho de Vila Nova de Famalicão, e que a CP pagou à TEX por compensação parcial com o valor do crédito que a CP detinha sobre a TEX.

Relativamente às restantes participações financeiras, não se verificaram alterações quanto às suas estruturas accionistas.

## Participações Financeiras Directas da CP:

|  |   |
|--|---|
| EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.<br>Capital Social: € 8.100.000<br>Participação CP: 100%                            | Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.<br>Capital Social: € 125.000<br>Participação CP: 10%   |
| FERGRÁFICA – Artes Gráficas, S.A.<br>Capital Social: € 400.000<br>Participação CP: 100%  | Metro do Porto, S.A.<br>Capital Social: € 7.500.000<br>Participação CP: 5%  |
| TEX – Transporte de Encomendas Expresso, Lda.<br>Capital Social: € 500.000<br>Participação CP: 99,8%   | Metro Mondego, S.A.<br>Capital Social: € 1.075.000<br>Participação CP: 2,5%   |
| FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.<br>Capital Social: € 500.000<br>Participação CP: 70% | APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A.<br>Capital Social: € 1.055.000<br>Participação CP: 0,47%                                    |
| TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE<br>Capital: € 30.000<br>Participação CP: 33,33%  | EUROFIMA – Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suíça)<br>Capital Social: CHF 2.600.000.000<br>Participação CP: 2% |
| STIFA – Transporte Internacional Ferroviário de Automóveis, S.A.<br>Capital Social: € 500.000<br>Participação CP: 22,5%                          | Intercontainer – Interfrigo (ICF), S.A. (Belga)<br>Capital Social: € 18.300.000<br>Participação CP: 2,09%                                     |
| OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE<br>Capital: € 69.832<br>Participação CP: 14,29%                                       | Bureau Central de Clearing (BCC) (Belga)<br>Capital Social: € 110.250<br>Participação CP: 1,36%   |

# 4 SÍNTESE DE GESTÃO

## 4.1 Enquadramento da Actividade

Em 2008 começou a denotar-se na economia portuguesa uma tendência de abrandamento, reflectindo a deterioração do enquadramento macroeconómico desencadeada pela desaceleração económica a nível global e pela crise do sistema financeiro internacional.

Após um período de crescimento económico, e à semelhança das economias mundiais, a economia portuguesa interrompeu a trajectória de recuperação gradual e moderada registada nos anos anteriores. Em termos nominais, o PIB português apresentou um crescimento de 1,8% relativamente a 2007. Este comportamento da economia e a forte oscilação do preço dos combustíveis tiveram impacto significativo nas necessidades de mobilidade de pessoas e bens, que se começou a sentir em meados do primeiro semestre e se agudizou no final do ano.

A nível Europeu e no que se refere ao sector dos Transportes, a Comissão Europeia, visando a sustentabilidade do sector, propôs em 2008 um pacote de iniciativas no âmbito dos "transportes ecológicos" (Greenning Transport Package) de que se destaca, a internalização dos custos externos, designadamente mediante portagens mais eficientes e ecológicas para os camiões e a redução do ruído do tráfego ferroviário de mercadorias.

No seguimento de legislação já anteriormente aprovada foram também alteradas as Directivas do Parlamento Europeu e do Conselho relativas à segurança dos caminhos-de-ferro e à interoperabilidade do sistema ferroviário na Comunidade. Foi ainda alterado o Regulamento que institui a Agência Ferroviária Europeia.

Na sequência da aprovação do 3.º pacote ferroviário e da Regulação sobre as obrigações de serviço público, foram adoptadas pela Comissão as linhas orientadoras para as ajudas dos Estados às empresas ferroviárias, visando o desenvolvimento de um modelo coerente e transparente do transporte por Caminho de Ferro.

A Comissão reconhecendo ainda que as disposições

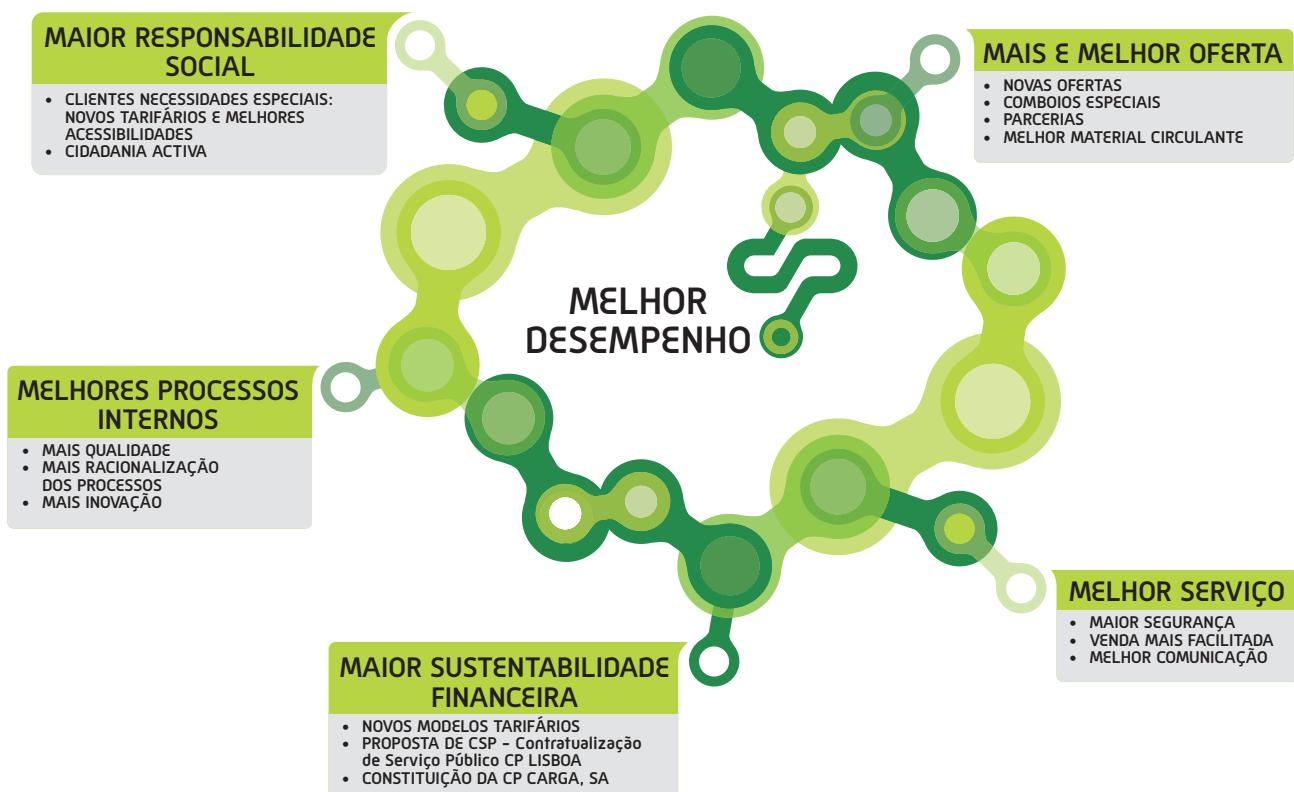
legislativas que integram o 1.º pacote ferroviário não foram transpostas integralmente para os ordenamentos jurídicos nacionais de alguns Estados-Membros, procedeu à notificação desses Estados no sentido da criação de um quadro regulamentar eficaz que assegure um funcionamento satisfatório dos mercados ferroviários.

Na área dos transportes e a nível Nacional foram publicados os decretos-lei relativos à transposição para a ordem jurídica interna das Directivas relativas à interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu de Alta Velocidade e à interoperabilidade do sistema ferroviário transeuropeu convencional.

Reconhecendo o sector ferroviário como um elemento fundamental e estruturante do sistema de transportes, o Governo apresentou em 2008 um conjunto de projectos cuja concretização vai permitir um novo paradigma no desenvolvimento da rede de transportes e contribuir decisivamente para a sustentabilidade da globalidade do Sector. Destacam-se, com implicações futuras na actividade da CP, o projecto da rede de Alta Velocidade, a Terceira Travessia do Tejo, o projecto Nova Alcântara e a rede nacional de Plataformas Logísticas. Todos estes projectos estão a ser desenvolvidos de forma a garantir a integração do Sector ferroviário e deste com outros modos de transporte, como terá sido o caso da escolha pelo Governo da Gare do Oriente, em Lisboa, como estação terminal para a rede de Alta Velocidade. A proposta de lei que estabelece as Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e Porto foi aprovada na generalidade, no Parlamento. Esta proposta visa estabelecer um novo regime jurídico de organização do sistema de transporte público de Passageiros.

Por iniciativa do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres decorreram em 2008 sessões de debate sobre o Livro Verde para a Mobilidade Urbana, aprovado em 2007 pela Comissão Europeia, de modo a apresentar de forma sustentada o contributo nacional sobre as principais matérias que formam este documento.

## 4.2 Síntese da Actividade



A actividade da CP em 2008 continuou a desenvolver-se enquadrada pelas Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, das quais decorrem os Objectivos Estratégicos constantes do Plano CPmais para o período 2007/2010 e ainda pelas Orientações Gerais da Direcção Geral do Tesouro e Finanças para o SEE.

**Contribuindo para a melhoria da Mobilidade Sustentável de Passageiros, a CP continuou em 2008 a dinamizar a sua actividade de modo a criar condições para o aumento sustentado da procura.**

Para o acréscimo da procura contribuiu a resposta positiva dada, sempre que possível, pela CP às necessidades manifestadas pelos seus Clientes, com a implementação de novos horários, melhorando os modelos de exploração, nomeadamente pelo desenvolvimento de serviços em rede e optimização dos meios disponíveis.

Neste contexto e na sequência da reabertura do Túnel do Rossio em Fevereiro, adequou-se o horário das Linhas de

Sintra e Azambuja. Recorda-se que o encerramento do Túnel do Rossio ocorreu em Outubro de 2004, obrigando a CP a arranjar soluções alternativas de transportes para os seus Clientes, com prejuízo da sua própria actividade e pelo qual ainda não obteve a devida compensação financeira.

Por virtude das obras de electrificação implementou-se um novo horário na Linha do Sado, modificado em Dezembro após a conclusão destas obras.

O Suburbano do Porto aumentou a oferta no eixo Porto Braga e Porto Aveiro. Reforçou-se ainda o Serviço de Longo Curso na Linha do Norte e na ligação Porto Faro.

Sazonalmente ofereceram-se transportes com grande receptividade de que são exemplo o comboio histórico a vapor Régua / Tua, o comboio da Rota das Amendoeiras e o reforço dos comboios de acesso às praias no horário de Verão.

Asseguraram-se também um conjunto de ofertas especiais por ocasião de eventos de nível local, regional e nacional, mobilizadores de deslocações de grande magnitude, tais como os Santos Populares, Festas Tradicionais e Romarias ou Festivais como o Rock in Rio, o Sudoeste e o "Red Bull" no Porto.

No âmbito destas ofertas destacam-se ainda comboios comerciais especiais e condições especiais de transporte em parceria com Câmaras, Museus, Universidades, Instituições de Solidariedade Social, Empresas, Agências de Viagens e Grupos. Intensificou-se ainda a oferta de transporte em Lisboa nas noites de 6.º feiras, sábados e vésperas de feriados com 3 comboios às 4h 30m (Linhas de Sintra, Cascais e Azambuja) uma iniciativa conjugada MOPTC/CML/Operadores de TP, tendo em vista o combate à sinistralidade rodoviária nocturna e de fim-de-semana na Região de Lisboa.

Para possibilitar a adequação e requalificação da oferta, reforçou-se o material circulante da CP Porto. Deu-se uma nova imagem ao material circulante afecto ao serviço Intercidades. Em Dezembro substituiu-se o material Diesel por eléctrico na Linha do Sado.

Para além de adequar a oferta, a CP implementou melhorias no serviço que presta: maior segurança, venda mais facilitada, melhor comunicação.

Ao nível da melhoria da segurança de pessoas e da circulação, prosseguiram em bom ritmo as acções do projecto de Acesso Controlado às estações, na zona de Lisboa, promovendo-se assim melhores condições de segurança e aumentando-se o combate à fraude e o respectivo controlo. Concluiu-se a introdução da vídeo-vigilância embarcada no suburbano de Lisboa.

Ainda no âmbito da segurança refere-se a assinatura do protocolo do Movimento ECO-Empresas Contra os Fogos, integrando a CP a comissão instaladora da Associação para a defesa da Floresta e implementou-se o Plano Ferroviário de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Regista-se finalmente a participação em simulacros de acidentes rodo-ferroviários, com envolvimento conjunto da CP, REFER e Comandos de Bombeiros.

Prosseguindo a facilitação da venda iniciou-se, entre outras acções, a venda do passe combinado da CP Lisboa no Multibanco. Também o projecto da Bilhética sem Contacto, na Região de Lisboa, prosseguiu com o arranque da venda desmaterializada.

Com o objectivo de melhor informar instalou-se um novo Gabinete de Apoio ao Cliente no Cais do Sodré e realizaram-se várias campanhas de promoção dos serviços.

Relativamente ao transporte de mercadorias foi estabelecido um acordo entre a CP e a RENFE para a criação de um grupo de trabalho para o estudo de formas de cooperação para a exploração de tráfegos de mercadorias entre Portugal e Espanha, cuja concretização se traduziu, já em 2009, no

lançamento de um novo conjunto de transportes entre os Portos da Orla Atlântica de Portugal e os principais destinos do Interland Ibérico.

Prosseguiu ainda a electrificação de Ramais e "Missing-links" para a melhoria da articulação Intermodal, a ampliação de áreas de parqueamento com adequação das Infra-estruturas em Terminais.

### **Contribuindo para a evolução de modelo mais ajustado à recente liberalização do mercado**

são de realçar as acções relativas à autonomização da Unidade de mercadorias, tendo sido publicado em Diário da República de 2 de Abril o despacho n.º 9541/2008 que estabelece as condições para a constituição da CP Carga S. A., aguardando-se apenas a publicação de diploma legal que autorize a cisão do estabelecimento.

Ainda neste âmbito procedeu-se à preparação de uma proposta de Contrato de Serviço Público da CP para o Urbano de Lisboa e formalizaram-se protocolos com o Ministério da Justiça (portaria 105/2008) que regulam as condições de transporte do pessoal daquele Ministério e que permitiram a regularização da dívida histórica.

Salienta-se também a implementação de novos modelos tarifários, designadamente para o serviço Regional e Inter-Regional e a revisão das Condições Gerais de Transporte como resultado da aprovação da nova tarifa geral de transportes (decreto-lei n.º 58/2008). Esta tarifa introduz nomeadamente a obrigatoriedade do Operador reembolsar os Passageiros pelas supressões ou atrasos, o que torna urgente a contratualização dos níveis de serviço prestados pelo gestor de Infraestrutura. Conforme à decisão tutelar, foi criado o passe 4\_18 que permite aos jovens desta idade utilizar o transporte Regional, Interregional e Urbanos, com o desconto de 50%.

No âmbito da inovação e desenvolvimento destaca-se o projecto Metodologia RCM (Manutenção Centrada na Fiabilidade).

Foi ainda disponibilizado na internet um simulador desenvolvido em parceria com o Instituto Superior Técnico que quantifica as vantagens ambientais da utilização do comboio em relação ao automóvel.

Refere-se também no quadro do desenvolvimento tecnológico, a dinamização do sistema de informação on-line a bordo dos comboios Alfa Pendular e Intercidades;

### **Prosseguindo uma política de solidariedade social e cidadania activa**

a CP desenvolveu um conjunto de acções com especial destaque para a oferta de

viagens com tarifários próprios a Clientes com necessidades especiais e acompanhantes. Está ainda em curso a elaboração de um protocolo CP/REFER sobre a melhoria de acessibilidades nas estações e de disponibilização de informação para estes Clientes.

Ao nível dos processos internos dinamizaram-se aumentos de produtividade com a implementação da Unidade de Serviços Partilhados e o novo modelo de Gestão da frota bem assim como da reorganização dos Órgãos Corporativos.

Com vista ao desenvolvimento do posicionamento estratégico da CP no projecto da Alta Velocidade foi assinado um contrato

de consultadoria no âmbito do apoio a prestar à CP, cujo Relatório final foi concluído e entregue à Tutela. Neste, evidencia-se a clara vantagem da exploração pela CP da Rede de AV, em particular pelas sinergias decorrentes e pela criação de valor máximo que estará associado a esta opção. Realça-se por fim a conclusão da certificação pela APCER, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, da totalidade das Unidades e Órgãos Corporativos, adquirindo assim a CP o estatuto de Empresa totalmente certificada de acordo com o normativo internacional ISO 9001:2000.

## 4.3 Síntese dos Resultados

A CP em 2008 continuou a melhorar o seu Resultado Operacional que se situou em -99.7 milhões de euros, ou seja, menos negativo do que o de 2007 em 6%. A Taxa de Cobertura Operacional subiu para os 78% (mais 2 pontos percentuais que em 2007). Apesar das melhorias operacionais, a não atribuição de indemnizações compensatórias adequadas contribuiu para que o resultado operacional fosse negativo.

O agravamento dos Resultados Financeiros (7%) e dos Resultados Extraordinários (24%) contribuíram para que o Resultado Líquido se situasse nos -190.4 milhões de euros, 6.5 milhões de euros mais negativo do que o de 2007.

A melhoria do Resultado Operacional ficou a dever-se ao crescimento dos Proveitos Operacionais em 6% (+20 milhões de euros) e à contenção verificada ao nível dos Custos Operacionais que permitiu que estes crescessem apenas 3% (cerca de 13.7 milhões de euros).

Continuando a tendência de crescimento dos anos anteriores, os Proveitos de Tráfego de Passageiros aumentaram cerca de 6%, consequência do acréscimo da procura e das actualizações tarifárias ocorridas.

**A CP transportou em 2008 mais 813 milhares de Passageiros (+0,6%) e mais 136 milhões de Passageiros\*Quilómetro (+3,7%) que em 2007.**

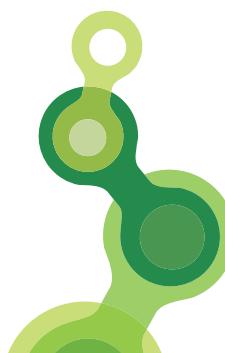
O maior contributo para este crescimento foi dado pela CP Longo Curso com aumentos da ordem dos 9% em Passageiros, Passageiros\*Quilómetro e Proveitos de Tráfego. A CP Porto apresentou taxas de crescimento semelhantes, registando aumentos de 7% em Passageiros, 9% em Passageiros\*Quiló-

metro e 10,5% em Proveitos de Tráfego. Na CP Lisboa os Proveitos de Tráfego cresceram 4,6%, apesar das variações negativas de 1% e 1,6%, respectivamente, em Passageiros e Passageiros\*Quilómetro. A CP Regional obteve um aumento do número de Passageiros transportados (+0,3%) ainda que com um percurso médio inferior, o que justificou a redução na ordem de 1% do valor de Passageiros\*Quilómetro e consequentemente de Proveitos do Tráfego.

No que se refere ao tráfego de mercadorias, o agravamento da crise económica nos últimos meses de 2008 acabaria por originar uma forte quebra da procura. Ainda assim, a CP Carga apresentou um desempenho comparativamente positivo com um aumento dos Proveitos de Tráfego superior a 1% e um decréscimo do volume transportado de cerca de 1%.

A nível dos Custos Operacionais, o ano de 2008 fica marcado pela grande instabilidade dos preços do combustível com forte impacto nos custos de produção. A rubrica de Combustível para Tracção apresentou um aumento de 23% sendo responsável por um acréscimo de custos da ordem dos 3.3 milhões de euros. A Electricidade para Tracção apresentou um crescimento de 5% (+1.1 milhões de euros).

Os Custos com Pessoal aumentaram 5,6%, essencialmente, devido ao impacto das progressões indíciárias relativas aos processos de avaliação de desempenho de 2006 e 2007, os quais se encontravam pendentes e só começaram a produzir efeitos a partir de 2008.



## 4.4 Indicadores CP Global

| CP   | 2007     | 2008    | 08/07 | 08 - 07 |
|--|----------|---------|-------|---------|
| <b>Resultados</b>  |          |         |       |         |
| Resultado Operacional (mil)  | -105.955 | -99.378 | 6,2%  | 6.577   |
| Proveitos Operacionais (mil)   | 325.003  | 345.329 | 6,3%  | 20.325  |
| Custos Operacionais (mil)  | 430.958  | 444.706 | 3,2%  | 13.748  |
| Grau de Cobertura Operacional  | 75,4%    | 77,6%   |       | 2,2     |
| EBITDA (mil)   | -24.526  | -26.338 | -7,4% | -1.812  |
| <b>Procura Passageiros</b>   |          |         |       |         |
| Passageiros (milhares)   | 134.705  | 135.518 | 0,6%  | 813     |
| CP Lisboa  | 97.313   | 96.377  | -1,0% | -935    |
| CP Porto   | 18.702   | 19.969  | 6,8%  | 1.267   |
| CP Longo Curso   | 4.879    | 5.314   | 8,9%  | 435     |
| CP Regional  | 13.811   | 13.857  | 0,3%  | 46      |
| Passageiros.Quilómetro (milhões)   | 3.678    | 3.814   | 3,7%  | 136     |
| CP Lisboa  | 1.318    | 1.297   | -1,6% | -21     |
| CP Porto   | 530      | 577     | 8,9%  | 47      |
| CP Longo Curso   | 1.256    | 1.372   | 9,2%  | 116     |
| CP Regional  | 574      | 569     | -1,0% | -6      |
| Proveitos de Tráfego (mil €) *   | 204.543  | 216.225 | 5,7%  | 11.682  |
| CP Lisboa  | 75.038   | 78.493  | 4,6%  | 3.455   |
| CP Porto   | 17.869   | 19.745  | 10,5% | 1.876   |
| CP Longo Curso   | 79.245   | 86.023  | 8,6%  | 6.777   |
| CP Regional  | 32.390   | 31.964  | -1,3% | -426    |
| * Os valores de Proveitos de Tráfego constantes do quadro não incluem em 2007 e 2008, respectivamente, 11 milhares de euros e 5 milhares de euros contabilizados noutros Órgãos da CP. |          |         |       |         |
| <b>Procura Mercadorias **</b>  |          |         |       |         |
| Toneladas (milhares)   | 10.556   | 10.425  | -1,2% | -131    |
| Toneladas.Quilómetro (milhões)   | 2.586    | 2.550   | -1,4% | -36     |
| Proveitos de Tráfego (mil €)   | 68.294   | 69.091  | 1,2%  | 797     |
| ** Vagão Completo  |          |         |       |         |
| <b>Oferta (mil CK's)</b>   |          |         |       |         |
| Passageiros  | 30.915   | 31.603  | 2,2%  | 688     |
| CP Lisboa  | 6.868    | 6.990   | 1,8%  | 122     |
| CP Porto   | 4.253    | 4.627   | 8,8%  | 374     |
| CP Longo Curso   | 8.064    | 8.499   | 5,4%  | 436     |
| CP Regional  | 11.730   | 11.487  | -2,1% | -244    |
| Mercadorias  | 8.030    | 8.316   | 3,6%  | 286     |
| <b>Recursos Humanos</b>  |          |         |       |         |
| Efectivo Final a cargo   | 4.184    | 4.183   | -1    |         |
| Efectivo Médio a cargo   | 4.189    | 4.198   | 0,2%  | 9       |
| UK / Efectivo Médio (mil)  | 1.495    | 1.516   | 1,4%  | 21      |
| CK / Efectivo Médio (mil)  | 9.30     | 9.51    | 2,3%  | 0.2     |

# 5 GESTÃO DE MEIOS

## 5.1 Recursos Humanos

No final de 2008 o quadro de efectivos vinculados da CP era de 4.217 colaboradores, menos 6 que no ano anterior.

| Efectivo a 31 de Dezembro | 2008 | 2007 | Variação |
|---------------------------|------|------|----------|
|---------------------------|------|------|----------|

|            |       |       |    |
|------------|-------|-------|----|
| Vinculado  | 4.217 | 4.223 | -6 |
| A Cargo    | 4.183 | 4.184 | -1 |
| Ao Serviço | 4.153 | 4.156 | -3 |

| Efectivo Médio | 2008 | 2007 | Variação |
|----------------|------|------|----------|
|----------------|------|------|----------|

|            |       |       |   |
|------------|-------|-------|---|
| Vinculado  | 4.230 | 4.234 | 4 |
| A Cargo    | 4.189 | 4.198 | 9 |
| Ao Serviço | 4.165 | 4.169 | 4 |

O decréscimo do efectivo resultou da ocorrência de 103 rescisões de contratos de trabalho e de 97 admissões. Contrariamente ao ano anterior, em que o número de rescisões por mútuo acordo foi baixo, em 2008 voltou a ser o motivo preponderante, com 37,86% do total. As admissões cresceram 10,23% face ao ano anterior e efectuaram-se nas categorias operacionais: Assistentes Comerciais e Maquinistas.

Em 2008 o volume de trabalho suplementar aumentou 4,14% em relação ao ano transacto, em resultado da actividade sem crescimento do efectivo. Contrariamente, o absentismo manteve a tendência decrescente, registada em anos anteriores, e atingiu o nível mais baixo, com 6,85%.

A Empresa firmou em 2008, com a quase totalidade das Organizações Sindicais representativas dos trabalhadores ao seu serviço, um acordo sobre a matéria salarial e pecuniária.

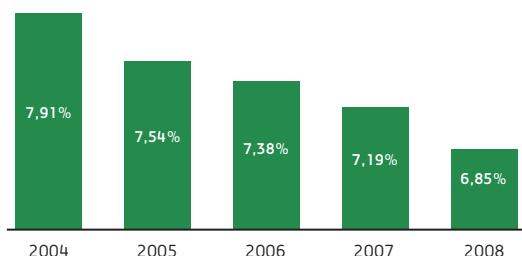
Iniciou-se, no último trimestre, o processo de revisão global dos AE's.

Ao longo de 2008 a Empresa manteve a aposta na qualificação dos seus trabalhadores tendo, com a participação da sua associada FERNAVE, elaborado planos e executado acções de formação para os profissionais das várias categorias, num total de 110.957 horas de formação, que corresponderam a 1,52% do total de horas de trabalho.

Na sequência da aposta feita pelo Governo e pela Empresa no âmbito do "Programa de Estágio para Quadros de Elevado Potencial", com o objectivo de promover a oportunidade de emprego, o rejuvenescimento dos quadros, a introdução de novos saberes, valores e competências e a atracção de novas capacidades, foi feito contrato a termo de 1 ano, com 10 jovens trainees.

Na área da prevenção da sinistralidade laboral continuaram a desenvolver-se as actividades inerentes à Protecção da Saúde e Prevenção dos Riscos Profissionais, com especial enfoque na informação e formação sobre boas práticas seguras e salutares e na prevenção de acidentes, com os objectivos de reduzir o absentismo e aumentar a produtividade.

Taxa de Absentismo



## 5.2 Frota

O parque de material circulante da CP, em 31 de Dezembro de 2008, era constituído por 203 automotoras eléctricas, 76 automotoras diesel, 68 locomotivas eléctricas, 81 locomotivas diesel, 136 carruagens e 2.953 vagões.

O investimento realizado em 2008 elevou-se a 39.5 milhões de euros, dos quais 35.9 em aquisição de material circulante, 1.4 em modernização e beneficiação e 2.2 em equipamentos e instalações para a reparação e manutenção de material circulante.

No que se refere directamente ao Parque de Material Circulante salienta-se:

- A continuidade do processo de aquisição de 25 Locomotivas Eléctricas para Comboios de Mercadorias e a assinatura em Dezembro de 2008 dos contratos relativos ao fabrico de 300 vagões plataforma de 60 pés e de 100 vagões plataforma de 45 pés de 2 eixos para o transporte de contentores e caixas móveis.
- A Modernização e Beneficiação de Material Circulante com a instalação do Sistema de CCTV nas UQE's 3500, a remodelação de 7 UTE's da Série 2240 para colocação ao

serviço da CP Porto e a conclusão da montagem de aereiros nas UME's 3400.

- A preparação do lançamento dos concursos para aquisição de automotoras eléctricas para substituição do material ao serviço na Linha de Cascais (com unidades bi-tensão 25kVac+1,5kVdc) e para reforço da frota dedicada ao Serviço Urbano em Lisboa e no Porto, bem como para aquisição de automotoras bi-modais (diesel+25kVac) ou diesel com transmissão eléctrica e possibilidade de evolução para modo eléctrico, que irão substituir, parcialmente, o parque actual de automotoras diesel dedicado ao Serviço Regional.

É de referir ainda o lançamento do concurso para aquisição do material circulante a ser utilizado pelo Sistema de Mobilidade do Mondego.

Prosseguiu-se, em parceria com a EMEF, a implementação da metodologia de manutenção RCM (Reliability Centered Maintenance) tendo-se alargado a sua utilização às séries de material eléctrico mais recente.

Iniciou-se a utilização da plataforma INFOTEC, criada pela EMEF, para registo e análise de ocorrências com o material circulante. Foi iniciada a reformulação do sistema SAP, módulo PM, usado no apoio à gestão e ao controlo do material, de forma a melhorar as suas características e a articulá-lo com o sistema idêntico entretanto instalado naquele nosso principal prestador de serviços de manutenção e reparação.

## 5.3 Serviços partilhados

Criada em 2007, a CP Serviços tem como principal desafio maximizar a eficiência da sua actividade de suporte contribuindo para que os seus Clientes melhorem a competitividade.

Em 2008, a CP Serviços continuou o percurso iniciado no ano de 2007 com enfoque na Optimização de Processos.

Neste âmbito, destacam-se os projectos RHmais Futuro (SAP Recursos Humanos) e CPmais Digital (Sistema de Gestão Documental, Facturação Electrónica e Requisição).

Estes projectos permitirão melhorar os processos e as normas de funcionamento da Empresa, reduzindo ou eliminando o distanciamento para as melhores práticas de mercado, e também, a desmaterialização da maioria do suporte em papel numa óptica da preservação do ambiente. Com o

desenvolvimento dos projectos SAP, a CP Serviços passou a integrar, a totalidade dos seus processos numa plataforma tecnológica única - SAP ERP.

Com o objectivo de implementar uma estratégia de transparéncia concluiu-se a segunda fase do modelo de pricing de acordo com o princípio do utilizador/pagador, registando-se a assinatura dos primeiros acordos de nível de serviço (SLA) com a CP Lisboa e a CP Regional.

No decurso de 2008 a CP Serviços alargou o seu âmbito de Clientes, passando a prestar serviços de Contabilidade e Finanças ao Grupo FERNAVE.

Por último, de referir que a CP Serviços obteve o seu Certificado de Qualidade, em conformidade com a norma NP EN ISO 9001 em 04 de Agosto pp.

A man with grey hair, wearing a white button-down shirt and a blue patterned tie, is sitting on a grassy lawn. He is looking down at a newspaper he is holding in his left hand. In his right hand, he holds a bright green apple. He is smiling slightly. The background is a blurred green lawn.

Ser pioneiro não  
é só estar mais  
à frente e ser  
inovador.  
É ser um exemplo  
para que no futuro  
nos possamos  
orgulhar do nosso  
passado.

# 6 ACTIVIDADE OPERACIONAL

## 6.1 CP LISBOA

### 6.1.1 Síntese da Actividade

Em 2008, destacam-se como ações de maior relevo:

- A reabertura da estação do Rossio em Fevereiro;
- A conclusão das obras de electrificação da linha do Sado;
- A implementação do projecto de Bilhética sem Contacto (BSC).

Com a remodelação e reabertura da estação do Rossio, depois de finalizadas as obras de recuperação do túnel, foi possível implementar um novo horário nas linhas de Sintra e Azambuja. Considerando que, à data do fecho desta infra-estrutura, a mesma era a estação de partida e destino mais frequente dos Clientes da Unidade, depois de reaberta e após a implementação do novo horário, registou-se uma melhoria significativa do serviço oferecido, principal factor para que, num ano de crise económica global, a Procura da Linha de Sintra tenha crescido 0,3% face ao ano anterior.

Após a conclusão das obras de electrificação da Linha do Sado, em Dezembro de 2008, também se introduziu um novo horário que permitiu, para além do incremento de conforto decorrente da substituição do material circulante antigo por comboios idênticos aos existentes na linha de Sintra, reduzir significativamente o tempo de trajecto (cerca de 15 minutos entre Origem e Destino).

Na Linha de Cascais, devido a maturação do horário actualmente em vigor e aos elevados índices de pontualidade e regularidade verificados, não se procedeu à sua alteração.

Relativamente ao projecto da Bilhética sem Contacto (BSC) que permitirá, depois de concluído, a integração da Bilhética da CP

Lisboa na Bilhética Sem Contacto da Área Metropolitana de Lisboa, utilizando como suportes o cartão Lisboa Viva para Clientes regulares e o cartão Viva Viagem para Clientes ocasionais, foram concluídos em 2008 os sub-projectos:

- Sistema de Gestão de Equipamentos Portáteis de Venda e Controlo da Bilhética sem Contacto (EPVC) - que permitiram substituir o anterior sistema de validação de títulos de transporte por novos equipamentos de validação portáteis (para uso nos comboios) e por novos validadores de Estação (para uso à entrada das plataformas);
- Sistema de Venda Assistida - que permitiu a venda de títulos nas bilheteiras;
- Sistema de Gestão Central - que permitiu que a contabilidade das vendas da CP Lisboa possa ser assegurada ao nível de cada estação bem como consolidada centralmente.

Ficou em fase de conclusão o sub-projecto de Fornecimento e Instalação das novas Máquinas de Venda Automáticas.

Outro projecto relacionado, o Projecto de Acesso Controlado às Estações, com implementação prevista em 9 Estações, teve em 2008 importantes desenvolvimentos que permitirão a sua conclusão em 2009. Este projecto, quando totalmente implementado, permitirá, pelo controlo das entradas e saídas nessas estações, aumentar os níveis de segurança e reduzir substancialmente o actual nível de fraude.

Ainda no âmbito do reforço da segurança de pessoas e bens, é de referir a instalação de sistemas de vídeo-vigilância no interior das UQE's 3500, as únicas unidades de material ao serviço da CP Lisboa que ainda não se encontravam equipadas com esta funcionalidade.

Na Área Comercial foram diversas as iniciativas desenvolvidas e muito centradas na manutenção e reforço das actuais parcerias. Assim, promoveram-se múltiplos e frequentes contactos junto das autarquias da AML no sentido de expor os

problemas encontrados nas envolventes das estações ferroviárias e dar conhecimento dos esforços desenvolvidos pela Unidade na melhoria do serviço de transporte.

Em 2008, na sequência de alterações estruturantes como foram a reabertura do túnel do Rossio e a conclusão da electrificação da linha do Sado, as autarquias da linha de Sintra e da linha do Sado foram especialmente privilegiadas nos contactos.

Foram ainda promovidas uma série de outras ações comerciais que procuraram divulgar os serviços da CP Lisboa junto do segmento jovem, tendo esta Unidade estado associada na promoção e apoio dos principais festivais de música do Verão que aconteceram na região da Grande Lisboa, efectuando comboios especiais de forma a oferecer uma alternativa viável de mobilidade para o público aderente a essas festividades. Em particular, a Unidade esteve presente e associou a imagem da CP a grandes eventos como o Rock in Rio, Oeiras Alive, Super Bock Super Rock e o concerto de Bob Sinclair na Praia de Carcavelos.

Deu-se ainda continuidade ao projecto "um amigo hoje ... um futuro amanhã", com o apoio a diversas actividades e visitas de estudo, que passaram pela oferta de viagens na linha de Sintra e Cascais a grupos de crianças mais necessitadas. No

total, foram 132 actividades que permitiram transportar nos comboios da CP Lisboa mais de 3300 crianças. No âmbito desta parceria, importa destacar algumas das actividades realizadas no período de Verão que possibilitaram que diversos grupos de crianças oriundas de bairros problemáticos da área limítrofe de Sintra tivessem oportunidade de viajar até às praias da Linha de Cascais na execução dos seus programas de lazer.

O tarifário da Unidade teve em 2008 um pequeno ajustamento estrutural, com a criação, pela Tutela, no último trimestre do ano, de um novo título de venda – o passe social 4\_18. Este título, no quadro das políticas sociais do Governo, permite que, crianças e jovens entre os 4 e 18 anos de idade, beneficiem de passes mensais com 50% de desconto sobre o preço base normal.

No que se refere ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) implementado na Unidade, a APCER efectuou em 2008 mais uma auditoria de renovação bem sucedida, considerando o auditor que a CP Lisboa mantém o cumprimento integral dos requisitos decorrentes da norma em vigor e que dispõe de um Sistema de Gestão da Qualidade adequado e eficaz.

## 6.1.2 Síntese dos Resultados

Do ponto de vista económico-financeiro, a CP Lisboa encerrou o ano de 2008 com um Resultado Operacional de -14.1 milhões de euros e um grau de cobertura operacional de cerca de 85%.

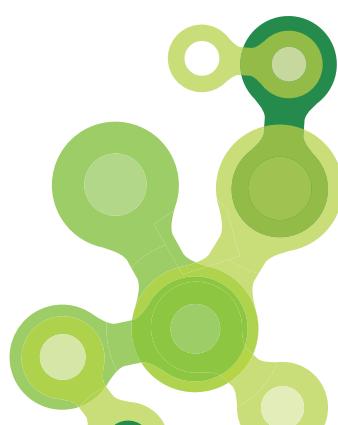
Os Proveitos Operacionais da CP Lisboa situaram-se acima dos 81 milhões de euros, sendo 95% destes originados de receitas directas de tráfego que cresceram, face ao ano anterior, 3,5 milhões de euros, ou seja, cerca de + 5%.

Esta evolução dos proveitos da Unidade foi repartida pelas 4 linhas onde a Unidade opera, mas obteve maior significado na linha de Sintra (variação de +5,6%) dado aí se ter verificado um aumento real do número de Passageiros transportados em 0,3% como resultado da reabertura da estação do Rossio.

No que respeita às restantes linhas, é de realçar a inversão da tendência de crescimento da Linha de Azambuja que apresentou uma quebra nos Passageiros transportados de 4,3% após 7 anos consecutivos de aumento gradual.

Esta redução, acrescida da redução de 1% nos Passageiros transportados na Linha de Cascais e de 2,8% na Linha do Sado – aqui muito motivado pelas dificuldades que as obras de electrificação provocaram na circulação e na qualidade do serviço oferecido – levou a que, em termos globais, os 96,4 milhões de Passageiros transportados em 2008 representem um decréscimo de 1% face a 2007.

Por títulos de venda, manteve-se a tendência de evolução positiva do passe combinado, que apresentou a maior taxa de crescimento (+3%) em contraponto ao decréscimo do Passe Intermodal (-3,8%) que continuamente vem evidenciando alguma inadequação às reais necessidades dos Clientes da AML. Nos títulos de venda internos, o título Bilhetes manteve-se estável enquanto o título Assinaturas registou um decréscimo de cerca de 3%.



## 6.1.3 Indicadores CP Lisboa

| CP LISBOA  | 2007   | 2008    | 08/07 | 08 - 07 |
|--|--------|---------|-------|---------|
| <b>Resultados</b>  |        |         |       |         |
| Resultado Operacional (mil) *  | -      | -14.113 | n.d.  | n.d.    |
| Proveitos Operacionais (mil) *   | -      | 81.346  | n.d.  | n.d.    |
| Custos Operacionais (mil) *  | -      | 95.459  | n.d.  | n.d.    |
| Grau de Cobertura Operacional *  | -      | 85,2%   | n.d.  | n.d.    |
| EBITDA (mil) *   | -      | -12.708 | n.d.  | n.d.    |
| * Devido à implementação em 2008 dos novos modelos de custeio do Material Circulante e dos Serviços Partilhados a informação financeira de 2008 não é comparável com 2007. |        |         |       |         |
| <b>Procura</b>   |        |         |       |         |
| Passageiros (mil)  | 97.313 | 96.377  | -1,0% | -935    |
| Sintra   | 48.310 | 48.478  | 0,3%  | 168     |
| Cascais  | 30.339 | 29.996  | -1,1% | -343    |
| Azambuja   | 15.631 | 14.956  | -4,3% | -675    |
| Sado   | 3.033  | 2.947   | -2,8% | -86     |
| Proveitos de Tráfego (mil) **  | 75.038 | 78.548  | 4,7%  | 3.509   |
| Sintra   | 35.249 | 37.241  | 5,6%  | 1.991   |
| Cascais  | 26.323 | 27.216  | 3,4%  | 893     |
| Azambuja   | 11.566 | 12.065  | 4,3%  | 499     |
| Sado   | 1.900  | 2.026   | 6,6%  | 126     |
| ** Não inclui os valores relativos a devoluções de títulos de transporte   |        |         |       |         |
| <b>Proveitos de Tráfego ** por tipo de Título (mil)</b>  |        |         |       |         |
| Bilhetes   | 33.178 | 35.081  | 5,7%  | 1.902   |
| Assinaturas  | 11.764 | 12.251  | 4,1%  | 487     |
| Passe Combinado  | 12.549 | 13.492  | 7,5%  | 943     |
| Passe Intermodal   | 15.292 | 15.232  | -0,4% | -60     |
| Outros Proveitos de Tráfego  | 2.255  | 2.492   | 10,5% | 237     |
| <b>Oferta Passageiros</b>  |        |         |       |         |
| Comboios Quilómetro (mil)  | 6.868  | 6.990   | 1,8%  | 122     |
| LKO (milhões)  | 6.722  | 6.756   | 0,5%  | 34      |
| PK / CK  | 191.9  | 185.6   | -3,3% | -6      |
| PK / LKO   | 19,6%  | 19,2%   | -2,0% | 0.0     |
| <b>Recursos Humanos</b>  |        |         |       |         |
| Efectivo Final   | 872    | 847     | -25   |         |
| Efectivo Médio   | 875    | 868     | -7    |         |
| PK / Efectivo Médio (mil)  | 1.506  | 1.495   | -0,8% | -11     |
| CK / Efectivo Médio (mil)  | 7.85   | 8.05    | 2,6%  | 0.2     |
| <b>Índice Pontualidade Diária</b>  |        |         |       |         |
| Sintra   | 89,0%  | 93,4%   | 4,4   |         |
| Cascais  | 97,0%  | 98,0%   | 1,0   |         |
| Azambuja   | 91,0%  | 87,2%   | -3,8  |         |
| Sado   | 98,0%  | 93,4%   | -4,6  |         |
| <b>Índice Regularidade Diária</b>  |        |         |       |         |
| Sintra   | 100%   | 100%    | 0     |         |
| Cascais  | 100%   | 100%    | 0     |         |
| Azambuja   | 100%   | 100%    | 0     |         |
| Sado   | 100%   | 99%     | -1    |         |

## 6.2 CP PORTO

### 6.2.1 Síntese da Actividade

O ano de 2008 pautou-se pela prossecução do desenvolvimento das várias actividades nas diferentes iniciativas estratégicas traçadas no Plano Estratégico CPmais, permitindo a continuação da criação e aumento de valor para a Empresa. Como principais marcos da actividade desenvolvida destacam-se:

- Efectivação da Conquista de Mercado perante a adequação da oferta à procura;
- Acções de venda e parcerias e actividades no âmbito da intermodalidade que contribuíram para o crescimento do tráfego e para a divulgação da imagem e notoriedade dos serviços Urbanos da CP no Porto e a sua afirmação no âmbito da AMP;
- Estabelecimento de parcerias ganhadoras dentro e fora do sector de transportes.

Das actividades empreendidas durante o ano de 2008, salientam-se:

#### No âmbito da Conquista de Mercado:

Prosseguindo na aposta por uma melhoria contínua no serviço prestado, para ir de encontro às expectativas dos Clientes, foram introduzidos alguns ajustamentos à oferta durante o ano de 2008.

Em 30 de Março de 2008, entraram em vigor alterações nos horários nas Linhas de Braga e de Guimarães, com mais circulações e viagens mais rápidas. Detectadas oportunidades de melhoria da oferta, em 14 de Dezembro de 2008 procederam-se a ajustamentos pontuais nas Linhas de Braga, Guimarães e Caíde, com maior impacto aos fins-de-semana.

De referir ainda que 2008 foi o ano de consolidação e maturação do Horário da Linha de Aveiro, introduzido em Abril de 2007, com a correspondente repercussão nos proveitos de tráfego, apesar dos constrangimentos existentes ao nível da infraestrutura e das implicações no modelo horário então adoptado em termos de frequência e cadência.

Para fazer face à execução das alterações no horário e dar resposta à pressão da procura, foram sendo introduzidas UTE's de Silício remodeladas, perfazendo um total de 7 até ao final do ano, em simultâneo com as anteriores 34 UME's 3400 (unidades eléctricas).

#### No âmbito das Acções de Venda / Parcerias / Intermodalidade:

Continuação da aposta clara na dinamização das acções de venda, contactos e divulgação dos serviços Urbanos do Porto. Ao nível dos Projectos especiais / grupos foram ultrapassadas as expectativas, com a realização de variados projectos de grande dimensão como Carnaval, Festivais, Red Bull, Praias, etc. Os grupos transportados, em 2008 totalizaram cerca de 44.738 Passageiros representando, um acréscimo, face ao ano anterior, de cerca de 11% que em receita se traduziu num aumento de 18,6%.

Realizaram-se durante o ano de 2008 cerca de 90.300 contactos em diferentes localidades, +55% face ao ano anterior.

O estabelecimento de Parcerias com outras entidades foi uma constante permitindo realizar operações especiais, estabelecer acordos comerciais de produtos diversificados e dinamizar as vendas.

No âmbito da intermodalidade foram realizadas diversas acções destacando-se o título exemplificativo a disponibilização de um espaço para bicicletas na estação de Braga.

#### Actividades no âmbito da Bilhética sem Contacto:

Prosseguiram os trabalhos no âmbito da Bilhética Sem Contacto com o intuito de introduzir este sistema tanto nos títulos monomodais, como nos títulos intermodais.

#### Actividades no âmbito da Variável Preço:

Apresentaram-se propostas de Acordo de Extensão do Tarifário Social do Sistema Intermodal Andante aos Títulos CP com Tarifário Social na Área do Grande Porto (Assinaturas de Estudantes e Bilhetes para Crianças, Pessoas Idosas, Reformados e Pensionistas) e de alteração da política de preços da CP de acordo com as regras de preços definidas para os títulos Andante.

Foram ainda equacionados os estudos para alteração do Modelo de Repartição de Receita Intermodal para critério Pk e apresentada respectiva proposta.

O tarifário da Unidade teve em 2008 um pequeno ajustamento estrutural, com a entrada em vigor no dia 1 de Setembro de um novo título de venda – o passe social mensal, designado de Cartão 4\_18@escola.tp.

## Actividades no âmbito da Gestão de Estações:

As acções de dinamização e "dar vida" às estações têm sido uma constante na actividade da CP Porto. Estas actividades consolidam a implementação da política de dinamização dos espaços comerciais proporcionando aos actuais e potenciais Clientes também o acesso a serviços de apoio úteis. A título exemplificativo, em 2008, a Estação de Porto São Bento passou a estar dotada de espaço na área da Saúde.

## Outras Actividades desenvolvidas durante 2008:

Das diversas acções desenvolvidas destacam-se: a transferência do ACC de Porto Campanhã para Porto São Bento; a assumpção pela CP Porto do Posto de Informação

Automatizada ao Público (SIP) para uma melhor prestação do serviço de informação aos Clientes, tirando proveito de sinergias propiciadas pela proximidade deste posto com o ACC; o lançamento do Catálogo de Produtos permitindo deste modo apoiar a venda ao Pessoal de Contacto. Este documento tem por finalidade proporcionar aos colaboradores informação sobre a venda dos serviços urbanos da CP Porto, constituindo-se como um instrumento de apoio fundamental para a divulgação e promoção dos benefícios e atributos dos produtos, junto dos actuais e potenciais Clientes.



## 6.2.2 Síntese dos Resultados

Ao nível do desempenho económico-financeiro, 2008 foi um ano de importante crescimento para a CP Porto, apesar do exercício ter encerrado com um Resultado Operacional negativo de cerca de 14 milhões de euros e uma Taxa de Cobertura Operacional de 60%.

Os Proveitos Operacionais cresceram, face a 2007, cerca de 13%, o correspondente, em termos absolutos, a um aumento de 2,4 milhões de euros, situando-se no final do ano próximo dos 21 milhões de euros.

Os Proveitos de Tráfego apresentaram um acréscimo na ordem dos 10,5%, ou seja, mais cerca de 2 milhões de euros, sendo representativos de cerca de 95% do total dos Proveitos Operacionais.

O aumento de Passageiros face ao ano anterior foi de cerca de 1,3 milhões, o que representa um acréscimo de 6,8%. Em 2008 foram servidos cerca de 20 milhões de Passageiros. O crescimento verificado deveu-se em grande parte ao aumento de Clientes na Linha de Aveiro: mais 800 mil Clientes, cerca de

62,5% do total de crescimento de Passageiros verificado na CP Porto. Em termos de Proveitos de Tráfego, constata-se que continuou a ser a Linha de Aveiro aquela que apresentou, em termos absolutos o acréscimo com maior significado (+1,2 milhões de euros).

Na estrutura dos Proveitos de Tráfego, os Bilhetes representam cerca de 63%, as Assinaturas 25% e os Títulos Intermodais cerca de 9%. O maior crescimento, em termos absolutos, foi nos Bilhetes Monomodais (+1,1 milhões de euros, ou seja, cerca de 9,9%). As Assinaturas Monomodais registaram um acréscimo de 386 milhares de euros a que corresponde uma taxa de variação de 8,5%. Em termos dos Títulos Intermodais, manteve-se a tendência de crescimento do título Andante.

O valor médio do Índice de Pontualidade foi de 93,2. Em termos globais, este Índice foi afectado pelos afrouxamentos impostos pelo gestor da infra-estrutura designadamente na Linha do Norte no último trimestre do ano.

## 6.2.3 Indicadores CP Porto

| CP PORTO  | 2007   | 2008    | 08/07 | 08 - 07 |
|---|--------|---------|-------|---------|
| <b>Resultados</b>   |        |         |       |         |
| Resultado Operacional [mil] *   | -      | -13.943 | n.d.  | n.d.    |
| Proveitos Operacionais [mil] *  | -      | 20.975  | n.d.  | n.d.    |
| Custos Operacionais [mil] *   | -      | 34.918  | n.d.  | n.d.    |
| Grau de Cobertura Operacional *   | -      | 60,1%   | n.d.  | n.d.    |
| EBITDA [mil] *  | -      | -13.076 | n.d.  | n.d.    |
| * Devido à implementação em 2008 dos novos modelos de custeio do Material Circulante e dos Serviços Partilhados a informação financeira de 2008 não é comparável com 2007.                |        |         |       |         |
| <b>Procura **</b>   |        |         |       |         |
| Passageiros [mil]   | 18.702 | 19.969  | 6,8%  | 1.267   |
| Aveiro  | 7.108  | 7.900   | 11,1% | 792     |
| Braga   | -      | 4.579   | n.d.  | n.d.    |
| Caíde   | -      | 5.568   | n.d.  | n.d.    |
| Guimarães   | -      | 1.922   | n.d.  | n.d.    |
| Proveitos de Tráfego [mil] ***  | 17.130 | 18.963  | 10,7% | 1.833   |
| Aveiro  | 6.846  | 8.059   | 17,7% | 1.213   |
| Braga   | -      | 4.307   | n.d.  | n.d.    |
| Caíde   | -      | 4.723   | n.d.  | n.d.    |
| Guimarães   | -      | 1.874   | n.d.  | n.d.    |
| ** A comparação dos valores de 2008 com os de 2007 apenas é possível para a Linha de Aveiro, devido à introdução em 2008 do MB Bilhete que alterou a repartição para as restantes linhas. |        |         |       |         |
| *** Bilhetes + Assinaturas + Andante  |        |         |       |         |
| <b>Proveitos de Tráfego por tipo de Título [mil]</b>  |        |         |       |         |
| Proveitos de Tráfego Totais   | 17.869 | 19.745  | 10,5% | 1.876   |
| Bilhetes  | 11.333 | 12.394  | 9,4%  | 1.061   |
| Assinaturas   | 4.522  | 4.907   | 8,5%  | 385     |
| Passes Combinados   | 1.292  | 1.683   | 30,3% | 391     |
| Outros Proveitos de Tráfego   | 722    | 761     | 5,4%  | 39      |
| <b>Oferta Passageiros</b>   |        |         |       |         |
| Comboios Quilómetro [mil]   | 4.253  | 4.627   | 8,8%  | 374     |
| LKO [milhões]   | 1.977  | 2.158   | 9,2%  | 181     |
| PK / CK   | 124,5  | 124,6   | 0,1%  | 0,1     |
| PK / LKO  | 26,8%  | 26,7%   |       | -0,1    |
| <b>Recursos Humanos</b>   |        |         |       |         |
| Efectivo Final  | 278    | 316     |       | 38      |
| Efectivo Médio  | 272    | 310     |       | 38      |
| PK / Efectivo Médio [mil]   | 1.947  | 1.860   | -4,5% | -87     |
| CK / Efectivo Médio [mil]   | 15,6   | 14,9    | -4,5% | -0,7    |
| <b>Índice Pontualidade Diária</b>   |        |         |       |         |
| Aveiro  | 93,0%  | 90,4%   |       | -2,6    |
| Braga   | 97,4%  | 95,6%   |       | -1,8    |
| Guimarães   | 95,7%  | 94,1%   |       | -1,6    |
| Caíde   | 97,7%  | 96,2%   |       | -1,5    |
| <b>Índice Regularidade Diária</b>   |        |         |       |         |
| Aveiro  | 100%   | 99%     |       | -1      |
| Braga   | 100%   | 100%    |       | 0       |
| Guimarães   | 100%   | 99%     |       | -1      |
| Caíde   | 100%   | 100%    |       | 0       |

## 6.3 CP LONGO CURSO

### 6.3.1 Síntese da Actividade

Com a entrada de uma nova estrutura de horário para o serviço de longo curso em Abril de 2007, durante o ano de 2008 as actividades da Unidade centraram-se na consolidação do aumento da procura, na melhoria do serviço ao Cliente, e no acompanhamento e monitorização da exploração. De todo o conjunto de actividades desencadeadas destacam-se:

#### Actividades Comerciais

Em 2008 o objectivo de crescimento da procura do tráfego AP e a consolidação do crescimento do tráfego IC foi assente no desenvolvimento dos segmentos alvo de maior potencial:

- Empresas (empresas de grande e média dimensão com elevada mobilidade dos seus colaboradores);
- Grupos (entidades organizadoras de viagens em grupo passíveis de utilizar o modo ferroviário);
- Estudantes (tendo sido desenvolvido um produto específico para este segmento).

No âmbito das Empresas a unidade manteve a sua aposta no produto CP/Empresas, negociando a atribuição de descontos em função do nível de utilização do transporte ferroviário de longo curso às empresas que manifestem a inserção na sua política interna da utilização do comboio como alternativa ao transporte individual. Com esse propósito, alterou a política comercial do produto passando a avaliação da adesão das empresas a ser feita pela receita gerada e não por número de viagens realizadas, adequando as regras de atribuição de descontos a uma medida efectiva de utilização do serviço, o passageiro x quilómetro. Para uma clarificação do objecto do produto CP/Empresas, retiraram-se deste as Associações, Ordens e Sindicatos e outras organizações similares, criando-se a figura de Acordo Comercial, com contornos específicos para estas organizações (percentagem de desconto fixa e inferior à das empresas) associados a contrapartidas comerciais de divulgação dos produtos CP nos meios de divulgação das organizações aderentes. No conjunto para estes Clientes empresariais obteve-se um aumento de receita na ordem dos 52%.

Como resultado da actividade no segmento dos Grupos, organizados para utilização da oferta regular quer recorrendo a comboios especiais, obteve-se um crescimento de 6% de Passageiros transportados e de 15% em receita.

Para o segmento estudantes, com maior incidência dos universitários, foi definida uma estratégia comercial assente na atribuição de descontos aos estudantes até 18 anos de qualquer grau de ensino e até 25 anos se universitários ou do ensino politécnico, ao mesmo tempo que se realizaram acções de promoção nas universidades. Estas actividades, realizadas no final do ano (início do ano lectivo) serão naturalmente avaliadas no final do ano lectivo, já durante o ano 2009.

#### Melhoria do Serviço ao Cliente

Desenvolveu-se um novo conceito de serviço a bordo para o serviço Alfa Pendular. Este novo conceito, que entrou em funcionamento a 1 de Outubro, permitiu melhorar, diversificar e uniformizar, em todas as circulações, o serviço prestado aos Clientes na classe conforto, do qual se destaca o serviço de restauração gourmet, o serviço de boas vindas, e uma maior gama de serviços de restauração adequada aos diversos segmentos de Clientes.

Numa estreita colaboração com os três operadores de comunicações móveis em Portugal (TMN, Vodafone e Optimus) foi efectuado um investimento conjunto de reforço do sinal de telemóvel a bordo dos comboios do serviço Alfa Pendular, cuja estrutura apresentava uma maior blindagem às comunicações móveis dos nossos Clientes. Com o investimento realizado, a qualidade de serviço sofreu um melhoramento significativo, permitindo actualmente a comunicação, quer de voz como de dados, praticamente ininterrupta ao longo da linha do Norte.

#### Renovação da Imagem do Intercidades

Para a revitalização do serviço Intercidades iniciou-se a implementação de uma nova imagem exterior das carruagens afectas a este serviço. Numa perspectiva de aproximação do serviço às localidades servidas, o painel lateral das carruagens Bar foi decorado com imagens típicas das cidades servidas. Da mesma forma três locomotivas 5600 foram decoradas com alusão aos 20 anos do serviço Intercidades e outras três ao transporte e ambiente.

#### Comunicação

Desenvolveram-se duas campanhas específicas para o produto Alfa Pendular, sendo uma delas direcionada para o segmento empresarial. Realizou-se também uma campanha Intercidades comemorativa dos 20 anos deste serviço e uma outra

campanha específica para o serviço Intercidades do Sul. Para divulgar o serviço Intercidades junto do segmento universitário prosseguiram as ações Train'Trip em universidades localizadas em cidades servidas pelo IC.

Divulgou-se a oferta para Grupos, desenvolvendo uma ação de comunicação específica para cerca de 2.300 escolas.

Promoveu-se, igualmente, o produto kit CP/Avis e as parcerias existentes com os vários parques de estacionamento.

Adicionalmente promoveu-se os canais de venda automáticos através de campanha realizada no Multibanco e na Internet.

## Canais de Venda

Continuou a apostar-se nos canais alternativos à bilheteira procurando diminuir o peso deste canal. Assim, a distribuição dos proveitos pelos canais de venda sofreu algumas alterações. Não obstante o canal Bilheteiras ter continuado a ser o canal preferencial, com um peso de 81%, o seu acréscimo face a 2007 foi só de 5%. O netTicket foi o canal que mais cresceu face a 2007 (56%) ultrapassando já os 7% do total dos proveitos. O Multibanco cresceu 17% face a 2007, sendo que o peso no total dos proveitos é de 6%. O peso do canal AV cresceu 12% face a 2007. O peso das MVAs e da VT não sofreu alteração no total dos proveitos, no entanto as MVAs decresceram 7% face a 2007, sendo que a VT se manteve.

## Oferta

A CP Longo Curso realizou em 2008 aproximadamente 8.500 comboios\*km, incluindo as marchas associadas aos serviços

regulares, o que representou um crescimento de 5,4% face a 2007.

O acréscimo resultou principalmente:

- Das alterações ocorridas no horário em 22 de Abril de 2007 se reflectirem no período compreendido entre Janeiro e Abril de 2008 comparativamente a 2007;
- Do aumento do número de Comboios de Desdoblamento e respectivas marchas associadas no eixo Lisboa-Porto;
- Do percurso do Lusitânia Comboio Hotel, no período entre 24 de Janeiro e 13 de Dezembro, se ter efectuado por Vilar Formoso.

## Pontualidade

Quanto aos indicadores de Pontualidade, os valores obtidos ficaram bastante aquém do que seriam desejáveis. A principal causa dos baixos índices de pontualidade são os afrouxamentos da Linha do Norte que, em conjunto com as ocorrências na infraestrutura – Convel, sinalização, catenária e regulação são responsáveis por 70% dos tempos de atraso dos comboios.

O serviço Alfa Pendular teve um decréscimo acentuado da sua prestação comparativamente ao ano anterior. O índice médio de pontualidade diminuiu de 80% para 60% sendo Dezembro o pior mês com 36%. O serviço Intercidades sofreu uma quebra significativa de 76% para 63%. No tráfego internacional ocorreu uma melhoria do desempenho de 61% para 74%.

## 6.3.2 Síntese dos Resultados

- O Resultado Operacional da CP Longo Curso foi de 3,3 milhões de euros positivos, ou seja uma margem de cerca de 4%.
- A CP Longo Curso manteve em 2008 a tendência de crescimento dos Proveitos Operacionais que se tem vindo a verificar nos últimos anos e que ascenderam a 87,5 milhões de euros, ou seja um crescimento de 8% face a 2007;
- Também ao nível dos Proveitos de Tráfego a Unidade conseguiu manter a tendência de crescimento com um total de proveitos de 86.024 mil euros, o que representa um aumento de 8,6% face a 2007;
- O Alfa Pendular registou acréscimos de 4,7% nos proveitos e 0,1% nos Passageiros transportados;
- O Intercidades registou acréscimos de 15,7% nos proveitos, aos quais correspondem aumentos de 15% nos Passageiros.

Este aumento fica a dever-se ao reforço da oferta IC's nos vários eixos;

- O Internacional registou perdas na ordem dos 2% dos proveitos e de 8% nos Passageiros. A concorrência das *low-cost* no eixo Lisboa-Madrid e a degradação do serviço Sud-Express, são razões que explicam as quebras nestes tráfegos;
- O produto com maior crescimento foi o CP/Empresas: os Proveitos gerados tiveram um crescimento de 52% (passaram de 2.038 mil € para 3.091 mil €) e os Passageiros transportados ao abrigo dos protocolos cresceram 43% (132 mil em 2008). Os Proveitos deste produto têm um peso de 3,6% no total dos Proveitos da CP Longo Curso.

### 6.3.3 Indicadores CP Longo Curso

| CP LONGO CURSO   | 2007   | 2008   | 08/07 | 08 - 07 |
|--|--------|--------|-------|---------|
| <b>Resultados</b>  |        |        |       |         |
| Resultado Operacional (mil) *  | -      | 3.262  | n.d.  | n.d.    |
| Proveitos Operacionais (mil) *   | -      | 87.478 | n.d.  | n.d.    |
| Custos Operacionais (mil) *  | -      | 84.217 | n.d.  | n.d.    |
| Grau de Cobertura Operacional *  | -      | 103,9% | n.d.  | n.d.    |
| EBITDA (mil) *   | -      | 3.677  | n.d.  | n.d.    |
| * Devido à implementação em 2008 dos novos modelos de custeio do Material Circulante e dos Serviços Partilhados a informação financeira de 2008 não é comparável com 2007. |        |        |       |         |
| <b>Procura</b>   |        |        |       |         |
| Passageiros (mil)  | 4.879  | 5.314  | 8,9%  | 435     |
| Alfa Pendular  | 1.793  | 1.795  | 0,1%  | 2       |
| Intercidades   | 2.918  | 3.364  | 15,3% | 446     |
| Internacional **   | 168    | 155    | -7,7% | -13     |
| Proveitos de Tráfego (mil)   | 79.245 | 86.024 | 8,6%  | 6.779   |
| Alfa Pendular  | 37.814 | 39.604 | 4,7%  | 1.790   |
| Intercidades   | 32.789 | 37.949 | 15,7% | 5.161   |
| Internacional  | 8.643  | 8.471  | -2,0% | -172    |
| ** Para efeitos de comparabilidade, o valor de 2007 foi recalculado de acordo com os novos critérios de apuramento.  |        |        |       |         |
| <b>Proveitos de Tráfego por tipo de Cliente (mil)</b>  |        |        |       |         |
| CP Empresas  | 2.038  | 3.091  | 51,7% | 1.053   |
| Outros Clientes  | 77.207 | 82.933 | 7,4%  | 5.726   |
| <b>Oferta Passageiros</b>  |        |        |       |         |
| Comboios Quilómetro (mil)  | 8.064  | 8.499  | 5,4%  | 436     |
| LKO (milhões)  | 2.245  | 2.593  | 15,5% | 348     |
| PK / CK  | 156    | 161    | 3,6%  | 6       |
| PK / LKO   | 56%    | 53%    |       | -3      |
| <b>Recursos Humanos</b>  |        |        |       |         |
| Efectivo Final   | 514    | 511    |       | -3      |
| Efectivo Médio   | 516    | 511    |       | -5      |
| PK / Efectivo Médio (mil)  | 2.433  | 2.684  | 10,3% | 251     |
| CK / Efectivo Médio (mil)  | 15.6   | 16.6   | 6,4%  | 1       |
| <b>Índice Pontualidade</b>   |        |        |       |         |
| Alfa Pendular  | 80%    | 60%    |       | -20     |
| Intercidades   | 76%    | 63%    |       | -13     |
| Internacional  | 61%    | 74%    |       | 13      |
| <b>Índice Regularidade</b>   |        |        |       |         |
| Alfa Pendular  | 100%   | 99%    |       | -1      |
| Intercidades   | 100%   | 99%    |       | -1      |
| Internacional  | 100%   | 94%    |       | -6      |

## 6.4 CP REGIONAL

### 6.4.1 Síntese da Actividade

A actividade desenvolvida pela CP Regional, durante o ano de 2008, foi enquadrada pela estratégia definida até 2010, e que tem por base 3 linhas de actuação:

- Reinventar a oferta regional, de modo a responder mais eficazmente à procura;
- Racionalizar a utilização dos meios produtivos;
- Contratualizar com o Estado o serviço público realizado pela Unidade.

A oferta regular da CP Regional, em 2008, não teve alterações significativas relativamente ao horário implementado em Março de 2007.

A Unidade de Negócio concentrou os seus esforços comerciais na melhoria da imagem dos pontos de venda, na divulgação dos seus serviços, na implementação da oferta turística na linha da Beira Baixa, com a realização do "Comboio Aventura", na promoção e angariação de procura para o comboio a vapor na linha do Douro e na participação em eventos e festas regionais que captaram procura para a CP Regional e divulgaram a marca CP.

Foi realizada uma acção inovadora de divulgação comercial, recorrendo ao "drop mail", com resultados muito satisfatórios. Esta acção divulgou os serviços, levou a que o comboio fosse experimentado por pessoas que não o utilizavam e simultaneamente permitiu a recolha de dados para um melhor conhecimento dos Clientes da UN.

A UN continuou a melhorar a imagem das suas bilheteiras, tendo, neste âmbito, iniciado, de forma precursora na Empresa, a venda de "merchandising" CP com resultados muito positivos, em especial, na promoção dos serviços e da imagem da Empresa junto dos Clientes.

Relativamente aos indicadores de pontualidade e de regularidade global dos comboios é de salientar a regularidade média, com um valor de 99%, situando-se a pontualidade média dos comboios nos 88%, ambas ligeiramente melhores do que em 2007.

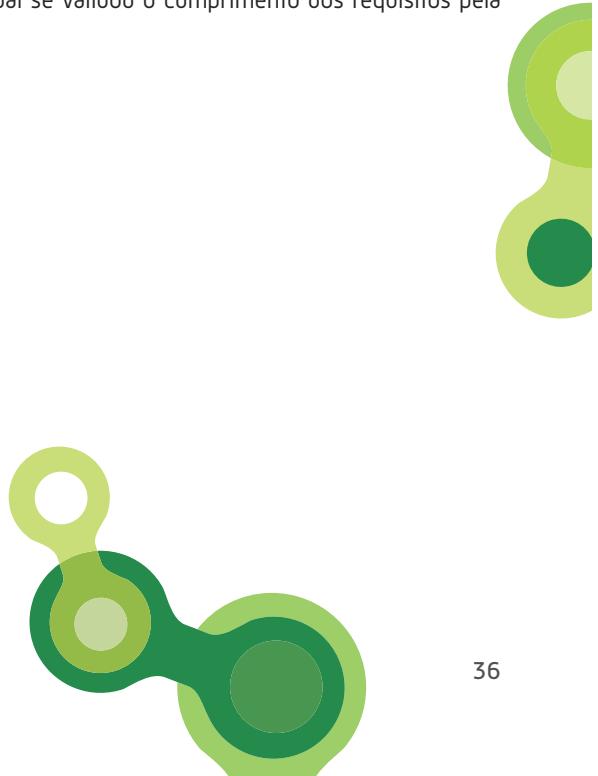
Em 2008, iniciou-se a implementação do novo modelo tarifário, aprovado para os serviços da CP Regional, e que tem por objectivo resolver as inconsistências detectadas na tabela dos preços praticados com o modelo anterior e acabar com as distorções que deste resultavam, em especial, a perda de

receita, essencial para o equilíbrio financeiro da U.N. Para atenuar os enormes impactos previstos, nos Clientes e nas contas de exploração da Unidade de Negócio, o novo modelo tarifário será implementado em 5 anos. Em 29 de Junho de 2008, entrou em vigor a primeira fase da implementação.

Depois, de em 2007, se ter procedido ao desenvolvimento, instalação e aos testes para homologação de um protótipo, em 2008 foram instalados, em todas as automotoras ao serviço na linha do Tua, os sistemas de comunicação necessários à realização da oferta com agente único e procedeu-se à implementação deste modo de operação com a colaboração da Empresa do Metro Ligeiro de Mirandela.

No âmbito da racionalização da utilização dos meios produtivos, a CP Regional reduziu o seu efectivo em 14 pessoas, relativamente ao início do ano. No final do ano a UN atingiu o objectivo de realizar toda a sua oferta com material automotor, libertando em Dezembro as carruagens que ainda tinha ao seu serviço [11] e duas locomotivas 1400.

De destacar os resultados obtidos ao nível dos consumos de energia para tracção, com uma redução de 490 mil litros de gásóleo consumidos, consequência da redução, em 4,5%, do consumo médio das automotoras diesel. Estes resultados foram obtidos, com a realização de acções de sensibilização e formação dos maquinistas para uma condução mais eficiente. Ao nível da Gestão da Qualidade, a CP Regional confirmou a certificação obtida em 2007, após a realização de uma auditoria externa na qual se validou o cumprimento dos requisitos pela UN.



## 6.4.2 Síntese dos Resultados

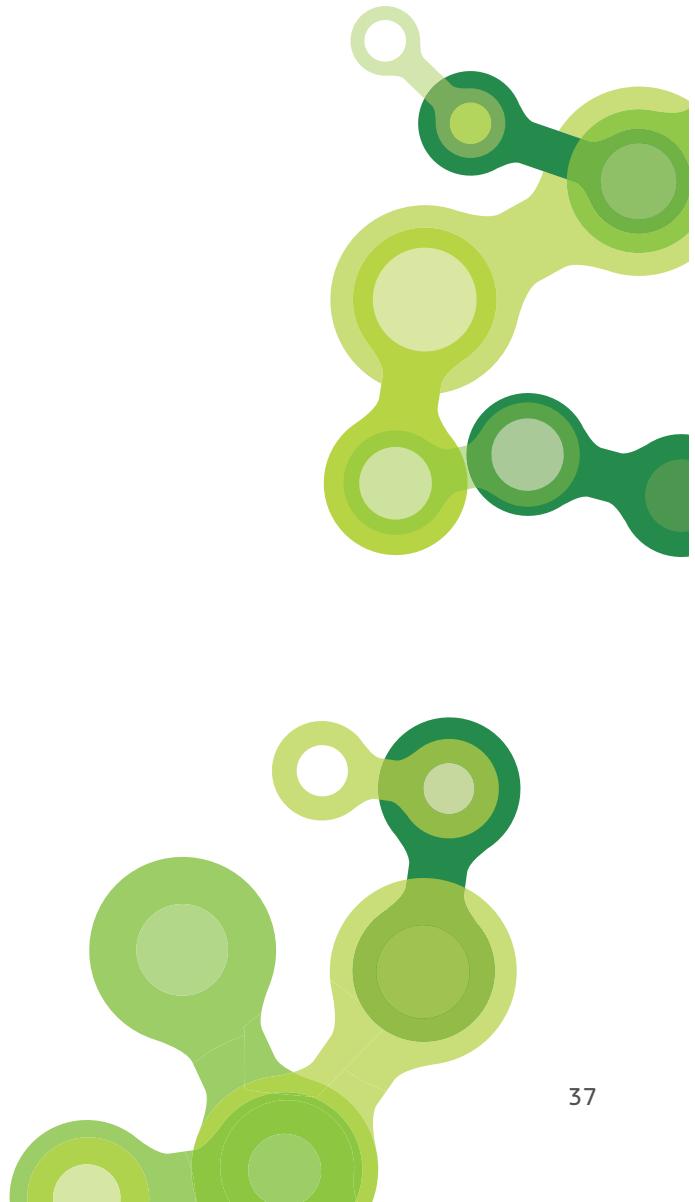
A Unidade encerrou o ano de 2008 com proveitos operacionais de 34 milhões de euros, com custos operacionais de 90.8 milhões de euros e com um resultado operacional de -56.8 milhões de euros. A taxa de cobertura foi de 37,5%. Verificou-se um crescimento dos Passageiros transportados (+46 mil) ainda que com um percurso médio inferior e que conduziu a uma redução de 1% nos PK's (5.882 mil PK's). Globalmente, os valores da procura reflectem uma alteração estrutural ocorrida desde o início do ano, ou seja, aumentou a fidelização de Clientes, com o aumento muito significativo da venda de assinaturas e redução da venda de bilhetes. As assinaturas que representavam 23% dos PK's, em 2007, passaram a representar 25% dos PK's em 2008. A subida, repentina e muito notada, do preço dos combustíveis terá contribuído fortemente para esta evolução. As Linhas que contribuem mais para o volume de procura, continuam a ser o Minho, o Douro Via Larga, o Norte, o Ramal da Lousã, o Ramal de Tomar, o Algarve e o Urbano de Coimbra.

Estas linhas representaram 82% das viagens realizadas em comboios regionais.

De dimensão média, os serviços nas Linhas do Vouga, da Beira Alta, da Beira Baixa e do Oeste, transportaram no seu conjunto 15% dos Passageiros.

Os serviços nas Linhas do Tâmega, do Corgo, do Tua, Coimbra – Figueira da Foz, do Leste, do Alentejo e do Sul registaram procura muito reduzida, somando no seu conjunto 420 mil Passageiros, o que representou 3% do total de Passageiros da Unidade.

Os serviços de transporte realizados sobre as linhas do litoral são os que mais contribuem, para os Proveitos de Tráfego assumindo especial relevo nesta vertente a Linha do Norte e o Ramal de Tomar. Nos serviços sobre as restantes Linhas, é de destacar os proveitos obtidos nas linhas do Douro Via Larga, do Minho, do Algarve, do Oeste, no Ramal da Lousã e no Urbano de Coimbra.



## 6.4.3 Indicadores CP Regional

| CP REGIONAL  | 2007    | 2008    | 08/07  | 08 - 07 |
|--|---------|---------|--------|---------|
| <b>Resultados</b>  |         |         |        |         |
| Resultado Operacional (mil) *  | -       | -56.826 | n.d.   | n.d.    |
| Proveitos Operacionais (mil) *   | -       | 34.022  | n.d.   | n.d.    |
| Custos Operacionais (mil) *  | -       | 90.848  | n.d.   | n.d.    |
| Grau de Cobertura Operacional *  | -       | 37,4%   | n.d.   | n.d.    |
| EBITDA (mil) *   | -       | -56.213 | n.d.   | n.d.    |
| * Devido à implementação em 2008 dos novos modelos de custeio do Material Circulante e dos Serviços Partilhados a informação financeira de 2008 não é comparável com 2007. |         |         |        |         |
| <b>Procura</b>   |         |         |        |         |
| Passageiros (mil)  | 13.811  | 13.857  | 0,3%   | 46      |
| PK's (mil)   | 574.455 | 568.573 | -1,0%  | -5.882  |
| Proveitos de Tráfego (mil)   | 32.390  | 31.964  | -1,3 % | -426    |
| <b>Proveitos de Tráfego por tipo de Título (mil)</b>   |         |         |        |         |
| Bilhetes   | 22.616  | 22.025  | -2,6%  | -591    |
| Assinaturas  | 4.692   | 5.155   | 9,9%   | 464     |
| Outros Proveitos Tráfego   | 5.083   | 4.784   | -5,9%  | -299    |
| <b>Oferta Passageiros</b>  |         |         |        |         |
| Comboios Quilómetro (mil)  | 11.730  | 11.487  | -2,1%  | -244    |
| LKO (milhões)  | 2.893   | 2.842   | -1,8%  | -51     |
| PK / CK  | 49.0    | 49.5    | 1,1%   | 1       |
| PK / LKO   | 19,9%   | 20,0%   | 0,7%   | 0,1%    |
| <b>Recursos Humanos</b>  |         |         |        |         |
| Efectivo Final   | 1.032   | 1.018   | -14    |         |
| Efectivo Médio   | 1.043   | 1.022   | -21    |         |
| PK / Efectivo Médio (mil)  | 551     | 556     | 1,0%   | 6       |
| CK / Efectivo Médio (mil)  | 11.2    | 11.2    | 0,0%   | 0       |
| <b>Índice Pontualidade</b>   |         |         |        |         |
|  | 87%     | 88%     | 1      |         |
| <b>Índice Regularidade</b>   |         |         |        |         |
|  | 99%     | 99%     | 0      |         |

## 6.5 CP CARGA

### 6.5.1 Síntese da Actividade

O desempenho da CP Carga em 2008 foi substancialmente influenciado pela conjuntura macroeconómica desfavorável que se manifestou ao longo do exercício, e de forma mais acentuada nos dois últimos meses de Novembro e Dezembro, com impactos negativos na generalidade dos sectores de actividade e na actividade transportadora.

Com o agudizar da crise, a CP Carga viu-se confrontada, com uma agressividade cada vez mais forte da concorrência designadamente rodoviária e com o deslizamento da data de entrada em produção de projectos comuns. Face à quebra generalizada da procura, os Clientes fizeram reflectir na actividade da Unidade as suas dificuldades em escoar os produtos, levando a que se tenha registado um número de comboios suprimidos superior ao do ano anterior.

Estruturalmente, a actividade da CP Carga continua a assentar numa carteira de negócios composta por um número reduzido de Produtos/Clientes, o que se traduz em alguma vulnerabilidade perante o mercado, designadamente em períodos de recessão económica e de quebra do investimento público. Em 2008, os tráfegos mais representativos da Unidade (em receita e volume) continuaram a ser o transporte de Carvão, Cimento, Contentores, Madeira, Areia, Minérios, Produtos Siderúrgicos e Cereais e Farinhas, tráfegos que num contexto de conjuntura desfavorável, se reduziram significativamente. No ano de 2008 a contracção da procura no transporte ferroviário registou-se não só no mercado interno, como nas relações com Espanha, afectada mais intensamente que o nosso País.

Não obstante o volume de toneladas transportadas em 2008 ter baixado face a 2007, os indicadores de produção registaram tendências de crescimento: 3,6% nos CK's e 0,7% nos percursos do material motor. Esta situação ficou a dever-se a factores de ordem técnica, nomeadamente decorrentes da reaffectação do material motor, com impacto na capacidade de tracção da CP Carga, e a factores de natureza comercial. Os factores de natureza comercial tiveram especial impacto no último trimestre do ano devido à quebra acentuada da procura. No que diz respeito a atrasos dos comboios, não obstante os condicionalismos de ordem externa impostos pela REFER, designadamente o elevado número de interdições de via e os afrouxamentos,

registou-se uma melhoria significativa dos índices de Pontualidade em todas as faixas dos atrasos: a quantidade de comboios com atrasos inferiores a 30 minutos passou de 52% em 2007 para 64% em 2008 e os comboios com atrasos superiores a 2 horas passou de 12% para 8%, em idênticos períodos.

A regularidade dos comboios situou-se na ordem dos 82% o que representa uma ligeira quebra face ao ano anterior (84% em 2007).

**Em 2008 a CP Carga realizou investimentos estratégicos, que visaram contribuir de forma determinante para aumentar a competitividade da Unidade e melhorar a qualidade do serviço de transporte aos Clientes.**

A este título destaca-se a eliminação de diversos constrangimentos na Infraestrutura com a conclusão da 1ª fase de Electrificação de Ramais de Mercadorias (um total de 6) ao abrigo do protocolo CP/REFER. Estas electrificações permitem melhorar a gestão do material motor e aumentar a produtividade das locomotivas, por via da substituição da tracção diesel por tracção eléctrica, com impactos significativos ao nível da redução de custos de operação. Foi ainda concluída a ligação do Complexo da Siderurgia Nacional à rede ferroviária nacional, ao abrigo do Protocolo de cooperação e investimento com a Lusosider e SN Longos e foi realizado tráfego experimental no ramal.

Num quadro de liberalização do transporte ferroviário de mercadorias foram desenvolvidas parcerias com operadores logísticos e com Clientes no âmbito da construção de Ramais, tais como o Ramal da fábrica de biodiesel nos Riachos e o Ramal Pirites.

O ano de 2008 fica assinalado como o ano em que a Unidade realizou a mais complexa operação de transporte e logística da sua história ao transportar duas turbinas de dimensões excepcionais do porto da Figueira da Foz para a Central Termoeléctrica de Lares.

Operação especial de outra natureza foi a realização, no prazo de 15 dias, de um adicional de 80 comboios a partir do Terminal XXI em Sines, em resposta às necessidades do Cliente.

O ano de 2008 ficou marcado pela implementação do Sistema de Gestão de Qualidade na CP Carga. Ficou assim reconhecido

## 6.5.2 Síntese dos Resultados

que a actividade da CP Carga se orienta por padrões de Qualidade e de Melhoria Contínua.

No domínio da actividade comercial e operacional, a CP Carga enfrentou importantes desafios ao longo do ano 2008, tendo conseguido atingir, ainda assim, 10,4 milhões de toneladas transportadas e 68,9 milhões de euros de proveitos directos dos tráfegos. Estes valores no final do exercício representam ligeiras variações face a 2007: um decréscimo de volume de 1,2% e um acréscimo de receitas de 1,4%. O desempenho medido em Toneladas\*Quilómetro desceu 1,4%, sendo que estes mesmos indicadores da procura estiveram sempre acima dos verificados em 2007 até Outubro de 2008. Nessa data e em termos acumulados, registaram-se acréscimos de 3% de toneladas e 5% de receitas do tráfego, comparativamente com 2007. Nos últimos dois meses do ano, o agravamento da crise económica no país, provocou uma forte quebra na procura do transporte por parte dos Clientes, para níveis que já não se registavam desde 2003.

Contudo é de destacar performances distintas consoante os tráfegos. **Pela positiva destacam-se os de Carvão (mais 4% em volume do que em 2007) de Areia (aumento de 5% face ao ano anterior) de Combustíveis (inclui o transporte de "jet fuel" e biodiesel e cresceu 84% face a 2007) e de Minérios (aumento de 4% face ao ano anterior).**

Pelo contrário, os tráfegos de Cimento (descida de 4% face ao ano anterior) de Madeira (quebra de 11% comparativamente com 2007) de Produtos Siderúrgicos (decréscimo de 18% nas quantidades transportadas) e de Cereais e Farinhas (menos 17% de toneladas do que em 2007) apresentaram desempenhos aquém do esperado, fundamentalmente como consequência da quebra de investimento em obras públicas e do abrandamento da economia portuguesa e espanhola. O tráfego de Contentores manteve-se em níveis idênticos aos de 2007.

Os Proveitos Operacionais em 2008 ascenderam a 75,3 milhões de euros, contra 72,1 milhões de euros em 2007, o que representa um aumento de 3 milhões de euros ou seja +4%.

Os proveitos do Tráfego aumentaram 797 mil de euros ou seja 1%. Os tráfegos que mais contribuíram para este aumento foram os de areia, carvão, combustíveis, pasta de papel e minérios.

A CP Carga registou em 2008 um Resultado Operacional negativo da ordem dos 24,8 milhões de euros, tendo os custos sido afectados pela forte oscilação dos preços de combustível.



## 6.5.3 Indicadores CP Carga

| CP CARGA   | 2007    | 2008    | 08/07  | 08 - 07 |
|--|---------|---------|--------|---------|
| <b>Resultados</b>  |         |         |        |         |
| Resultado Operacional [mil] *  | -       | -24.866 | n.d.   | n.d.    |
| Proveitos Operacionais [mil] *   | -       | 75.280  | n.d.   | n.d.    |
| Custos Operacionais [mil] *  | -       | 100.145 | n.d.   | n.d.    |
| Grau de Cobertura Operacional *  | -       | 75,2%   | n.d.   | n.d.    |
| EBITDA [mil] *   | -       | -23.767 | n.d.   | n.d.    |
| * Devido à implementação em 2008 dos novos modelos de custeio do Material Circulante e dos Serviços Partilhados a informação financeira de 2008 não é comparável com 2007. |         |         |        |         |
| <b>Procura</b>   |         |         |        |         |
| Toneladas [mil]  | 10.556  | 10.425  | -1,2%  | -131    |
| TK's [milhões]   | 2.586   | 2.550   | -1,4%  | -36     |
| Proveitos de Tráfego [mil]   | 68.294  | 69.091  | 1,2%   | 797     |
| <b>Tráfego de Contentores (TEU's)</b>  |         |         |        |         |
| Exportação   | 10.679  | 9.497   | -11,1% | -1.182  |
| Importação   | 9.253   | 9.436   | 2,0%   | 183     |
| Nacional   | 165.141 | 170.474 | 3,2%   | 5.333   |
| <b>Oferta Mercadorias</b>  |         |         |        |         |
| Comboios Quilómetro [mil]  | 8.030   | 8.316   | 3,6%   | 286     |
| TKBR [milhões]   | 5.080   | 4.994   | -1,7%  | -86     |
| TK / CK  | 322     | 307     | -4,8%  | -15     |
| TKBR/CK  | 633     | 601     | -5,1%  | -32,1   |
| <b>Recursos Humanos</b>  |         |         |        |         |
| Efectivo Final   | 816     | 818     | 2      |         |
| Efectivo Médio   | 813     | 817     | 4      |         |
| TK / Efectivo Médio [mil]  | 3.181   | 3.121   | -1,9%  | -60     |
| CK / Efectivo Médio [mil]  | 9.9     | 10.2    | 3,1%   | 0.3     |
| <b>Índice Pontualidade</b>   |         |         |        |         |
| Comboios Bloco (< 30 min)  | 59%     | 65%     | 6      |         |
| Comboios Plano (< 30 min)  | 48%     | 57%     | 9      |         |
| Comboios Bloco (> 2 horas)   | 10%     | 6%      | -3     |         |
| Comboios Plano (> 2 horas)   | 14%     | 9%      | -5     |         |
| <b>Índice Regularidade</b>   |         |         |        |         |
|  | 84%     | 82 %    | -2     |         |

# 7 GESTÃO FINANCEIRA

## 7.1 Introdução

No exercício de 2008 foram atingidos os dois mil milhões de euros de Capital Próprio negativo, reflectindo um aumento de quase 11% em relação ao ano anterior, deixando a CP cada vez mais dependente do financiamento do mercado financeiro, o que só tem sido possível com o apoio implícito institucional do Estado decorrente do estatuto jurídico de Empresa Pública.

A última dotação de Capital Estatutário (actualmente 1.995.317 m.€), atribuída em 1998, no valor de 598.557 milhares de euros, recebida durante os anos de 1999, 2000 e 2001, tornou-se manifestamente insuficiente ao longo dos anos, acarretando para a CP a contratação de empréstimos e a assunção de encargos financeiros, que vêm onerando significativamente a exploração corrente de cada um dos últimos anos.

Em 2008 as transferências do Estado a favor da CP, na forma de subsídios ao investimento (PIDDAC) e à exploração (IC's) no montante de 7.986 m.€ e 30.732 m.€, respectivamente, apesar de exprimirem um aumento de 14,4% face ao ano anterior, não evitaram que a CP gerasse uma Necessidade Global de Fundos de 590.071 m.€.

| Cashflows                                 | 2008           | 2007           | Variação       | (m.€) Vár. %  |
|---|----------------|----------------|----------------|---------------|
| (+) Investimentos (incl. juros de Imob.)  | -9.565         | -14.047        | 4.483          | -31,91%       |
| (+) Fluxos de Caixa Operacionais Líquidos | 108.059        | 88.625         | 19.434         | 21,93%        |
| (+) Encarg. Fin. Líquid.                  |                |                |                |               |
| (juros, taxas, comis.e outros)            | 143.722        | 111.147        | 32.576         | 29,31%        |
| (+) Reembolsos de empréstimos             | 387.536        | 269.880        | 117.656        | 43,60%        |
| <b>(=) Necessidades de Fundos</b>         | <b>629.752</b> | <b>455.603</b> | <b>174.148</b> | <b>38,22%</b> |
| (-) Dotações de capital                   |                |                |                |               |
| (-) PIDDAC                                | 7.986          | 5.250          | 2.736          | 52,12%        |
| (-) Indemnizações Compensatórias          | 30.732         | 28.594         | 2.137          | 7,47%         |
| (-) Subsídios Comunitários                | 541            | 6.926          | -6.385         | -92,19%       |
| (-) Outras dotações                       | 423            | 441            | -18            | -4,17%        |
| <b>(=) Nec. Global de Fundos</b>          | <b>590.071</b> | <b>414.393</b> | <b>175.679</b> | <b>42,39%</b> |

Esta Necessidade Global de Fundos em 2008, agravada em 42% em relação a 2007, força a CP a recorrer sistematicamente ao capital alheio para financiar o deficit de exploração e o programa de investimentos, bem como refinanciar a sua dívida de curto prazo, não obstante o desagravamento de 3% da cobertura de endividamento, passando de -3,46 em 2007 para -3,34 em 2008. A estrutura financeira desequilibrada da CP, evidenciada pela negatividade dos Capitais Próprios, reflectindo o agravamento em 10% na sua autonomia financeira, originou um endividamento total acumulado de 3.025.999 m.€ no final de 2008 (mais 7,6% que em 2007) sendo o endividamento bancário de 863.123 m.€.

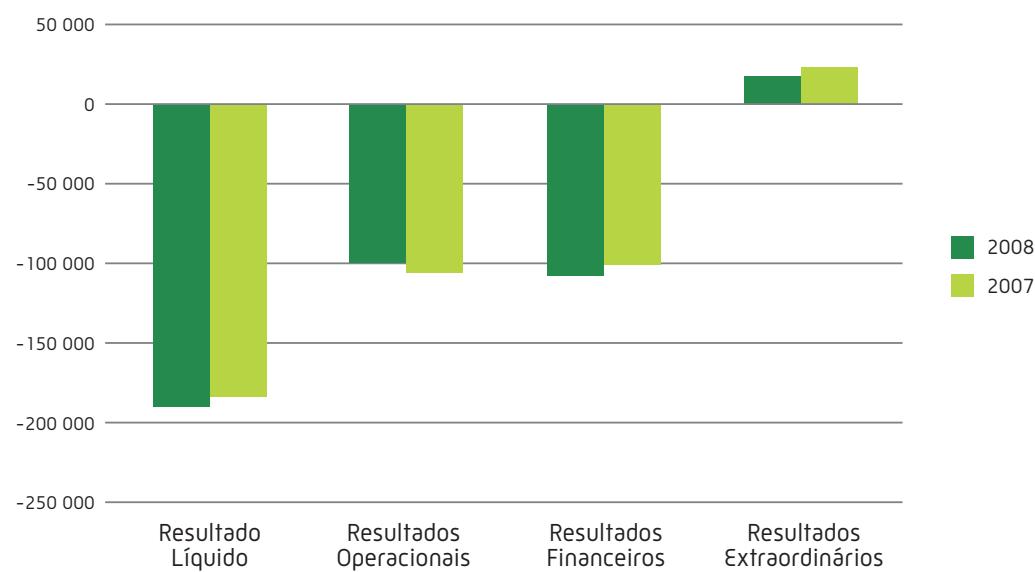
## 7.2 Resultados do Exercício

O *Resultado Líquido do Exercício*, contrariando a melhoria de 4,7% verificada de 2006 para 2007, apresenta agora um aumento dos prejuízos de 3,5%, passando de -183.889 m.€ em 2007 para -190.386 m.€ em 2008.

Para este aumento contribuiu o agravamento dos Resultados Financeiros negativos em 7.178 m.€ e o decréscimo dos Resultados Extraordinários em 5.499 m.€, respectivamente, 7,1% e 23,9%.

| Resultados                 | 2008     | 2007     | Variação | [m.€] |
|----------------------------|----------|----------|----------|-------|
| Resultados Operacionais    | -99.747  | -105.955 | 6.208    | 5,9%  |
| Resultados Financeiros     | -107.815 | -100.637 | -7.178   | -7,1% |
| Resultados Extraordinários | 17.515   | 23.014   | -5.499   | 23,9% |
| Resultado Antes Impostos   | -190.048 | -183.577 | -6.471   | -3,5% |
| Resultado Líquido          | -190.386 | -183.889 | -6.497   | -3,5% |

Com excepção dos Resultados Operacionais, verifica-se uma evolução desfavorável dos Resultados apurados, como se pode constatar no seguinte gráfico:

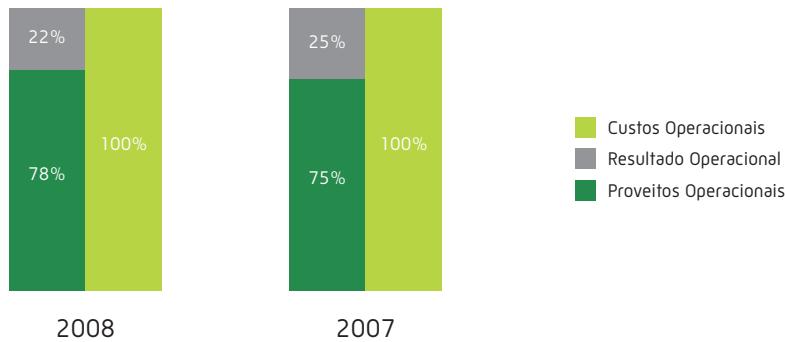


## Resultados Operacionais

A evolução positiva verificada no Resultado Operacional derivou do aumento dos Proveitos Operacionais de 19.956 m.€ (6%) superiores ao agravamento dos Custos Operacionais de 13.748 m.€ (3,2%).

| Resultados Operacionais | 2008    | 2007     | Variação | (m.€) |
|-------------------------|---------|----------|----------|-------|
| Proveitos Operacionais  | 344.959 | 325.003  | 19.956   | 6,1%  |
| Custos Operacionais     | 444.706 | 430.958  | 13.748   | 3,2%  |
| Resultado Operacional   | -99.747 | -105.955 | 6.208    | -5,9% |

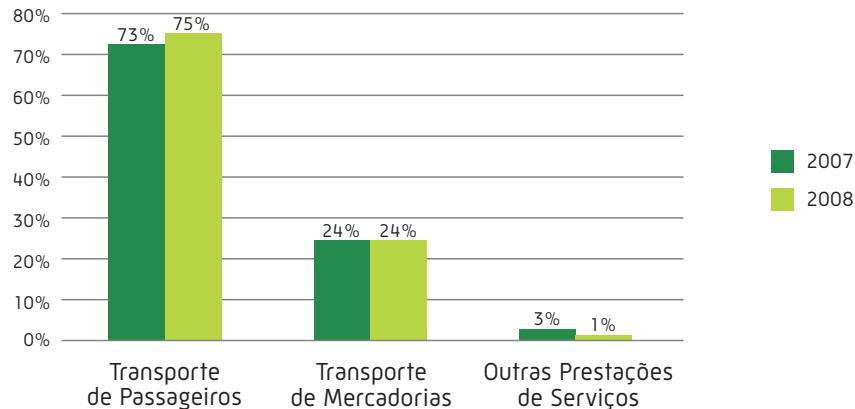
Verifica-se igualmente que a taxa de cobertura dos custos operacionais teve uma evolução positiva, passando de 75%, em 2007, para 78% em 2008.



Para a evolução positiva dos Proveitos Operacionais contribuiu de forma significativa o acréscimo verificado nas *Prestações de Serviços* de 8.222 m.€ (2,9%) face ao exercício anterior, apresentando as suas componentes a seguinte evolução:

| Prestações de Serviços        | 2008           | 2007           | Variação     | (m.€)       |
|-------------------------------|----------------|----------------|--------------|-------------|
| <b>Total</b>                  | <b>290.267</b> | <b>282.045</b> | <b>8.222</b> | <b>2,9%</b> |
| Transporte de Passageiros     | 216.446        | 204.666        | 11.780       | 5,8%        |
| Transporte de Mercadorias     | 69.943         | 69.173         | 770          | 1,1%        |
| Outras Prestações de Serviços | 3.878          | 8.206          | -4.328       | -52,7%      |

É ilustrada pelo gráfico seguinte a contribuição de cada natureza de prestação de serviços para o respectivo total em 2007 e 2008:



As Outras Prestações de Serviços no ano de 2007 foram superiores em 4.328 m.€ comparativamente a este exercício devido essencialmente a reparações de material circulante (automotoras, locomotivas e carruagens) efectuadas no âmbito de um contrato formalizado em 2006 com o Ministério do Plano do Governo da Argentina, pelo montante de 3.755 m.€ e a prestações de serviços diversos num total de 275 m.€.

Para o incremento dos Proveitos Operacionais, contribuíram decisivamente os *Subsídios à Exploração* e os *Outros Proveitos Operacionais*.

Os *Subsídios à Exploração* registaram um acréscimo 2.146 m.€ (7,4%) resultante essencialmente da contribuição por parte do Estado de Indemnizações Compensatórias no montante de 30.732 m.€ que representam um aumento de 2.137 m.€.

Quanto aos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais, o incremento de 4.421 m.€ justifica-se com uma indemnização por danos da responsabilidade de terceiros, ganha no desfecho de um processo judicial (1.256 m.€) pela correcção verificada no exercício, de facturação de fornecimentos e serviços externos relativa a exercícios anteriores (3.841 m.€) contribuindo em sentido contrário a diminuição da prestação do serviço do Comboio Socorro em 2008 (-1.691 m.€).

A evolução do total dos *Custos Operacionais* apresenta a seguinte desagregação pelas respectivas rubricas:

| Prestações de Serviços                   | [m.€]          |                |               |
|--|----------------|----------------|---------------|
|  | 2008           | 2007           | Variação      |
| <b>Total</b>                             | <b>444.706</b> | <b>430.958</b> | <b>13.748</b> |
| Custos com Pessoal                       | 141.381        | 133.677        | 7.704         |
| Fornecimentos e Serviços Externos        | 141.839        | 140.507        | 1.332         |
| Amortiz. Imobilizado, Ajust. e Provisões | 79.794         | 83.000         | -3.206        |
| Custo Mercad. Vendidas e Mat. Consumidas | 18.772         | 16.000         | 2.772         |
| Imp.e Outros Custos Operacionais         | 62.920         | 57.774         | 5.146         |

Os *Custos com o Pessoal* apresentam um aumento de 7.704 m.€ (5,8%) consubstanciado no acréscimo de 4.526 m.€ das remunerações e respectivos encargos (+1.325 m.€) bem como na variação dos custos com seguros de acidentes de trabalho e de saúde (+592 m.€).

Os *Fornecimentos e Serviços Externos* registaram um acréscimo de 1 332 m.€ (0,95%) resultante essencialmente dos seguintes aumentos e diminuições:

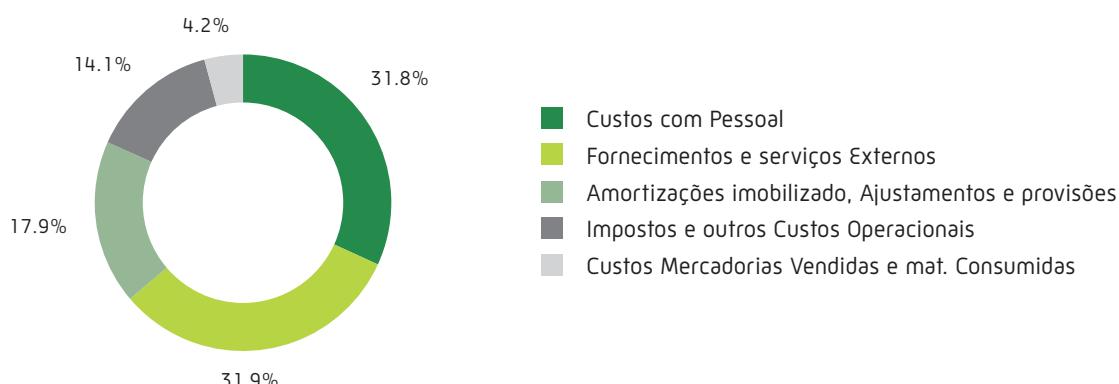
- Aumento dos custos associados aos serviços de utilização de estações e tarifas suplementares, prestados pela REFER em 2008 (592 m.€) aos encargos suportados pelo fornecimento de energia para tracção (1.051 m.€) aos encargos com reparação e manutenção de material circulante (4.942 m.€) e a serviços tão diversos como alojamento de pessoal operacional (378 m.€) limpeza de material circulante (+209 m.€) vigilância de instalações (+14 m.€) trabalhos tipográficos (+400 m.€) encargos inerentes ao seguro de responsabilidade civil (+884 m.€) geral (+51 m.€) e de viaturas (+6 m.€) e à manutenção de licenças SAP, sistema "Enterprise Agreement Desktop" e manutenção da Aplicação "Train-Office" (+756 m.€);
- Diminuição do consumo de materiais diversos (- 551 m.€) e dos custos com a conservação e reparação geral de edifícios e equipamentos (-128 m.€) estudos e pareceres (-1.130 m.€) serviços de restauração nos comboios (-178 m.€) serviços auxiliares, manobras e estacionamento de material circulante prestados pela REFER (-1.177 m.€) modificação de material circulante, manutenção por vandalismo, acidente e reparação em geral (-4.347 m.€) telecomunicações, serviços postais e comunicação dados (- 294 m.€) rendas e alugueres de edifícios e veículos (- 166 m.€).

As *Amortizações do Imobilizado, Ajustamentos e Provisões* diminuíram 3.206 m.€ (3,86%).

Para este desagravamento contribuíram essencialmente a redução das amortizações de equipamento básico, de transporte e administrativo por efeito de alienações, abates e por se encontrarem no final da sua vida útil, em -1.128 m.€; a redução no ajustamento das dívidas a receber de Clientes (-1.657 m.€) e de existências (- 209 m.€) e a redução na constituição de provisões para fazer face a responsabilidades com terceiros, como a que se constituiu em 2007 para indemnizações por danos ocorridos num vagão da Transfesa por descarrilamento (-1.388 m.€). Com sinal contrário, contribuíram o aumento nas provisões para processos judiciais em curso e para acidentes ferroviários (+1.315 m.€).

O *Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas* registou um acréscimo de 2.772 m.€ (17,3%), resultante no essencial do aumento do preço do gasóleo para a tracção.

Os *Outros Custos Operacionais* aumentaram 5.146 m.€ (8,91%). Nesta rubrica encontram-se registados 56.246 m.€, correspondentes ao encargo com a taxa de utilização de infraestruturas ferroviárias, facturada pela REFER, que aumentou 1.533 m.€ (6,61%), reflectindo um agravamento do custo dos CK's percorridos em tracção eléctrica e não eléctrica, a anulação de proveitos reconhecidos em exercícios anteriores com a facturação do transporte de funcionários do Ministério da Justiça, na parte que excedeu o nível acordado da dívida (+2.259 m.€) e encargos com o consumo de energia e água de anos anteriores (+1.642 m.€) concorrem também para o aumento dos Outros Custos Operacionais.



# Resultados Financeiros

Os *Resultados Financeiros* em 2008 são negativos em 107.815 m.€, verificando-se um agravamento de 7.178 m.€ (7,13%) face a 2007, com a seguinte estrutura:

| Resultados Financeiros                   | 2008           | 2007           | Variação      |              |
|--|----------------|----------------|---------------|--------------|
| <b>Custos e Perdas Financeiros</b>       | <b>152.284</b> | <b>130.553</b> | <b>21.731</b> | <b>16,6%</b> |
| Juros Suportados                         | 138.531        | 118.235        | 20.296        | 17,2%        |
| Ajustamentos de Aplicações Financeiras   | 5.297          | 5.626          | - 329         | -5,8%        |
| Perdas em Empresas de Grupo e Associadas | 4.609          | 2.833          | 1.776         | 62,7%        |
| Outros Custos e Perdas Financeiras       | 3.847          | 3.859          | - 12          | -0,3%        |
| <b>Proveitos e Ganhos Financeiros</b>    | <b>44.469</b>  | <b>29.917</b>  | <b>14.552</b> | <b>48,6%</b> |
| Juros Obtidos                            | 40.157         | 25.669         | 14.488        | 56,4%        |
| Ganhos em Empresas de Grupo e Associadas | 3              | 53             | - 50          | -94,3%       |
| Rendimentos de Participações de Capital  | 544            | 128            | 416           | 325,0%       |
| Outros Proveitos e Ganhos Financeiros    | 3.765          | 4.067          | - 302         | -7,4%        |

O citado agravamento resulta do efeito conjugado essencialmente dos seguintes factos verificados no exercício:

- agravamento dos juros suportados em cerca de 20.296 m.€ em resultado do acréscimo da dívida financeira remunerada de empréstimos, entre os quais Pólo II e Pólo III, Eurofima e Obrigacionista e com a contracção de novos empréstimos bancários, e da tendência verificada de aumento das taxas de juro;
- aumento das perdas em empresas do grupo e associadas, por integração dos prejuízos na percentagem imputável à CP: EMEF (+1.961 m.€) FERNAVE (-234 m.€) e STIFA (-15 m.€);
- aumento de ajustamentos para investimentos em partes de capital (TEX +410 m.€, Metro do Porto +249 m.€) e em empréstimos a empresas do grupo e associadas e juros vencidos (EMEF -3.500 m.€, FERNAVE +2.033 m.€, OTLIS +1.000 m.€, FERGRÁFICA +457 m.€);
- redução de provisões para responsabilidades em empresas do grupo com capitais próprios negativos (FERGRÁFICA -949 m.€);
- aumento dos juros obtidos em "swaps" destinados a cobertura de juros de empréstimos (+12.664 m.€) em acção judicial referente a indemnização por danos ganha pela Empresa (+265 m.€) em aplicações financeiras (+1.341 m.€) e em empréstimos de financiamento a empresas do grupo (+301 m.€);
- aumento dos proveitos reconhecidos com o ganho diferido na venda de "swaps" em 2005, 2006 e 2007 (+652 m.€).



# Resultados Extraordinários

Os Resultados Extraordinários são positivos em 17.514 m.€, valor que traduz um agravamento de 5.499 m.€ comparativamente ao exercício anterior.

| Resultados Extraordinários          | 2008          | 2007          | Variação        |               |
|-------------------------------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|
| <b>Custos e Perdas</b>              | <b>851</b>    | <b>6.593</b>  | <b>- 5.742</b>  | <b>-87,1%</b> |
| Dívidas incobráveis                 | 23            | 1.345         | - 1.322         | -98,3%        |
| Perdidas em existências             | 35            | 472           | - 437           | -92,6%        |
| Perdidas em imobilizações           | 179           | 276           | - 97            | -35,1%        |
| Aumentos de amortizações            | 3             | 260           | - 257           | -98,8%        |
| Outros custos e perdas extraord.    | 525           | 4.009         | - 3.484         | -86,9%        |
| Encargos c/pré-reforma              | 86            | 231           | - 145           | -62,8%        |
| <b>Proveitos e Ganhos</b>           | <b>18.365</b> | <b>29.606</b> | <b>- 11.241</b> | <b>-38,0%</b> |
| Ganhos em existências               | 15            | 38            | - 23            | -60,5%        |
| Ganhos em imobilizações             | 414           | 6.707         | - 6.293         | -93,8%        |
| Redução de provisões                | 5.965         | 5.434         | 531             | 9,8%          |
| Outros proveitos e ganhos extraord. | 11.971        | 17.427        | - 5.456         | -31,3%        |

Tal agravamento resulta do efeito conjugado essencialmente dos seguintes factos:

- Redução dos ganhos de alienação de imobilizações corpóreas e de outras operações, que em 2007 tiverem um impacto relevante nos resultados extraordinários, devido essencialmente à alienação de material circulante ao Ministério do Plano do Governo Argentino e a uma entidade estabelecida no Peru, incluindo transporte do material e formação técnica, comparativamente às alienações de material em 2008, que não ultrapassaram os 340 m.€, registando assim uma quebra de cerca de 10.267 m.€;
- Com impacto positivo e materialmente relevante é de referir a variação na redução verificada nas provisões constituídas em exercícios anteriores, para fazer face nomeadamente a encargos com o descarrilamento de um vagão da Transfesa, depois de se concluir que a CP não é imputável (- 1.388 m.€), com promoções já realizadas (- 406 m.€) responsabilidades nos capitais próprios da FERGRÁFICA (- 88 m.€) e com fornecimentos e serviços externos efectuados em anos anteriores, cuja facturação se encontrava em recepção conferência (- 1.632 m.€);
- Ainda com impacto positivo no exercício, salienta-se a redução de 1.322 m.€ nas dívidas de Clientes de transporte de Passageiros e mercadorias reconhecidas como incobráveis no exercício;
- De impacto negativo nos resultados extraordinários do exercício, foi o facto de em 2008 a provisão para processos judiciais não ter experimentado a redução verificada em 2007 no montante de 2.225 m.€ e de a redução da provisão para acidentes de trabalho e doenças profissionais ter sido inferior em 757 m.€ à redução verificada em 2007.

## 7.3 Balanço

### Activo

Em 31 de Dezembro de 2008 o total do Activo Líquido apresenta-se superior ao do ano anterior em 2.937 m.€, o que corresponde a um acréscimo de 0,2%, composto pelas variações nas respectivas rubricas, que se indicam:

| ACTIVO                                    | [m.€]            |               |                  |               |              |
|---|------------------|---------------|------------------|---------------|--------------|
|   | 2008             | 2007          |                  | 2007/08       |              |
| <b>TOTAL</b>                              | <b>1.354.746</b> | <b>100,0%</b> | <b>1.351.809</b> | <b>100,0%</b> | <b>0,2%</b>  |
| <b>IMOBILIZADO</b>                        | <b>1.199.074</b> | <b>88,5%</b>  | <b>1.222.143</b> | <b>90,4%</b>  | <b>-1,9%</b> |
| Imobilizações Incorpóreas                 | 728              | 0,1%          | 763              | 0,1%          |              |
| Imobilizações Corpóreas                   | 1.172.367        | 86,5%         | 1.198.130        | 88,6%         | -2,2%        |
| Investimentos Financeiros                 | 25.979           | 1,9%          | 23.250           | 1,7%          | 11,7%        |
| <b>CIRCULANTE</b>                         | <b>88.138</b>    | <b>6,5%</b>   | <b>76.151</b>    | <b>5,6%</b>   | <b>15,7%</b> |
| Existências                               | 5.493            | 0,4%          | 4.247            | 0,3%          | 29,3%        |
| Dívidas de Terceiros - Méd. e Longo Prazo | 0                | 0,0%          | 0                | 0,0%          | 0,0%         |
| Dívidas de Terceiros - Curto Prazo        | 78.231           | 5,8%          | 62.199           | 4,6%          | 25,8%        |
| Depósitos Bancários e Caixa               | 4.414            | 0,3%          | 9.705            | 0,7%          | -54,5%       |
| <b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>          | <b>67.534</b>    | <b>5,0%</b>   | <b>53.515</b>    | <b>4,0%</b>   | <b>26,2%</b> |
| Curto Prazo                               | 20.745           | 1,5%          | 18.793           | 1,4%          | 10,4%        |
| Médio e Longo Prazo                       | 46.789           | 3,5%          | 34.722           | 2,6%          | 34,8%        |

### Imobilizado

O decréscimo das *imobilizações corpóreas* em 25.763 m.€ resulta essencialmente de:

- Diminuição da rubrica de equipamento básico (-65.209 m.€) em resultado do reconhecimento das amortizações do exercício (-57.894 m.€) da alienação de equipamentos oficiais (-5.234 m.€) dos quais 3.058 m.€ à EMEF, posteriormente convertidos em Prestações Acessórias de Capital na tentativa de desagravar a negatividade dos seus Capitais Próprios, e dos abates de material circulante (-3.343 m.€) e instalação de areeiros nas UME's do Porto (+1.054 m.€);
- Aumento dos *adiantamentos* por conta de imobilizações corpóreas essencialmente do que se encontra ao abrigo do contrato de aquisição de 25 locomotivas eléctricas para comboios de mercadorias (28.140 m.€);
- Aumento das restantes *imobilizações corpóreas* com a aquisição de equipamentos (+7.999 m.€) e de peças de parque (+5.456 m.€) para as 25 locomotivas de mercadorias, aquisição de "software" e "hardware" para o sistema da Bilhética sem Contacto (+2.044 m.€) realização de obras no ramal da Lousã (+2.012 m.€) e em ramais particulares (+1.730 m.€) atenuado com o reconhecimento das amortizações no exercício (-7.079 m.€).

Relativamente aos *investimentos financeiros*, verificou-se um aumento líquido de 2 729 m.€, correspondente a um acréscimo de 11,7% face a 31 de Dezembro de 2007.

O referido aumento resulta no essencial de empréstimos concedidos no exercício às empresas do grupo EMEF (+6 000 m.€) FERNAVE (+ 3.077 m.€) e FERGRÁFICA (+ 505 m.€) do ajustamento dos empréstimos à FERNAVE (- 3.077 m.€) à FERGRÁFICA (- 505 m.€) e à OTLIS (- 1.000 m.€) e do valor de aquisição da participação na associada Metro do Porto (- 249 m.€) face à precariedade dos capitais próprios das empresas. Resulta ainda da realização de prestações acessórias de capital na EMEF (+ 3.058 m.€) do reconhecimento de prejuízos nesta participada (-4.574 m.€) e do ajustamento da participação financeira na TEX ao valor contabilístico (- 446 m.€).

Assim e no que respeita à EMEF, o empréstimo ocorrido em Novembro de 2008 no montante de 6.000 m.€, com vista a aquisição das instalações da Amadora, não foi ajustado no exercício, por existir intenção de reembolso à CP a partir de um financiamento bancário sob a forma de linha de crédito de igual montante, já contraído pela participada à data do fecho. Ainda no que respeita a investimentos financeiros e tendo em vista o equilíbrio financeiro da EMEF como Empresa instrumental da CP, com importante reflexo na qualidade do serviço de transporte ferroviário, verificou-se a atribuição de um empréstimo a título de prestações acessórias de capital com natureza equivalente a prestações suplementares, no montante de 3.058 m.€. A realização das referidas prestações acessórias ocorreu pela conversão da dívida da EMEF à CP em igual montante, relativa à venda da CP à EMEF, de um conjunto de equipamentos e peças, necessárias à actividade da participada.

Relativamente à FERNAVE o acréscimo verificado nos suprimentos (+ 3.077 m.€) é o montante líquido de um empréstimo de 5.873 m.€ e do reembolso de dois empréstimos existentes em 31 Dezembro de 2007 no montante de 2.796 m.€.

No que diz respeito à TEX, Empresa cuja actividade se situa fora das opções estratégicas da CP, a perda reconhecida no exercício teve por base o valor de venda da Empresa a uma congénere, em Fevereiro de 2009.

## Circulante

Nas *existências líquidas de ajustamentos* verificou-se uma variação positiva de 1.246 m.€, proveniente do aumento das existências de materiais diversos em 1.259 m.€ e da diminuição das existências de mercadorias em 13 m.€.

A variação das existências de materiais diversos está associada ao aumento dos consumos de materiais diversos (18.766 m.€) comparativamente à variação das compras líquidas no ano (20.175 m.€).

No que concerne às *dívidas de terceiros de curto prazo*, o acréscimo de 16.032 m.€ verificado no exercício, provém essencialmente do seguinte:

- acréscimo das dívidas de Clientes em 2.870 m.€;
  - diminuição das dívidas de Clientes de cobrança duvidosa em 146 m.€.
- Não obstante a variação inexpressiva desta rubrica, a mesma reflecte a cobrança da dívida do Ministério da Justiça (- 6.951 m.€) relativa ao transporte de funcionários dos diversos serviços e organismos no período de 2002 (após suspensão da aplicação da Portaria nº719/88 de 28 de Outubro) a 2007, mediante valor negociado e bem assim a reversão do ajustamento existente (+6.620 m.€); reflecte também o aumento da dívida histórica do Ministério da Defesa Nacional pelo transporte de funcionários (3.824 m.€) e o respectivo ajustamento (-3.642 m.€);

- aumento das dívidas de Outros Devedores em 10.216 m.€, nos quais se inclui a dívida do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (+7.358 m.€) referente à diferença entre o valor homologado e o valor recebido dos subsídios do Estado e Fundos Comunitários para o investimento (FEDER). Em 2008, na sequência das acções de controlo realizadas pelo MOPTC, deu-se uma alteração no critério de contabilização dos subsídios, passando a contabilizar-se a débito da conta corrente destes Organismos o valor atribuído por projecto e a crédito pelo valor dos recebimentos. Contribuiu igualmente para o aumento das dívidas de Outros Devedores o aumento da facturação de diversas redes de Caminhos de Ferro europeias, em 2.446 m.€;
- aumento do valor do IVA relativo aos reembolsos pedidos (+2.758 m.€) e a recuperar (+3.232 m.€) do valor da retenção na fonte de IRC sobre os juros de "swaps" pagos à CP (+1.471 m.€) efectuada por alteração legislativa no OE/2008, que assimilou a juros, os ganhos decorrentes de "swaps" de taxa de juro, e sobre os juros dos empréstimos às participadas (+417 m.€);
- diminuição dos adiantamentos a fornecedores em 5.260 m.€ devido essencialmente à regularização do adiantamento efectuado à EMEF no montante de 5.127 m.€ por conta de reparações futuras.

## Acréscimos e diferimentos

Esta rubrica experimentou uma variação positiva de 14.018 m.€, correspondente a 26,19% em relação a 31 de Dezembro de 2007, devido ao aumento de 14.170 m.€ registado nos custos diferidos e ao decréscimo de 152 m.€ registado nos *acréscimos de proveitos*.

Para a variação dos *custos diferidos* contribuíram os custos com as intervenções programadas no material circulante (que não aumentam a vida útil e que garantem a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento) diferidos no exercício e reconhecidos como custos de exploração numa base plurianual, os adiantamentos efectuados por conta destas intervenções e a regularização de custos diferidos de exercícios anteriores, no montante total de 13.752 m.€.

Para os *acréscimos de proveitos* concorreu a redução dos valores especializados relativos aos proveitos do tráfego de 2008 da CP Lisboa, a facturar em 2009, comparativamente aos proveitos de 2007 a facturar em 2008.

## Capital Próprio

O Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2008 apresenta-se negativo em 2.013.689 m.€, tendo, durante o exercício, sofrido um agravamento de 10,5%.

| CAPITAL PRÓPRIO                   | 2008              | 2007              | Varição         | [m.€]         |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|---------------|
| <b>TOTAL</b>                      | <b>-2.013.689</b> | <b>-1.823.062</b> | <b>-190.627</b> | <b>-10,5%</b> |
| Capital Estatutário               | 1.995.317         | 1.995.317         | 0               | 0%            |
| Ajustamentos de Partes de Capital | 2.817             | 2.817             | 0               | 0%            |
| Reservas de Reavaliação           | 88.611            | 92.777            | -4.166          | -4,5%         |
| Outras Reservas                   | 98.348            | 98.928            | -580            | -0,6%         |
| Resultados Transitados            | -4.008.396        | -3.829.012        | -179.384        | -4,7%         |
| Resultado Líquido do Exercício    | - 190.386         | - 183.889         | -6.497          | -3,5%         |

A evolução negativa dos fundos próprios da Empresa foi motivada pelo efeito conjugado de:

- Reservas de Reavaliação que diminuíram 4.166 m.€ pela realização ou alienação dos bens a que respeitam, por contrapartida dos resultados transitados;
- Resultados Transitados corrigidos negativamente em 179.384 m.€ como consequência da transferência de reservas de reavaliação e da integração do resultado do exercício anterior, este último apenas para efeitos de apresentação das Demonstrações Financeiras, visto os documentos de prestação de contas de 2007 aguardarem Despacho de Aprovação das Tutelas Sectorial e Financeira;
- Resultado Líquido do exercício de 2008, negativo no valor de 190.716 m.€.

## Passivo

O Passivo, no final de 2008, cifrou-se em 3.368.435 m.€ representando um aumento de 6,1 % em relação ao final do ano anterior.

| PASSIVO                                   | [m.€]            |                  |             |             |
|---|------------------|------------------|-------------|-------------|
|   | 2008             | 2007             | 2007/08     |             |
| <b>TOTAL</b>                              | <b>3.368.435</b> | <b>3.174.871</b> | <b>100%</b> | <b>6,1%</b> |
| Provisões                                 | 46.851           | 50.982           | 1,4%        | -8,1%       |
| Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo | 2.615.932        | 2.350.054        | 77,7%       | 11,3%       |
| Dívidas a Terceiros Curto Prazo           | 410.067          | 461.923          | 12,2%       | -11,2%      |
| Acréscimos e Diferimentos                 | 295.585          | 311.912          | 8,8%        | -5,2%       |
| Curto Prazo                               | 79.347           | 95.621           | 2,5%        | -17,0%      |
| Médio e Longo Prazo                       | 216.238          | 216.291          | 6,8%        | 0,0%        |

As Provisões tiveram uma redução de 4.131 m.€, em consequência da correcção da especialização dos valores de facturas que se encontravam em conferência e recepção no final de 2007.

As Dívidas a Médio e Longo Prazo aumentaram 265.879 m.€ em resultado da contratação de quatro novos empréstimos junto da Eurofima (+299.200 m.€) e de um Banco estrangeiro (+200.000 m.€) e da transferência para Dívidas de Curto Prazo de parte dos empréstimos do BEI (-22.258 m.€) da Eurofima (-50.000 m.€) de um Banco nacional (-100.000 m.€) e POLO II (-62.500 m.€).

As Dívidas a Curto Prazo tiveram uma redução de 51.856 m.€, contribuindo para esta variação:

- A diminuição das dívidas a Instituições de Crédito no valor de 163.329 m.€ associadas ao vencimento de empréstimos nacionais de curto prazo (-205.000 m.€) à transferência para curto prazo de parte de um empréstimo do BEI (+22.258 m.€) e consequente amortização de parte do empréstimo (-8.250 m.€) e à utilização de descobertos bancários para financiamento (+27.663 m.€);
- Ao acréscimo da rubrica de Outros Empréstimos Obtidos em 98.214 m.€, relativo à passagem para curto prazo de um empréstimo POLO II (+62.500 m.€) Eurofima (+50.000 m.€) e um empréstimo bancário (+100.000 m.€) imediatamente amortizado, assim como o empréstimo da Eurofima (-14.286 m.€);
- O decréscimo das dívidas a Fornecedores (exceptuando a REFER) em 11.429 m.€;

- O aumento das dívidas a Fornecedores de imobilizado em 16.007 m.€;
- O aumento do valor em dívida à REFER em 10.297 m.€.

Em Acréscimos e Diferimentos, o decréscimo de 16.327 m.€ resulta das diminuições verificadas em acréscimos de custos no montante de 15.476 m.€ e da redução de 852 m.€ verificado nos proveitos diferidos.

A variação dos acréscimos de custos deve-se à regularização da especialização dos custos com Serviços Comerciais prestados pela REFER de 2004 a 2006, no âmbito da actividade da CP, no montante de 14.322 m.€ e da facturação recebida da REFER e ainda não aprovada/contabilizada (-3.366 m.€) e ao aumento da especialização de diversos fornecimentos e serviços externos (+4.063 m.€).

Para a redução dos proveitos diferidos no montante total de 852 m.€ contribuiu o reconhecimento dos subsídios FEDER e PIDDAC em função das amortizações do material circulante financiado (-11.112 m.€) conjugado com o recebimento de subsídios no exercício (+15.231 m.€) ao reconhecimento dos proveitos obtidos com a venda de "swaps" (-3.660 m.€) e à redução da especialização das diferenças de câmbio resultantes da avaliação das acções da Eurofima (-1.436 m.€).

## Estrutura Financeira

A Estrutura Financeira da CP continua a evidenciar desequilíbrio, atendendo ao valor negativo do Capital Próprio, implicando uma degradação da autonomia financeira, cujo indicador desceu de -1.35 para -1.49.

A Estrutura do Balanço teve a seguinte evolução:

| ESTRUTURA DO BALANÇO          | [m.€]            |               |                  |               |                |             |
|-------------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|----------------|-------------|
|                               | 2008             |               | 2007             |               | Variação       |             |
| Capital Próprio               | -2.013.689       | -148,6%       | -1.823.062       | -134,9%       | - 190.627      | -10,5%      |
| Dívidas a Médio e Longo Prazo | 2.832.171        | 209,1%        | 2.617.327        | 193,6%        | 214.844        | 8,2%        |
| Capitais Permanentes          | 818.482          | 60,4%         | 794.265          | 58,8%         | 24.217         | 3,0%        |
| Activo Fixo                   | 1.199.075        | 88,5%         | 1.222.143        | 90,4%         | - 23.068       | -1,9%       |
| Fundo de Maneio               | - 380.593        | -28,1%        | - 427.878        | -31,7%        | 47.285         | 11,1%       |
| Activo Circulante             | 155.671          | 11,5%         | 129.666          | 9,6%          | 26.005         | 20,1%       |
| Passivo Circulante            | 536.265          | 39,6%         | 557.544          | 41,2%         | - 21.279       | -3,8%       |
| <b>Activo Total</b>           | <b>1.354.746</b> | <b>100,0%</b> | <b>1.351.809</b> | <b>100,0%</b> | <b>2.937</b>   | <b>0,2%</b> |
| <b>Passivo Total</b>          | <b>3.368.436</b> | <b>248,6%</b> | <b>3.174.871</b> | <b>234,9%</b> | <b>193.565</b> | <b>6,1%</b> |

A evolução da Estrutura Financeira pode ser sintetizada no gráfico seguinte:



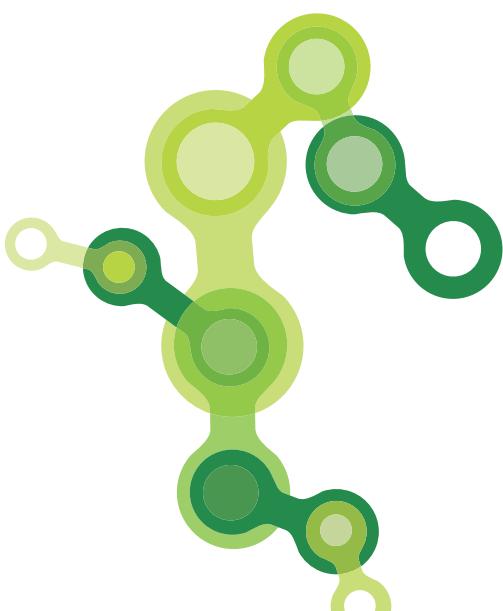
Como consequência desta situação e não obstante a política de financiamento prosseguida, persistem as dificuldades de Tesouraria, por incapacidade da Empresa em gerar meios líquidos, em consequência do défice de exploração e da falta de capitais próprios para financiar os investimentos que vêm sendo concretizados e amortização de dívidas antigas, apesar de ter significativamente melhorado em 35% a liquidez geral da Empresa, como se pode observar nos quadros seguintes:

|                         | 31-12-2008     | 31-12-2007     | Variação     | Variação % |
|-------------------------|----------------|----------------|--------------|------------|
| Prestações de Serviços  | 290.267.044    | 282.044.887    | 8.222.157    | 2,92%      |
| Prov Operacionais       | 344.959.139    | 325.003.454    | 19.955.685   | 6,14%      |
| EBIT (Res Oper)         | -99.747.011    | -105.954.505   | 6.207.494    | -5,86%     |
| RL                      | -190.385.876   | -183.888.783   | -6.497.093   | 3,53%      |
| EBITDA                  | -26.707.040    | -24.525.709    | -2.181.331   | 8,89%      |
| FSE                     | 141.839.089    | 140.506.544    | 1.332.545    | 0,95%      |
| Custos C/Pessoal        | 141.381.175    | 133.676.540    | 7.704.635    | 5,76%      |
| Custos Operacionais     | 444.706.149    | 430.957.959    | 13.748.191   | 3,19%      |
| Custos Financeiros      | 596.990.139    | 561.511.699    | 35.478.440   | 6,32%      |
| Custos e Perdas Totais  | 598.179.390    | 568.415.768    | 29.763.622   | 5,24%      |
| Activo/CP/Passivo       |                |                |              |            |
| Activo                  | 1.354.746.055  | 1.351.809.415  | 2.936.640    | 0,22%      |
| Imobilizado             | 1.199.075.287  | 1.222.143.055  | -23.067.769  | -1,89%     |
| Activo Circulante       | 155.670.768    | 129.666.360    | 26.004.408   | 20,05%     |
| CP                      | -2.013.689.488 | -1.823.061.974 | -190.627.514 | 10,46%     |
| Passivo                 | 3.368.435.543  | 3.174.871.389  | 193.564.153  | 6,10%      |
| Dividas a pagar MLP     | 2.615.932.446  | 2.350.053.654  | 265.878.792  | 11,31%     |
| Dividas a pagar CP      | 410.066.939    | 461.923.404    | -51.856.465  | -11,23%    |
| Indicadores Financeiros | 31-12-2008     | 31-12-2007     | Variação     | Variação % |
| Autonomia financeira    | -1.49          | -1.35          | -0.14        | 10,22%     |
| Cobertura endividamento | -3.34          | -3.46          | 0.12         | -3,35%     |
| Cobertura Imobilizado   | 0.50           | 0.43           | 0.07         | 16,48%     |
| Liquidez geral          | 0.38           | 0.28           | 0.10         | 35,24%     |
| Solvabilidade           | -0.60          | -0.57          | -0.02        | 4,11%      |
| Passivo/EBITDA          | -126.13        | -129.45        | 3.33         | -2,57%     |
| Passivo/PO              | 9.76           | 9.77           | 0.00         | -0,04%     |
| VAB                     | 172.024.257    | 164.322.179    | 7.702.078    | 4,69%      |

## 7.4 Relações Financeiras CP / ESTADO e Fundos Comunitários

O apoio financeiro total recebido em 2008 do Estado e de Fundos Comunitários, teve uma diminuição de 3,6%, apresentando a seguinte discriminação:

| RELACOES FINANCEIRAS                        | 2008          | 2007          | Variacao      | (m.€)        |
|---|---------------|---------------|---------------|--------------|
| <b>TOTAL</b>                                | <b>39.689</b> | <b>41.162</b> | <b>-1.473</b> | <b>-3,6%</b> |
| Dotações de Capital                         | 0             | 0             |               |              |
| Indemnizações Compensatórias                | 30.732        | 28.594        | 2.138         | 7,5%         |
| Financiamento do Investimento               | 8.520         | 12.127        | -3.607        | -29,7%       |
| PIDDAC                                      | 7.986         | 5.250         | 2.736         | 52,1%        |
| CE - FEDER                                  | 534           | 6.877         | -6.343        | -92,2%       |
| CE - Outros                                 |               |               | 0             |              |
| Outros Subsídios                            | 437           | 441           | - 4           | -0,9%        |
| PAII - Programa de Apoio Integrado a Idosos | 319           | 330           | - 11          | -3,3%        |
| Sistema Intermodal Andante                  | 111           | 111           | 0             |              |
| Subsídios à Formação                        | 0             | 0             | 0             | 0,0%         |
| Projecto Saferelnet                         | 7             | 0             | 7             | 0,0%         |



## 7.5 Despesas de Investimento e seu Financiamento

Do total do investimento concretizado em 2008, que ascendeu a 51.357 m.€, cerca de 73% teve aplicação na aquisição e beneficiação de material circulante.

| INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2008         |               |               |
|--|---------------|---------------|
|  | (m.€)         |               |
| <b>TOTAL</b>                             | <b>51.357</b> | <b>100,0%</b> |
| <b>Infra-estruturas de longa duração</b> | <b>1.106</b>  | <b>2,2%</b>   |
| <b>Material Circulante</b>               | <b>37.322</b> | <b>72,7%</b>  |
| Aquisição                                | 35.920        | 69,9%         |
| Beneficiação                             | 1.402         | 2,7%          |
| <b>Outros Investimentos</b>              | <b>12.929</b> | <b>25,2%</b>  |

A cobertura financeira do valor investido consta do quadro seguinte, sendo de realçar as verbas provenientes do PIDDAC e do crédito bancário.

| FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2008 |               |                        |                     |                  |               |
|--|---------------|------------------------|---------------------|------------------|---------------|
| DESIGNAÇÃO   | INVESTIMENTOS | FONTE DE FINANCIAMENTO |                     |                  |               |
|  |               | PIDDAC                 | FUNDOS COMUNITÁRIOS | CRÉDITO BANCÁRIO | TOTAL         |
| <b>TOTAL</b>                                       | <b>51.357</b> | <b>7.986</b>           | <b>534</b>          | <b>42.837</b>    | <b>51.357</b> |
| <b>Infra-estruturas de longa duração</b>           | 1.106         | 0                      | 0                   | 1.106            | 1.106         |
| <b>Material Circulante</b>                         | 37.322        | 5.500                  | 117                 | 31.705           | 37.322        |
| <b>Outros Investimentos</b>                        | 12.929        | 2.486                  | 417                 | 10.026           | 12.929        |

# 8 RISCOS FINANCEIROS

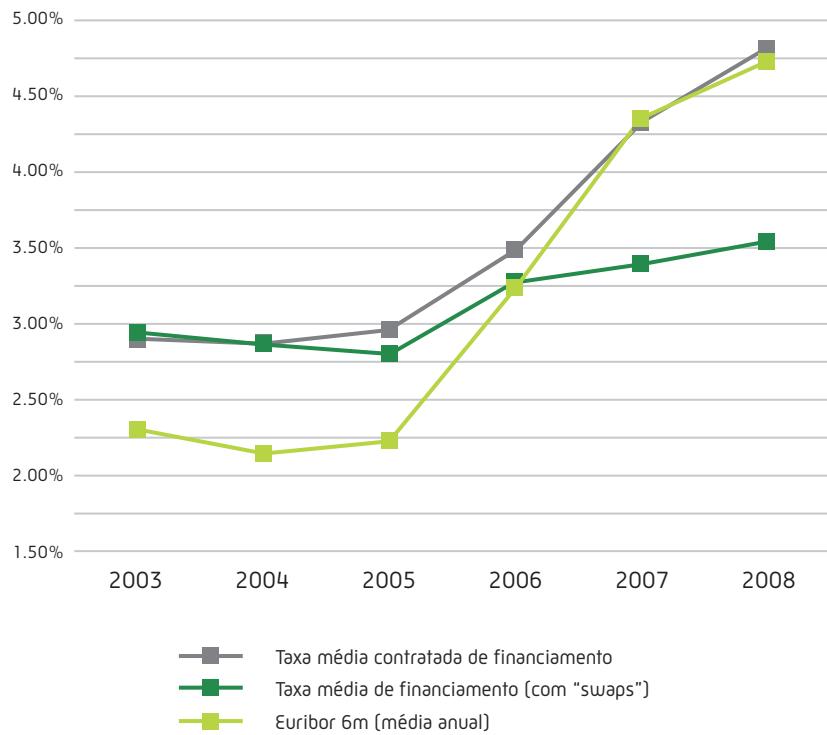
## Taxa Média Anual de Financiamento

| Descrição                                 | 2003             | 2004             | 2005             | 2006             | 2007             | 2008             | (m.€) |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------|
| Juros                                     | 56.744           | 64.509           | 70.538           | 86.888           | 114.570          | 137.570          |       |
| Aval                                      | 1.128            | 1.305            | 1.372            | 1.438            | 1.444            | 1.436            |       |
| Outros encargos                           | 4.298            | 1.549            | 1.614            | 1.557            | 1.814            | 1.800            |       |
| <b>Encargos Financeiros</b>               | <b>62.170</b>    | <b>67.363</b>    | <b>73.524</b>    | <b>89.883</b>    | <b>117.828</b>   | <b>140.806</b>   |       |
| <b>Dívida Remunerada</b>                  | <b>2.140.921</b> | <b>2.340.810</b> | <b>2.481.330</b> | <b>2.577.699</b> | <b>2.725.028</b> | <b>2.924.355</b> |       |
| Taxa média contratada de financiamento    | 2,90%            | 2,88%            | 2,96%            | 3,49%            | 4,32%            | 4,81%            |       |
| Taxa média de financiamento (com "swaps") | 2,94%            | 2,87%            | 2,81%            | 3,28%            | 3,39%            | 3,54%            |       |
| Euribor 6m (média anual)                  | 2,31%            | 2,15%            | 2,23%            | 3,23%            | 4,35%            | 4,73%            |       |

A taxa média contratada de financiamento nos últimos cinco anos mostra uma tendência convergente com a Taxa Euribor a 6 meses (gráfico infra).

## Instrumentos de Gestão de Risco

A contratação de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro permitiu melhorar o custo da dívida, tendo sido conseguido nos últimos 3 anos um custo médio de financiamento após efeito de "swaps" inferior à taxa média do mercado como se pode verificar no gráfico seguinte:



Em 2008, a taxa média de financiamento sem efeito dos "swaps" situou-se nos 4,81%, valor superior à taxa média anual do mercado (Euribor 6 meses) em cerca de 8 bps.

O efeito dos "swaps" contratados permitiu uma redução da taxa média de financiamento para 3,54%, valor inferior à taxa média anual do mercado (Euribor 6 meses) em cerca de 120 bps.

## Política de Financiamento

A Dívida Remunerada da CP cresceu em 2008 cerca de 200 milhões de euros conforme se pode observar no quadro seguinte:

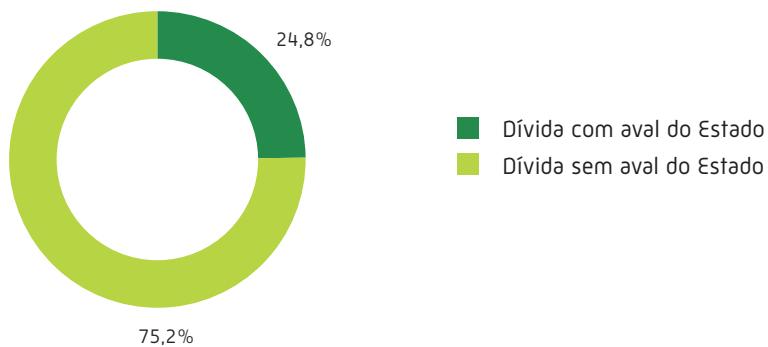
| DÍVIDA              | CAPITAL EM DÍVIDA |          | VARIAÇÃO         | (m.€) |                |
|---------------------|-------------------|----------|------------------|-------|----------------|
|                     | 31/12/08          | 31/12/07 |                  |       |                |
| Curto Prazo         | 322.430           | 11%      | 387.545          | 14%   | 65.115         |
| Médio e Longo Prazo | 2.601.926         | 89%      | 2.337.483        | 86%   | 264.442        |
| <b>TOTAL</b>        | <b>2.924.356</b>  |          | <b>2.725.028</b> |       | <b>199.327</b> |

A Política financeira seguida, permitiu que estruturalmente a dívida de curto prazo tivesse uma redução de 65 milhões de euros passando de 14% para 11% do total da dívida, tendo a dívida de médio e longo prazo crescido 264 milhões de euros passando de 86% para 89% do total da dívida.

Da Dívida Total a 31.12.2008, 16% é respeitante ao BEI, 35% à Eurofima e 48% às restantes fontes de financiamento:

| FINANCIAMENTO    | CURTO PRAZO    | MÉDIO E LONGO PRAZO | TOTAL            | (m.€) |
|------------------|----------------|---------------------|------------------|-------|
|                  |                |                     |                  | %     |
| BEI              | 22.258         | 453.194             | 475.451          | 16%   |
| Eurofima         | 50.000         | 986.232             | 1.036.232        | 35%   |
| Restantes Fontes | 250.172        | 1.162.500           | 1.412.672        | 48%   |
| <b>TOTAL</b>     | <b>322.430</b> | <b>2.601.926</b>    | <b>2.924.355</b> |       |

Cerca de 25% da Dívida Total tem Garantia Pessoal do Estado.



# 9

# FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

À data de 23 de Fevereiro de 2009, a Empresa procedeu à alienação da participação financeira que detinha no capital social da participada TEX – Transportes de Encomendas Expresso, Lda, à Empresa CCC – Transportes Urbanos, SA.

A referida participada tem como objecto social, a partir de 2001, o transporte nacional e internacional de encomendas/mercadorias exclusivamente por rodovia, o qual se situa fora das opções estratégicas do Governo para o sector ferroviário e consequentemente, fora da estratégia actual da CP.

O preço de venda, expresso em contrato redigido para o efeito, no valor total de 454 m.€, corresponde à cessão de quotas e à cessão de créditos, pelos valores de 226 m.€ e 228 m.€, respectivamente. Em observância aos princípios emanados pela Directriz Contabilística nº9, a aplicação da mensuração pelo Método da Equivalência Patrimonial cessou em 2008, tendo a participação sido valorizada ao preço de venda (valor realizável) por ser inferior ao custo, determinado pela quantia escriturada à data de 31 de Dezembro de 2008. Deste modo, não foram geradas mais ou menos valias em 2009.



# 10 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE DA CP

A actividade da CP durante o ano 2009 continuará a ser pautada pelos objectivos do plano de transformação estratégica CPmais 2007-2010, que estão alinhados com as orientações das Tutelas sectorial e financeira.

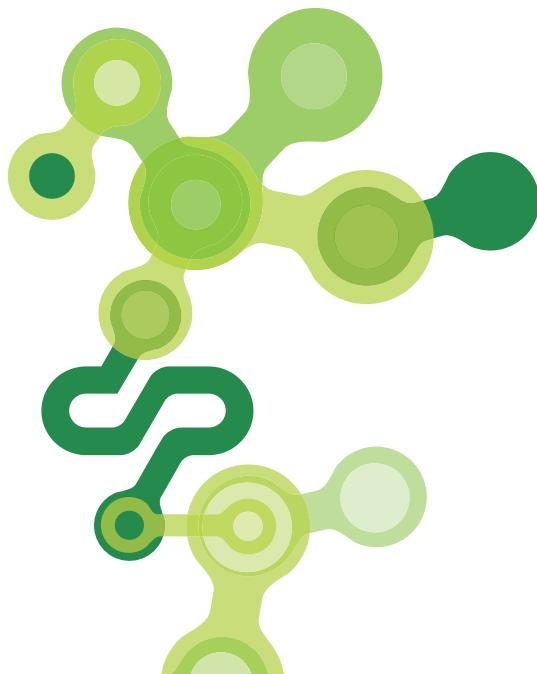
Neste enquadramento destacamos para este ano o seguinte conjunto de oportunidades/desafios para a Empresa:

- A conclusão da introdução da Bilhética sem Contacto e acesso controlado nas estações da CP Lisboa;
- Lançamento do concurso para Aquisição de Material Circulante para os serviços urbanos de Lisboa e do Porto, bem como para o Serviço Regional e Carga;
- A afirmação da CP como operador incontornável da Alta Velocidade;
- A autonomização da actividade da mercadoria com a constituição da CP Carga, SA.

A aposta na conquista de Clientes, através da implementação de novos conceitos de Serviço, da facilitação da venda através da utilização de novos canais, do desenvolvimento de parcerias e da participação em diversos eventos constituirão os principais eixos de actuação para o ano de 2009.

Continuará ainda o processo de optimização da actividade privilegiando sempre a segurança e a qualidade do serviço que oferece. Perspectivam-se acréscimos em algumas rubricas de Custos, natural consequência da expansão da oferta em alguns segmentos, da melhoria continuada dos serviços prestados e da realização de acções desenvolvidas tendo como impacto esperado um acréscimo da procura.

Persistirão em 2009, um conjunto de constrangimentos que condicionam o desenvolvimento sustentável da Empresa nomeadamente no que se refere à ausência de contratualização do serviço público e os estrangulamentos de infra-estrutura da rede ferroviária nacional, para além das expectativas menos positivas de crescimento da actividade de transporte, contrariando a tendência dos últimos anos.



# 11 RECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações que dependerá principalmente do suporte financeiro do detentor do capital que é o Estado Português. Os resultados que a CP tem obtido no mercado do transporte ferroviário de Passageiros e de mercadorias e a capacidade de obtenção de crédito por parte da Empresa não são suficientes para reabilitar o Capital Próprio da Empresa que se cifra em -2.013.689 m.€ à data de 31 de Dezembro de 2008, pelo que se torna absolutamente imprescindível a adopção de medidas urgentes por parte do accionista Estado visando a recomposição do Capital da CP.

# 12 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os Resultados Líquido do Exercício – défice de 190.386 milhares de euros, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 31 de Março de 2009

O Conselho de Gerência

Presidente: Eng.<sup>º</sup> Francisco José Cardoso dos Reis

Vogal: Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Vogal: Dr. Paulo José da Silva Magina

Vogal: Prof. Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

Vogal: Dr. Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga

# 08 BALANÇO & CONTAS

em 31 Dezembro 2008



| CÓDIGO DAS CONTAS                                  | ACTIVO  | EXERCÍCIOS           |                             |                      |                      |  |
|--|---|----------------------|-----------------------------|----------------------|----------------------|--|
|  |   | Activo Bruto         | Amortizações e Ajustamentos | Activo Líquido       | Activo Líquido       |  |
| <b>IMOBILIZADO</b>                                 |   |                      |                             |                      |                      |  |
| <b>Imobilizações incorpóreas:</b>                  |   |                      |                             |                      |                      |  |
| 431  | Despesas de instalação                              | 1.025.737            | 597.350                     | 428.387              | 762.893              |  |
| 432  | Despesas de investigação e de desenvolvimento       | 300.042              |                             | 300.042              |                      |  |
| 443  | Imobilizações em curso                              |                      |                             |                      |                      |  |
| 449  | Adiantamento por conta de imobilizações incorpóreas |                      |                             |                      |                      |  |
|  |   | <b>1.325.779</b>     | <b>597.350</b>              | <b>728.429</b>       | <b>762.893</b>       |  |
| <b>Imobilizações corpóreas:</b>                    |   |                      |                             |                      |                      |  |
| 421  | Terrenos e recursos naturais                        | 31.383.895           |                             | 31.383.895           | 31.299.099           |  |
| 422  | Edifícios e outras construções                      | 112.187.703          | 27.818.690                  | 84.369.013           | 82.810.839           |  |
| 423  | Equipamento básico                                  | 2.070.729.063        | 1.122.090.549               | 948.638.514          | 1.013.847.640        |  |
| 424  | Equipamento de transporte                           | 4.813.470            | 4.185.743                   | 627.727              | 1.004.617            |  |
| 425  | Ferramentas e utensílios                            | 276.951              | 267.250                     | 9.701                | 33.315               |  |
| 426  | Equipamento administrativo                          | 18.865.988           | 16.872.519                  | 1.993.469            | 2.381.073            |  |
| 427  | Társas e vasilhame                                  |                      |                             |                      |                      |  |
| 429  | Outras imobilizações corpóreas                      | 58.034.773           | 24.735.025                  | 33.299.748           | 28.518.858           |  |
| 441/6 - 443  | Imobilizações em curso                              | 11.961.133           |                             | 11.961.133           | 6.447.567            |  |
| 448  | Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas   | 60.084.167           |                             | 60.084.167           | 31.787.312           |  |
|  |   | <b>2.368.337.143</b> | <b>1.195.969.776</b>        | <b>1.172.367.367</b> | <b>1.198.130.320</b> |  |
| <b>Investimentos financeiros:</b>                  |   |                      |                             |                      |                      |  |
| 4111   | Partes de capital em empresas do grupo              | 3.379.073            | 3.152.623                   | 226.450              | 2.188.218            |  |
| 4121+4131  | Empréstimos a empresas do grupo                     | 16.327.444           | 9.877.444                   | 6.450.000            | 450.000              |  |
| 4112   | Partes de capital em empresas associadas            | 81.908               |                             | 81.908               | 79.071               |  |
| 4122+4132  | Empréstimos a empresas associadas                   |                      |                             |                      |                      |  |
| 4113+414+415                                       | Títulos e outras aplicações financeiras             | 19.470.532           | 249.399                     | 19.221.133           | 19.470.532           |  |
| 4123+4133  | Outros empréstimos concedidos                       | 1.006.674            | 1.006.674                   |                      | 1.062.020            |  |
|  |   | <b>40.265.631</b>    | <b>14.286.140</b>           | <b>25.979.491</b>    | <b>23.249.841</b>    |  |
| <b>CIRCULANTE:</b>                                 |   |                      |                             |                      |                      |  |
| <b>Existências:</b>                                |   |                      |                             |                      |                      |  |
| 36   | Matérias-primas, subsidiárias e de consumo          | 10.815.087           | 5.559.571                   | 5.255.516            | 3.996.343            |  |
| 32   | Mercadorias   | 237.707              |                             | 237.707              | 250.648              |  |
|  |   | <b>11.052.794</b>    | <b>5.559.571</b>            | <b>5.493.223</b>     | <b>4.246.991</b>     |  |
| <b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:</b> |   |                      |                             |                      |                      |  |
| 212  | Cientes - Títulos a receber                         |                      |                             |                      |                      |  |
| 251  | Outros accionistas (sócios)                         |                      |                             |                      |                      |  |
| 268  | Outros devedores                                    | 975.110              | 975.110                     |                      |                      |  |
|  |   | <b>975.110</b>       | <b>975.110</b>              |                      |                      |  |
| <b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>         |   |                      |                             |                      |                      |  |
| 211  | Cientes, c/c  | 33.945.979           |                             | 33.945.979           | 31.076.056           |  |
| 212  | Cientes - Títulos a receber                         | 376.332              |                             | 376.332              |                      |  |
| 213  | Cientes - Letras protestadas                        | 26.661               | 26.661                      |                      |                      |  |
| 218  | Cientes de cobrança duvidosa                        | 31.233.387           | 30.115.979                  | 1.117.408            | 1.263.315            |  |
| 252  | Empresas do grupo                                   | 44.013               | 44.013                      |                      |                      |  |
| 253+254  | Empresas participadas e participantes               |                      |                             |                      |                      |  |
| 251+255  | Outros accionistas (sócios)                         | 213.709              |                             | 213.709              | 116.609              |  |
| 229  | Adiantamentos a fornecedores                        | 133.790              |                             | 133.790              | 5.393.452            |  |
| 24   | Estado e outros entes públicos                      | 15.847.161           |                             | 15.847.161           | 7.969.144            |  |
| 261/3+268+221                                      | Outros devedores                                    | 32.478.168           | 5.881.779                   | 26.596.389           | 16.380.372           |  |
|  |   | <b>114.299.200</b>   | <b>36.068.432</b>           | <b>78.230.768</b>    | <b>62.198.948</b>    |  |
| <b>Titulos negociáveis</b>                         |   |                      |                             |                      |                      |  |
| 18   | Outras aplicações de tesouraria                     |                      |                             |                      |                      |  |
| <b>Depósitos bancários e caixa:</b>                |   |                      |                             |                      |                      |  |
| 12+13+14   | Depósitos bancários                                 | 4.156.902            |                             | 4.156.902            | 9.420.189            |  |
| 11   | Caixa   | 256.918              |                             | 256.918              | 284.837              |  |
|  |   | <b>4.413.820</b>     |                             | <b>4.413.820</b>     | <b>9.705.026</b>     |  |
| <b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>                  |   |                      |                             |                      |                      |  |
| 271  | Acréscimos de proveitos                             | 1.594.106            |                             | 1.594.106            | 1.746.558            |  |
| 272  | Custos diferidos                                    | 65.938.850           |                             | 65.938.850           | 51.768.838           |  |
|  |   | <b>67.532.956</b>    |                             | <b>67.532.956</b>    | <b>53.515.396</b>    |  |
| <b>Total de amortizações</b>                       |   |                      |                             |                      |                      |  |
|  |   |                      | <b>1.196.567.126</b>        |                      |                      |  |
| <b>Total de ajustamentos</b>                       |   |                      |                             |                      |                      |  |
|  |   |                      | <b>56.889.253</b>           |                      |                      |  |
| <b>Total do Activo</b>                             |   |                      |                             |                      |                      |  |
|  |   | <b>2.608.202.433</b> | <b>1.253.456.379</b>        | <b>1.354.746.054</b> | <b>1.351.809.415</b> |  |

| CÓDIGO DAS CONTAS                                 | CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO                                 | EXERCÍCIOS            |                       |
|---|---|-----------------------|-----------------------|
|   |   | 2008                  | 2007                  |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>                           |   |                       |                       |
| 51  | Capital Estatutário                                       | 1.995.317.000         | 1.995.317.000         |
| 55  | Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas | 2.816.632             | 2.816.632             |
| 56  | Reservas de reavaliação                                   | 88.611.255            | 92.777.170            |
| <b>Reservas:</b>                                  |   |                       |                       |
| 571   | Reservas legais   | 24.703                | 24.703                |
| 572   | Reservas estatutárias                                     | 1.306.650             | 1.306.650             |
| 574 a 579   | Outras reservas   | 97.015.919            | 97.596.739            |
| 59  | Resultados transitados                                    | -4.008.395.771        | -3.829.012.085        |
|   | <b>Subtotal</b>   | <b>-1.823.303.612</b> | <b>-1.639.173.191</b> |
| 88  | <b>Resultado líquido do exercício</b>                     | <b>-190.385.876</b>   | <b>-183.888.783</b>   |
|   | <b>Total do Capital Próprio</b>                           | <b>-2.013.689.488</b> | <b>-1.823.061.974</b> |
| <b>PASSIVO:</b>                                   |   |                       |                       |
| <b>Provisões:</b>                                 |   |                       |                       |
| 293 a 299   | Outras provisões  | 46.851.325            | 50.982.067            |
|   |   | 46.851.325            | 50.982.067            |
| <b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:</b> |   |                       |                       |
| <b>Empréstimos por obrigações:</b>                |   |                       |                       |
| 2322  | Não convertíveis  | 250.000.000           | 250.000.000           |
| 231+234   | Dívidas a instituições de crédito                         | 653.193.712           | 575.451.400           |
| 221   | Fornecedores, c/c   |                       |                       |
| 2612  | Fornecedores de imobilizado-Títulos a pagar               |                       |                       |
| 251   | Outros acionistas (sócios)                                |                       |                       |
| 239   | Outros empréstimos obtidos                                | 1.698.732.000         | 1.512.032.000         |
| 261 - 2612  | Fornecedores de imobilizado, c/c                          |                       |                       |
| 24  | Estado e outros entes públicos                            |                       |                       |
| 265+268   | Outros credores   | 14.006.734            | 12.570.254            |
|   |   | 2.615.932.446         | 2.350.053.654         |
| <b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>         |   |                       |                       |
| <b>Empréstimos por obrigações:</b>                |   |                       |                       |
| 2322  | Não convertíveis  | 209.929.777           | 373.259.077           |
| 231+234/5+12                                      | Dívidas a instituições de crédito                         | 3.596.189             | 5.803.620             |
| 269   | Adiantamentos por conta de vendas                         | 43.130.285            | 46.505.322            |
| 221+223   | Fornecedores, c/c   | 2.491.997             | 2.334.829             |
| 228   | Fornecedores - Facturas em recepção e conferência         |                       |                       |
| 222   | Fornecedores - Títulos a pagar                            |                       |                       |
| 2612  | Fornecedores de imobilizado-Títulos a pagar               |                       |                       |
| 252   | Empresas do grupo   |                       |                       |
| 253+254   | Empresas participadas e participantes                     |                       |                       |
| 251+255   | Outros acionistas (sócios)                                |                       |                       |
| 219   | Adiantamentos de Clientes                                 | 112.500.000           | 14.285.572            |
| 239   | Outros empréstimos obtidos                                | 21.759.419            | 5.751.936             |
| 261-2612  | Fornecedores de imobilizado, c/c                          | 4.624.953             | 3.809.310             |
| 24  | Estado e outros entes públicos                            | 12.034.319            | 10.173.738            |
| 262/8+211   | Outros credores   | 410.066.939           | 461.923.404           |
| <b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:</b>                 |   |                       |                       |
| 273   | Acréscimos de custos                                      | 63.252.745            | 78.728.303            |
| 274   | Proveitos diferidos                                       | 232.332.087           | 233.183.961           |
|   |   | 295.584.832           | 311.912.264           |
|   | <b>Total do Passivo</b>                                   | <b>3.368.435.542</b>  | <b>3.174.871.389</b>  |

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Un. Euros

| CÓDIGO DAS CONTAS    | CUSTOS E PERDAS   | EXERCÍCIOS                     |  | 2007                               |
|----------------------|---|--------------------------------|--|------------------------------------|
|                      |   | 2008                           | 2007                                       |                                    |
| 61                   | Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:             |                                |  |                                    |
|                      | Mercadorias Matérias  | 5.167<br><b>18.766.367</b>     | 18.771.534<br><b>26.069<br/>15.974.014</b> | 16.000.083                         |
| 62                   | Fornecimentos e serviços externos:                                    |                                | 141.839.089                                | 140.506.544                        |
|                      | Custos com o pessoal:   |                                |  |                                    |
| 641+642              | Remunerações  | 111.221.989                    |  | 106.648.402                        |
|                      | Encargos sociais:   |                                |  |                                    |
| 64811<br>645/8-64811 | Indemnizações mútuo acordo<br>Outros                                  | 1.412.796<br><b>28.746.390</b> | 141.381.175<br><b>26.002.869</b>           | 133.676.541                        |
| 662+663<br>666+667   | Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo<br>Ajustamentos     | 74.199.160<br>3.760.790        |  | 75.065.414<br>5.626.381            |
| 67                   | Provisões   | 1.833.988                      | 79.793.938<br><b>2.308.628</b>             | 83.000.423                         |
| 63                   | Impostos  | 197.412                        |  | 124.302                            |
| 65                   | Outros custos e perdas operacionais                                   | <b>62.723.001</b>              | 62.920.413<br><b>57.650.066</b>            | 57.774.368                         |
|                      | [A]   |                                | <b>444.706.149</b>                         | <b>430.957.959</b>                 |
| 682                  | Perdas em empresas do grupo e associadas                              |                                | 4.609.429                                  | 2.832.695                          |
| 683+684              | Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros | 5.297.484                      |  | 5.626.481                          |
| 681+685/8            | Juros e custos similares:   |                                |  |                                    |
|                      | Relativos a empresas do grupo<br>Outros                               | 142.377.077                    | 147.674.561<br><b>122.094.564</b>          | 127.721.045                        |
|                      | [C]   |                                | <b>596.990.139</b>                         | <b>561.511.699</b>                 |
| 69                   | Custos e perdas extraordinários                                       |                                | 851.140                                    | 6.592.548                          |
|                      | [E]   |                                | <b>597.841.279</b>                         | <b>568.104.247</b>                 |
| 86                   | Imposto sobre o rendimento do exercício                               |                                | 338.111                                    | 311.521                            |
|                      | [G]   |                                | <b>598.179.390</b>                         | <b>568.415.768</b>                 |
| 88                   | Resultado líquido do exercício  |                                | -190.385.876<br><b>407.793.514</b>         | -183.888.783<br><b>384.526.985</b> |

| CÓDIGO DAS CONTAS        | PROVEITOS E GANHOS  | EXERCÍCIOS  |             | Un. Euros   |             |
|--------------------------|---|-------------|-------------|-------------|-------------|
|                          |   | 2008        | 2007        |             |             |
| 72                       | Prestações de serviços  | 290.267.044 | 290.267.044 | 282.044.887 | 282.044.887 |
|                          | Variação da produção  |             |             |             |             |
| 75                       | Trabalhos para a própria Empresa  |             |             |             |             |
| 73                       | Proveitos suplementares   | 10.296.892  |             | 10.313.763  |             |
| 74                       | Subsídios à exploração  | 31.181.876  |             | 29.035.465  |             |
| 76                       | Outros proveitos e ganhos operacionais  | 6.459.360   |             | 2.037.711   |             |
| 77                       | Reversões de amortizações e ajustamentos  | 6.753.967   | 54.692.095  | 1.571.628   | 42.958.567  |
|                          | (B)   |             | 344.959.139 |             | 325.003.454 |
| 782                      | Ganhos em empresas do grupo e associadas  | 2.837       |             | 53.198      |             |
| 784                      | Rendimentos de participações de capital   | 544.463     |             | 128.024     |             |
| 7815/6                   | Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:<br>Relativos a empresas do grupo | 1.363.897   |             | 66.042      |             |
|                          | Outros  |             |             |             |             |
| 7811+7814<br>+7818+785/8 | Outros juros e proveitos similares:<br>Relativos a empresas do grupo                                    | 369.847     |             | 109.486     |             |
|                          | Outros  | 42.188.322  | 44.469.366  | 29.560.491  | 29.917.241  |
|                          | (D)   |             | 389.428.505 |             | 354.920.695 |
| 79                       | Proveitos e ganhos extraordinários  |             | 18.365.009  |             | 29.606.290  |
|                          | (F)   |             | 407.793.514 |             | 384.526.985 |

## Resumo:

|                                 |                     |              |              |
|---------------------------------|---------------------|--------------|--------------|
| Resultados operacionais:        | (B) - (A) =         | -99.747.010  | -105.954.505 |
| Resultados financeiros:         | (D - B) - (C - A) = | -107.814.624 | -100.636.499 |
| Resultados correntes:           | (D) - (C) =         | -207.561.634 | -206.591.004 |
| Resultados antes de impostos:   | (F) - (E) =         | -190.047.765 | -183.577.262 |
| Resultado líquido do exercício: | (F) - (G) =         | -190.385.876 | -183.888.783 |

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Un. Euros

| CUSTOS E PROVEITOS                        | EXERCÍCIOS          |                     |
|---|---------------------|---------------------|
|   | 2008                | 2007                |
| Vendas e Prestações de Serviços           | 331.295.704         | 320.953.108         |
| Custo de Vendas e Prestações de Serviços  | -346.165.826        | -350.777.372        |
| <b>Resultados Brutos</b>                  | <b>-14.870.122</b>  | <b>-29.824.264</b>  |
| Outros Proveitos e Ganhos Operacionais    | 32.028.444          | 33.656.636          |
| Custos de Distribuição                    | -29.976.302         | -25.838.618         |
| Custos Administrativos                    | -60.253.141         | -49.096.044         |
| Outros Custos e Perdas Operacionais       | -9.162.020          | -11.838.473         |
| <b>Resultados Operacionais</b>            | <b>-82.233.142</b>  | <b>-82.940.763</b>  |
| Custo Líquido de Financiamento            | -98.824.259         | -92.416.953         |
| Ganhos (Perdas) em Filiais e Associadas   | -9.534.827          | -8.347.569          |
| Ganhos (Perdas) em Outros Investimentos   | 544.463             | 128.024             |
| <b>Resultados Correntes</b>               | <b>-190.047.765</b> | <b>-183.577.262</b> |
| Impostos Sobre os Resultados Correntes    | -338.112            | -311.521            |
| <b>Resultados Correntes Após Impostos</b> | <b>-190.385.876</b> | <b>-183.888.783</b> |
| <b>Resultados Extraordinários</b>         | <b>0</b>            | <b>0</b>            |
| Impostos Sobre Resultados Extraordinários |                     |                     |
| <b>Resultados Líquidos</b>                | <b>-190.385.876</b> | <b>-183.888.783</b> |

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRECTO

Un. Euros

|  | 2008                | 2007                |
|--|---------------------|---------------------|
| <b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>                          |                     |                     |
| Recebimentos de Clientes                                 | 300.071.041         | 284.603.711         |
| Pagamento a fornecedores                                 | 250.862.813         | 217.990.252         |
| Pagamento ao pessoal                                     | 141.872.542         | 134.165.415         |
| <b>Fluxo gerado pelas operações</b>                      | <b>- 92.664.314</b> | <b>- 67.551.956</b> |
| Pag./rec. Imposto sobre o rendimento                     | 2.195.973           | 462.301             |
| Outros rec./pag. Relativos act. Operacional              | 24.870.300          | 20.385.505          |
| <b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b> | <b>- 69.989.987</b> | <b>- 47.628.752</b> |
| Recebimentos relacionados c/ rubricas extraordinárias    | 86.333              | 4.455.524           |
| Pagamentos relacionados c/ rubricas extraordinárias      | 611.388             | 4.240.537           |
| <b>Fluxo das actividades operacionais (1)</b>            | <b>- 70.515.042</b> | <b>- 47.413.766</b> |
| <b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>                       |                     |                     |
| Recebimentos provenientes de:                            |                     |                     |
| Investimentos financeiros                                | 10.167.922          | 375.000             |
| Imobilizações corpóreas                                  | 418.422             | 10.720.490          |
| Imobilizações incorpóreas                                | 0                   | 0                   |
| Subsídios de investimento                                | 8.526.393           | 12.175.378          |
| Juros e proveitos similares                              | 40.214.754          | 29.017.032          |
| Dividendos   | 264.328             | 128.024             |
| Pagamentos respeitantes a:                               |                     |                     |
| Investimentos financeiros                                | 12.687.444          | 12.724.105          |
| Imobilizações corpóreas                                  | 36.744.063          | 25.056.402          |
| Imobilizações incorpóreas                                | 595.588             | 587.923             |
| <b>Fluxo das actividades de investimento (2)</b>         | <b>9.564.724</b>    | <b>14.047.493</b>   |
| <b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>                      |                     |                     |
| Recebimentos provenientes de:                            |                     |                     |
| Empréstimos obtidos                                      | 559.200.000         | 417.200.000         |
| Aumentos de capital, prest. Supl. e prémios emissão      | 0                   | 0                   |
| Subsídios e doações                                      | 0                   | 0                   |
| Venda de acções (quotas) próprias                        | 0                   | 0                   |
| Cobertura de prejuízos                                   | 0                   | 0                   |
| Pagamentos respeitantes a:                               |                     |                     |
| Empréstimos obtidos                                      | 387.536.051         | 269.879.790         |
| Amortizações de contratos de locação financeira          | 143.722.154         | 111.146.591         |
| Juros e custos similares                                 |                     |                     |
| Dividendos   |                     |                     |
| Reduções de capital e prestações suplementares           |                     |                     |
| Aquisição de acções (quotas) próprias                    |                     |                     |
| <b>Fluxo das actividades de financiamento (3)</b>        | <b>27.941.795</b>   | <b>36.173.619</b>   |
| Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)    | - 33.008.523        | 2.807.347           |
| Efeito das diferenças de câmbio                          | 53.827              | - 83.487            |
| Variação de fluxos de caixa ao longo do período          | - 32.954.696        | 2.723.860           |
| Caixa e seus equivalentes no início do período           | 9.696.427           | 6.972.568           |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período              | - 23.258.268        | 9.696.427           |

## ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As notas cuja numeração se encontre ausente deste anexo não são aplicáveis

### 2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

| DESCRIPÇÃO                                     | 2008                | 2007             | Un. Euros |
|--|---------------------|------------------|-----------|
| Numerário                                      | 256.918             | 284.837          |           |
| Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis | 4.156.902           | 9.420.189        |           |
| <b>Equivalentes a caixa:</b>                   |                     |                  |           |
| Caixa e seus equivalentes (1)                  | - 27.672.089        | - 8.598          |           |
| Outras disponibilidades                        |                     |                  |           |
| <b>Disponibilidades constantes do balanço</b>  | <b>- 23.258.268</b> | <b>9.696.427</b> |           |

(1) Nos Equivalentes a caixa, e, especificamente na rubrica Caixa e seus equivalentes estão considerados os descobertos bancários, e as aplicações de tesouraria tal como definido na directriz contabilística nº 14.

# ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

## Informações Gerais

- a) Nome da Empresa: CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.
- b) Forma legal: Empresa pública
- c) Local e data de constituição: Lisboa, 25 de Março de 1977  
(Decreto-Lei n.º 109/1997 publicado no D.R.I SÉRIE, nº71 de 25 de Março)
- d) Sede: Calçada do Duque, nº20 – 1249-109 Lisboa
- e) Objecto social principal e natureza das operações: Exploração do transporte de Passageiros e de mercadorias nas linhas férreas, troços de linha e ramais que integram a rede ferroviária nacional.
- f) Partes relacionadas: a CP é a Empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas Demonstrações Financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transacções com as empresas do grupo apresentados na nota 48.9

## nota 01 Separação de Sectores

A Lei n.º 10/90, de 17 de Março, designada por Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, veio preconizar o princípio da separação entre a responsabilidade pela construção, renovação e conservação da infra-estrutura atribuída ao Estado ou "a entidade actuando por sua concessão ou delegação" e a exploração do transporte ferroviário.

A reorganização do sector ferroviário em Portugal teve o seu início em 1997 com a desintegração vertical da Empresa única existente, nas actividades de gestão da infra-estrutura ferroviária e de operação do transporte ferroviário. Este processo operou-se no âmbito do Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de Abril, do qual resultou a cisão da CP, E.P. e a subsequente criação da REFER, E.P., cujo objecto principal consiste no serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional. Simultaneamente foram transferidos para o domínio daquela Empresa, sem alteração de regime, as infra-estruturas e os direitos e obrigações que integravam o património da CP, afectos às infra-estruturas do domínio público ferroviário.

Em 1998, através do Decreto-Lei n.º 299-B/98 de 29 de Setembro foi constituída a entidade reguladora do sector, o Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF), o qual teve por incumbência, nomeadamente, dispor sobre a qualidade de serviço e os aspectos económicos relacionados com os preços e tarifas a praticar pela utilização da infra-estrutura ferroviária. Em 2007, estas atribuições passaram a ser executadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P. (IMTT), em resultado da fusão do INTF, da DGTF e da DGV, operada no quadro do Decreto-Lei nº200/2006 de 25 de Outubro (extinção, fusão e reestruturação de serviços da administração Pública) e da Lei nº 53/2006 de 7 de Outubro (mobilidade entre serviços e funcionários).

Criaram-se assim as condições necessárias para o acesso à infra-estrutura ferroviária de outros operadores além do operador histórico.

O primeiro avanço no sentido da liberalização foi dado pelo Decreto-lei n.º 60/2000 de 19 de Abril, relativo ao transporte internacional efectuado sob certas condições.

As Directivas do Conselho números 2001/12/CE, 2001/13/CE e 2001/14/CE de 26 de Fevereiro, designadas tipicamente por pacote ferroviário I foram transpostas para o normativo legal Português através do Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de Outubro. Estas pautam-se pela introdução de mecanismos de mercado, no tradicionalmente fechado sector do transporte ferroviário, sobre as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário por caminho de ferro e de gestão da infra-estrutura, acentuando as obrigações do gestor da infra-estrutura como entidade nuclear do desenvolvimento do sector ferroviário e a promoção da liberalização progressiva, criando-se condições potenciadoras do aparecimento de novos operadores.

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infra-estrutura REFER encontra-se vertida no Decreto-Lei nº 104/97 de 29 de Abril.

O artigo 6º do citado diploma, prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas acções e decisões que devem ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infra-estruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 7º serão devidas à REFER taxas de utilização pela utilização da infra-estrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infra-estrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infra-estrutura é utilizada.

A taxa de utilização da infra-estrutura suportada pela CP nos últimos seis exercícios evoluiu como segue (em euros):

| 2003       | 2004       | 2005       | 2006       | 2007       | 2008       |
|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 63.111.003 | 55.754.918 | 54.934.206 | 51.320.961 | 54.712.769 | 56.246.108 |

O encargo verificado em 2008 resulta da aplicação das tarifas de utilização dos serviços essenciais por comboio/quilómetro (CK), previstas no Directório da Rede para 2008 e da racionalização da oferta por parte da CP, nomeadamente no que respeita a comboios de longo curso e regionais no segmento de Passageiros.

O Directório da Rede 2008, concebido pela REFER em consonância com a legislação nacional em vigor que enquadra a actividade do transporte ferroviário, vigorou no período de 8 de Dezembro de 2007 a 13 de Dezembro de 2008 (validade do Horário 2008). Para o período de 14 de Dezembro 2008 a 31 de Dezembro 2008, em que passou a vigorar o Directório da Rede 2009, foi aplicado à prestação dos serviços essenciais os preços que constam no Directório da Rede 2009.

Para além da utilização dos serviços essenciais da infra-estrutura ferroviária, o Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de Outubro, prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende, tudo aquilo que é necessário ao efectivo exercício do direito de acesso à infra-estrutura, ou sejam os serviços adicionais e os serviços auxiliares.

De acordo com o Directório da Rede 2008, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a actividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia eléctrica para tracção, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, estacionamento de material circulante e utilização de estações e apeadeiros. A REFER, ainda que preste estes serviços tem o direito de não os prestar a qualquer Empresa de transporte ferroviário, se existirem alternativas visíveis e comparáveis no mercado.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a actividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, o fornecimento de informações suplementares, em particular as de natureza comercial e a inspecção técnica do material circulante, realização de estudo de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, limpeza de vagões e carruagens, abastecimentos de água, fornecimento de mão-de-obra para actividades operacionais dos operadores. De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º270/2003, o gestor da infra-estrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

Ainda no que respeita aos serviços auxiliares, não têm sido concretizados acordos ou protocolos que os suportem, mas a REFER tem assegurado a prestação de serviços e fornecimentos necessários às respectivas actividades, facturando-os unilateralmente. Este facto inviabiliza por vezes a aceitação dos níveis de serviços e dos preços facturados.

A facturação anual apresentada pela REFER e que se encontra nesta situação é a seguinte (em euros):

| Tipo de Serviço                            | Exercícios       |                  |                  |
|--|------------------|------------------|------------------|
|  | 2006             | 2007             | 2008             |
| Serviços Essenciais (excepto taxa de uso): |                  |                  |                  |
| “Capacidade pedida e não utilizada”        | 651.645          | 1.546.041        | 1.681.268        |
| Serviços Auxiliares                        | 1.289.951        | 687.922          | 536.564          |
| Serviços Adicionais                        | 5.052.398        | 4.649.442        | 2.328.304        |
| <b>Total</b>                               | <b>6.993.994</b> | <b>6.883.405</b> | <b>4.546.136</b> |

A facturação recebida e não creditada em 31 de Dezembro de 2008 totaliza 7.904.292 €.

## nota 02 Regime de concessão

A CP, com a natureza jurídica de Empresa pública e dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, foi criada pelo Decreto-Lei n.º109/77, de 25 de Março, que aprovou igualmente os respectivos Estatutos, pelos quais se rege.

A partir desta data, a CP passou a explorar o serviço público de transporte na rede ferroviária nacional, com base neste diploma legal e não com base em qualquer contrato de concessão.

Até à publicação do citado diploma, a CP explorou o transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 38426 de 9 de Maio de 1951.

O citado contrato iniciou-se em 1 de Janeiro de 1951, por um período de 50 anos e foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-Lei n.º 104/73, de 13 de Março, entretanto revogado com a nacionalização da Empresa através do Decreto-Lei n.º 205-B/75, de 16 de Abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da Empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 80/73, de 2 de Março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

Neste último diploma reconheceu-se entre outros aspectos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à Empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de Empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Nesse contexto, foi proposto ao Governo um amplo programa de renovação, que contemplava entre outras medidas: (i) a contribuição do Estado no financiamento das infra-estruturas ferroviárias de interesse geral e de longa duração; (ii) o saneamento da situação financeira da Empresa, descapitalizada ao longo dos anos da concessão, sem que lhe tivessem sido dadas condições para realizar com o ritmo desejável as modificações estruturais e a renovação do material circulante; (iii) a eliminação gradual das subvenções económicas de exploração com a substituição por indemnizações compensatórias.

O direito a indemnizações compensatórias está igualmente reconhecido à CP, E.P., através dos artigos 28.º e 29.º dos Estatutos, respectivamente Receitas e Fixação de preços e tarifas.

No âmbito do n.º 2 do artigo 29.º, o Estado compensará a CP sempre que, por razões de política económica e social, lhe imponha a prática de preços ou tarifas inferiores às que permitem a cobertura dos custos totais de exploração e assegurem níveis adequados de remuneração do capital investido e de autofinanciamento.

Para determinação do montante das compensações a Empresa avaliará as despesas e as perdas de receita provenientes, nomeadamente:

- a) Da obrigação de fazer transportes em condições incompatíveis com uma gestão comercial equilibrada;
- b) Da prática forçada de preços de transporte inferiores aos propostos pela Empresa, determinada pelo Governo por razões de política económica e social;
- c) Do adiamento, por motivos de política geral, da entrada em vigor de alterações tarifárias justificáveis à luz de uma exploração comercial equilibrada;
- d) Da não aplicação do tarifário normal, por determinação do Governo  
[...]
- f) Dos atrasos no recebimento de dotações e compensações, obrigando a Empresa a recorrer ao crédito;  
[...]

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorre igualmente dos Regulamentos Comunitários CEE n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de Junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de Junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de Junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

Tendo por base o regime legal citado, especialmente o previsto no artº29º dos seus Estatutos, em matéria de compensações financeiras, a CP, E.P. apresenta anualmente, integrado nos seus Instrumentos Previsionais de Gestão que submete às Tutelas Técnica e Financeira, pedido fundamentado de indemnizações compensatórias.

Até 2004, e não obstante este pedido, o montante que o Governo atribuiu anualmente por Resolução do Conselho de Ministros, e que no seu entender considerou adequado para indemnizar a CP, foi sempre um valor substancialmente inferior ao montante solicitado, o que inevitavelmente se reflecte no agravamento do déficit de exploração da Empresa e no agravamento da sua posição financeira. Apenas em 2005, a CP viu o seu pedido ser totalmente satisfeito por Resolução do Conselho de Ministros (v.g. RCM n.º 174/2005, de 20 de Outubro de 2005).

## nota 03 Contrato de serviço público

Do que antes se deixou dito, decorre que até ao presente, não foram celebrados quaisquer contratos de serviço público de transporte que regulem as relações entre o Estado e a Empresa, compensando-a das obrigações de serviço público prestadas.

Na tentativa de levar o Estado a assumir claramente as suas responsabilidades, bem como à clarificação das responsabilidades de gestão da Empresa, a CP, E.P. apresentou ao Governo diferentes critérios de cálculo de indemnizações compensatórias.

A celebração deste tipo de contratos, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, são o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a Empresa Pública, bem como as respectivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-Lei nº558/99 de 17/12. Este é também o entendimento do Tribunal de Contas no último relatório de auditoria de gestão à CP, ao recomendar ao Estado, enquanto entidade tutelar da Empresa, a contratação das obrigações de serviço público prestado e o correspondente modelo financeiro das indemnizações compensatórias, valorizando factores de qualidade do serviço prestado, segurança e eficiência e eficácia da gestão dos recursos.

## nota 04 Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal nomeadamente os constantes no Plano Oficial de Contabilidade e nas Directrizes Contabilísticas. Assim, foram preparadas segundo os princípios dos custos históricos, da continuidade das operações, da prudência, da consistência, da substância sobre a forma, da materialidade e da especialização dos exercícios.

## I – Informações Relativas à Imagem Verdadeira e Apropriada

1. Indicação e justificação das disposições do POC que foram derrogadas  
Nada a referir

2. Contas cujo conteúdo não é comparável

No exercício de 2008, a Empresa não procedeu a alterações de práticas ou políticas contabilísticas.

3. Critérios valorimétricos e métodos de cálculo

Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados foram estabelecidos no Capítulo 5 do Plano Oficial de Contabilidade.

### 3.1. Imobilizações

#### 3.1.1. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas que compreendem despesas de investigação e desenvolvimento, encontram-se registadas ao custo de aquisição. Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e reconhecidos em 3 anos sempre que forem satisfeitos os requisitos definidos pela Directriz Contabilística nº7/92 para reconhecimento e mensuração dos mesmos.

As amortizações e reintegrações são calculadas pelo método das quotas constantes às taxas máximas anuais permitidas para efeitos fiscais.

#### 3.1.2. Imobilizações corpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição, acrescido das reavaliações efectuadas e deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes anuais no que respeita aos bens que entraram em funcionamento até 31 de Dezembro de 1999 e pelo método de amortizações por duodécimos para os bens que entraram em funcionamento a partir de 1 de Janeiro de 2000.

No que respeita ao imobilizado de conta da CP, as amortizações são efectuadas com base no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de Janeiro, pelo método de quotas constantes, excepto o material circulante que está a ser amortizado às taxas de amortização constantes da Ficha 374R da UIC - União Internacional dos Caminhos de Ferro.

Quanto ao imobilizado de conta do Estado (imobilizado constante do Despacho Conjunto n.º 261/99 de 24 de Março) discriminado na nota 48.1, a conta de Edifícios e Outras Construções está a ser amortizada desde 1999 à taxa de 2%, conforme o Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, em virtude de ainda não ter sido definido o período para o contrato de concessão do Estabelecimento CP.

As despesas de reparação e manutenção correntes do imobilizado são consideradas como custos do exercício em que ocorrem.

Os gastos com as grandes reparações periódicas do material circulante, mas que não aumentam a sua vida útil, são considerados custos diferidos do exercício em que ocorrem e reconhecidos como custos de exploração numa base pluriannual, segundo os seguintes critérios:

|  |             |
|--|-------------|
| R1's (intervenções profundas em todos os órgãos do material circulante motor, para lhe restituir o potencial de vida útil inicialmente estimado, permitindo/garantindo a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento)   | 15 anos     |
| R2's/3's (intervenções no material circulante programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo repor as condições técnicas de funcionamento dos equipamentos constituintes. Não concorrem para o aumento da vida útil do material reparado) | 4 ou 5 anos |
| REV's (intervenções programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo monitorar e/ou restituir a vida dos órgãos e equipamentos de segurança, garantindo a fiabilidade de funcionamento exigida)   | 6 ou 8 anos |

Na nota 48.4.1. apresentam-se os valores diferidos no exercício por tipo de reparação, a reconhecer como custo no exercício seguinte e em exercícios posteriores.

As reparações que aumentam a vida útil dos bens imobilizados são registadas no activo corpóreo em adição ao valor líquido existente à data que corresponde ao valor residual do material renovado.

### 3.1.3. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros representados por partes de capital em empresas filiais e associadas são registados ao custo de aquisição e mensurado subsequentemente pelo método da equivalência patrimonial por aplicação da Directriz Contabilística n.º 9/92.

Os valores utilizados para a aplicação do método correspondem aos das demonstrações financeiras disponíveis no exercício em análise.

Os restantes investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição, sendo ajustados para fazer face a perdas potenciais.

### 3.2. Existências

As existências de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adoptando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é constituído um ajustamento para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao activo.

### 3.3. Dívidas de e a terceiros em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação. Os valores a cobrar e a pagar são actualizados para efeitos de Balanço com base no câmbio em vigor à data de 2008/12/31, sendo reconhecidas em resultados as perdas e ganhos das diferenças de câmbio resultantes da actualização referida.

Tratando-se de diferenças de câmbio favoráveis resultantes de dívidas a médio e longo prazo, são diferidas quando existem expectativas razoáveis de que o ganho é reversível.

### 3.4. Encargos com pré-reformas e encargos com pensões de acidentes de trabalho

Com base na avaliação actuariais das responsabilidades da Empresa em 31 de Dezembro foram constituídas provisões para fazer face aos encargos com pré-reforma de trabalhadores no âmbito do Decreto-Lei n.º 261/91 de 25 Julho e a pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de Dezembro de 1999.

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e actuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

**Método de cálculo:** Para o apuramento das responsabilidades relativas aos actuais pré-reformados e reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor actual de rendas vitalícias imediatas.

**Taxa de rendimento:** assumiu-se uma taxa de rendimento de 4,5%, que representa uma taxa de rentabilidade real de longo prazo de 3% face ao crescimento das pensões.

**Taxa de Crescimento das Pensões:** 1,5%

**Tábuas de Mortalidade:** utilizou-se a tábuas TV 73/77

**Número de pagamentos das pensões de pré-reforma:** 14 pagamentos por ano.

**Número de pagamento das pensões de acidente de trabalho:** 13 pagamentos por ano.

**Prazo de pagamento das pensões de pré-reforma:** pensões pagas até aos 65 anos.

**Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho:** pensões vitalícias.

**Data de efeito dos cálculos:** 31 de Dezembro de 2008.

### 3.5. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

### 3.6. Impostos sobre lucros

Os montantes a liquidar, de imposto sobre o rendimento do exercício, são determinados com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal. São reconhecidos na determinação do encargo com impostos sobre o rendimento do exercício, os efeitos das diferenças temporais inerentes à diferença entre a base contabilística e fiscal do valor dos activos e passivos apresentados. Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao limite do montante realizável em exercícios futuros, de acordo com as expectativas de obtenção de resultados fiscais positivos futuros.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime Especial de Tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 6.

### 3.7. Reservas de Reavaliação

Os montantes registados nesta rubrica, referentes aos acréscimos líquidos de imobilizados gerados pelas reavaliações, efectuadas de acordo com os critérios definidos para as mesmas, são movimentadas para resultados transitados na medida em que os mesmos são realizados através de venda, abate ou amortização dos bens respectivos. Na generalidade, os montantes registados não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, registados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento de capital.

### 3.8. Proveitos diferidos (subsídios)

Os subsídios recebidos para apoio ao investimento em material circulante, infra-estruturas e sistemas de venda são registados em proveitos diferidos quando recebidos, sendo reconhecidos em resultados, em linha com a amortização do activo financeiro.

### 3.9. Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos no exercício a que respeitam, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Os serviços prestados pela CP, os quais compreendem o serviço de transporte de Passageiros e carga, são reconhecidos com a transferência dos riscos e benefícios associados à posse do título de transporte pelo Cliente.

### 3.10. Derivados

Os contratos utilizados para cobertura de riscos de taxa de juro não são reavaliados ao valor de mercado sendo este divulgado na nota 31.1.

Os juros a receber ou a pagar relacionados com operações de derivados de taxa de juro são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações.

## 4. Cotações utilizadas na conversão das Contas Activas e Passivas expressas em Moeda Estrangeira

As cotações utilizadas para conversão dos saldos a pagar em moeda estrangeira, das contas incluídas no Balanço e na Demonstração dos Resultados, respeitantes a dívidas expressas em moeda de Países fora da zona euro, foram actualizadas com as cotações fixadas oficialmente pelo Banco de Portugal, à data de 2008/12/31.

## 5. Medida em que o resultado do exercício foi afectado, com vista a obter vantagens fiscais

Nada a referir.

## 6. Situações que afectem significativamente os impostos futuros

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 63º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA e TEX - Transporte de Encomendas Expresso, Lda.

Na sequência da publicação da Directriz Contabilística n.º 28, relativa a Impostos sobre o Rendimento, a CP não contabilizou activos nem passivos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por ter considerado que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP, que a 31 de Dezembro de 2007 ascendem a 1.245.495.978,49 €.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a reflectir o IRC estimado com a tributação autónoma de 2008, no montante de 338.111 €, única matéria colectável apurada.

De acordo com a legislação em vigor, a situação fiscal da Empresa está sujeita a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais

da Empresa dos anos de 2008, 2007, 2006, 2005 (e de 2004, 2003, 2002, 2001, 2000 e 1999 para a Segurança Social) poderão vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Gerência da CP não prevê que eventuais correcções resultantes das revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, possam ter efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

#### 7. Número médio de pessoal

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa no exercício foi de 4 169 empregados, enquanto no exercício de 2007 foi de 4 165 empregados.

## II – Informações de Rubricas do Balanço

#### 8. Movimento ocorrido nas contas 431 "Despesas de Instalação" e 432 "Despesas de Investigação e de Desenvolvimento".

A rubrica "Despesas de Investigação e Desenvolvimento" contempla essencialmente o Portal CP e o sistema de facturação da CP Carga.

#### 9. Justificação para amortizações de "Trespasses"

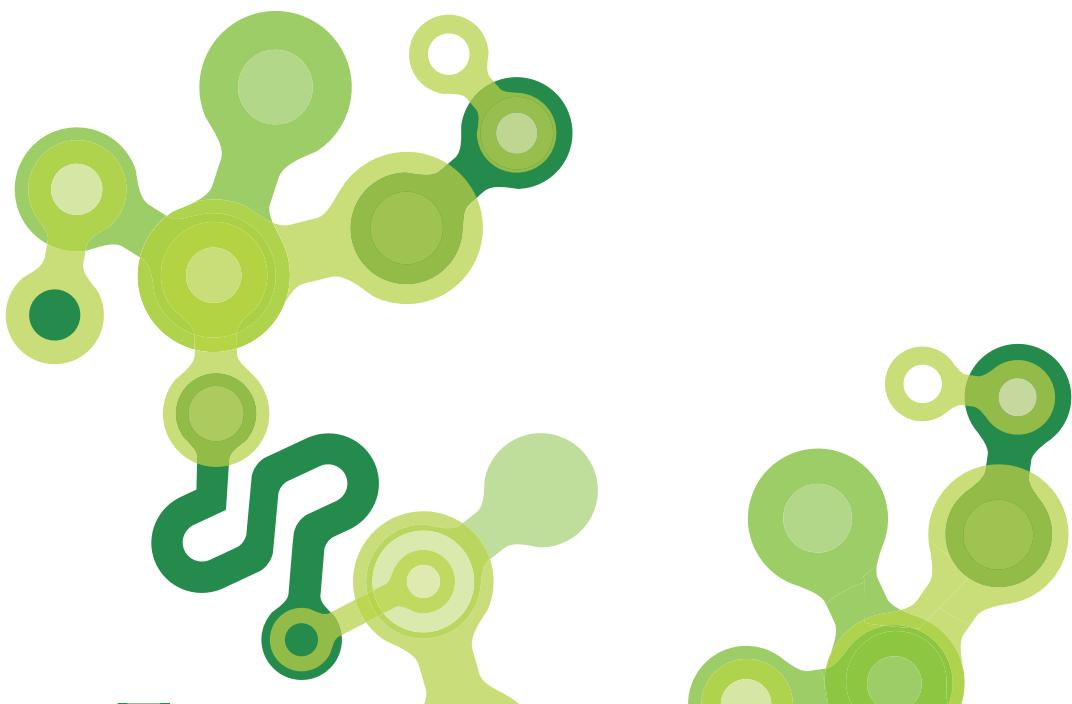
Não existem valores na conta "Trespasses".

#### 10. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos.

Seguem em mapa 10.1. e 10.2. anexos a este articulado.

#### 11. Custos Financeiros Capitalizados

Os custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que foram capitalizadas neste período, ascendem a 799.140 euros.



## 12. Diplomas Legais utilizados na reavaliação das imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas como segue:

### 12.1. Material circulante

- Reavaliado no exercício de 1995 ao abrigo do Despacho n.º 766/95 FIN do Senhor Secretário de Estado das Finanças de 95.08.04.
- Reavaliado no exercício de 1997 nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de Fevereiro.

### 12.2. Restantes imobilizações com exceção de peças de parque.

Reavaliação livre efectuada no exercício de 1999, pelo método do valor corrente de mercado.

## 13. Quadro Discriminativo das reavaliações

Comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas com os respectivos custos históricos.

| Un. Euros                           |                      |                   |                         |
|-------------------------------------|----------------------|-------------------|-------------------------|
| RUBRICAS DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS | Valor contabilístico | Reavaliações (a)  | Valores contabilísticos |
| Terreno e recursos naturais         | 2.964.842            | 28.419.053        | 31.383.895              |
| Edifícios e outras construções      | 68.229.166           | 16.139.847        | 84.369.013              |
| Equipamento básico                  | 904.586.159          | 44.052.355        | 948.638.514             |
| Equipamento de transporte           | 627.727              | -                 | 627.727                 |
| Ferramentas e utensílios            | 9.701                | -                 | 9.701                   |
| Equipamento administrativo          | 1.993.469            | -                 | 1.993.469               |
| Outras imobilizações corpóreas      | 33.299.748           | -                 | 33.299.748              |
| <b>Total</b>                        | <b>1.011.710.812</b> | <b>88.611.255</b> | <b>1.100.322.067</b>    |

(a) Valor líquido da reavaliação do material circulante em 1995 e em 1997 no que respeita a equipamento básico e da avaliação dos restantes bens do imobilizado corpóreo em 1999, conforme informação constante da nota 39.

## 14. Caracterização das imobilizações corpóreas e em curso

a) É o seguinte o valor global (em euros) para cada uma das rubricas:

- A totalidade das imobilizações estão afectas à actividade única da Empresa (valor bruto) 2.368.337.143 €
- Imobilizações implantadas em propriedade alheia:  
Existem imobilizações que se encontram implantadas em propriedade da CP e em propriedade do Estado (ver nota n.º 48.1.)
- Imobilizações localizadas no estrangeiro:  
Nada a referir.
- Imobilizações reversíveis:  
Nada a referir.

b) Os custos financeiros líquidos de amortizações capitalizadas respeitantes ao exercício e acumulados (em euros), são os seguintes (incluindo somente as imobilizações corpóreas e em curso capitalizadas após 31 de Dezembro de 1998):  
Imobilizado corpóreo e em curso

- No exercício 799.140 €
- Acumulados em 2008/12/31 8.862.272 €

## 15. Locação Financeira

Nada a referir.

16. Relação das empresas do grupo e das empresas associadas  
(Segue em mapa anexo a este articolado).

A CP prepara Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo CP ao abrigo do Despacho n.º 1414-A/2001 de 9 de Outubro, do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, não lhe sendo aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho.

17. Acções e Quotas na conta "Títulos Negociáveis"  
Nada a referir.

18. Discriminação da conta 4154- "Fundos"  
Nada a referir.

19. Diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do activo circulante e as quantias a preços de mercado.  
Nada a referir.

20. Valorizações inferiores ao mais baixo do custo ou do valor de mercado

O valor das existências de materiais diversos encontra-se ajustado em 5.560 m.€. O ajustamento corresponde à totalidade dos bens existentes em armazém sem rotação há mais de 5 anos.

21. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante  
(Segue em mapa anexo a este articolado).

22. Existências fora da Empresa

As existências fora da Empresa, respeitam a (em euros):

- Mercadorias enviadas à consignação 2.088 €

23. Dívidas de cobrança duvidosa

Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço (em euros):

|  |              |
|--|--------------|
| • Dívidas de Terceiros – Médio e Longo Prazo |              |
| • Outros devedores                           | 975.110 €    |
| • Dívidas de Terceiros – Curto Prazo         |              |
| • Clientes                                   | 30.142.640 € |
| Contas correntes                             | 30.115.979 € |
| Letras protestadas                           | 26.661 €     |
| • Empresas do grupo                          | 44.013 €     |
| • Outros devedores                           | 5.881.779 €  |

24. Adiantamentos ou empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Gerência e da Comissão de Fiscalização da Empresa.  
Não existem

25. Dívidas Activas e Passivas respeitantes ao pessoal (em euros)

|                    |          |
|--------------------|----------|
| • Dívidas activas  | 90.529 € |
| • Dívidas passivas | 38.230 € |

26. Dívidas Tituladas

Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do Balanço (em euros):

|                                     |               |
|-------------------------------------|---------------|
| • Dívidas a Instituições de Crédito | 100.000.000 € |
|-------------------------------------|---------------|

27. Quantidade e valor nominal das obrigações convertíveis, títulos de participação ou direitos similares, emitidos pela Empresa

Não existem.

28. Dívidas ao "Estado e Outros Entes Públicos" em situação de mora

Não existem.

29. Dívidas a terceiros a mais de cinco anos, por rubricas do Balanço

Dívidas a Instituições de Crédito

Un. Euros

| FINANCIAMENTO                  | CAPITAL EM DÍVIDA     | REEMBOLSO |      |
|--------------------------------|-----------------------|-----------|------|
|                                |                       | INÍCIO    | FIM  |
| BEI-CPIIIA PTE[10]-1ºD         | 9.975.957.96          | 2009      | 2017 |
| BEI-CPIIIA PTE[10]-2ºD         | 9.975.957.96          | 2009      | 2017 |
| BEI CPIIIC (14,8 M) - 1ºD      | 5.000.000,00          | 2009      | 2018 |
| BEI CPIIIC (14,8 M) - 2ºD      | 25.000.000,00         | 2009      | 2018 |
| BEI CPIIIC (14,8 M) - 3ºD      | 6.911.044,37          | 2009      | 2018 |
| BEI CP ROLLING STOCK A PARTE A | 59.120.000,00         | 2011      | 2020 |
| BEI CP ROLLING STOCK A PARTE B | 6.525.000,00          | 2009      | 2015 |
| BEI CP ROLLING STOCK B PARTE A | 40.733.333,34         | 2012      | 2021 |
| BEI CP ROLLING STOCK B PARTE B | 19.875.000,00         | 2009      | 2016 |
| BEI CP ROLLING STOCK C PARTE A | 52.267.000,00         | 2013      | 2022 |
| BEI CP ROLLING STOCK C PARTE B | 12.000.000,00         | 2010      | 2017 |
| BEI CP ROLLING STOCK D PARTE A | 19.000.000,00         | 2015      | 2024 |
| BEI CP ROLLING STOCK D PARTE B | 45.750.000,00         | 2012      | 2019 |
| <b>Com Aval do Estado</b>      | <b>312.133.293,63</b> |           |      |
| BNP Paribas 200M€              | 200.000.000,00        | 2015      | 2015 |
| <b>Sem Aval do Estado</b>      | <b>200.000.000,00</b> |           |      |

## Outros Empréstimos Obtidos

Un. Euros

| FINANCIAMENTO                                    | CAPITAL EM DÍVIDA | REEMBOLSO      |      |
|--|-------------------|----------------|------|
|  |                   | INÍCIO         | FIM  |
| POLO SECURITIES II LIMITED                       | 62.500.000,00     | 2009           | 2014 |
| POLO III - CP FINANCE LIMITED - 2 <sup>a</sup> T | 300.000.000,00    | 2015           | 2015 |
| EUROFIMA 118                                     | 25.000.000,00     | 2014           | 2014 |
| EUROFIMA 119                                     | 58.900.000,00     | 2015           | 2015 |
| EUROFIMA 124                                     | 122.280.000,00    | 2014           | 2014 |
| EUROFIMA 125                                     | 55.000.000,00     | 2014           | 2014 |
| EUROFIMA 126                                     | 75.000.000,00     | 2016           | 2016 |
| Sem Aval do Estado                               |                   | 698.680.000,00 |      |

## 30. Dívidas a terceiros, cobertas por garantias reais prestadas pela Empresa

As dívidas a terceiros, cobertas por garantias reais, respeitam a empréstimos concedidos pela Eurofima – Sociedade Europeia para o Financiamento de Material Ferroviário, no montante de 1.036.232.000 € e encontram-se cobertas por imobilizações corpóreas conforme indicado na nota 32.1.

## 31. Compromissos financeiros

## 31.1. Informação sobre Derivados

De forma a minimizar o risco de volatilidade da taxa de juro a que está exposta, a CP recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, o que lhe permite uma redução de encargos financeiros e seu ajustamento às condições de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa possui instrumentos financeiros derivados cujos vencimentos ocorrerão de 2012 a 2021.

Os fluxos financeiros de juros corridos dos derivados foram reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico do acréscimo.

Na prossecução da política de gestão de risco de taxa de juro em 2008, a Empresa contratou cinco novos "swaps" com os seguintes montantes e maturidades:

Un. Euros

| MONTANTE       | MATURIDADE |
|----------------|------------|
| 200.000.000,00 | 30-07-2015 |
| 75.000.000,00  | 07-04-2016 |
| 62.200.000,00  | 15-08-2010 |
| 122.280.000,00 | 04-02-2014 |
| 52.700.000,00  | 05-02-2010 |

A alocação dos derivados aos empréstimos do financiamento a que respeitam e o respectivo valor de mercado são como segue:

| INSTRUMENTO FINANCEIRO                       | MONTANTE             | MATURIDADE SWAP | VALORIZAÇÕES        | Un. Euros |
|--|----------------------|-----------------|---------------------|-----------|
| Swap empréstimos Bayerische e KFW            | 62.000.000           | 2012            | -5.284.563          |           |
| Swap empréstimos Eurofima                    | 259.552.000          | 2015            | 3.300.000           |           |
| Swap empréstimo Obrigacionista               | 250.000.000          | 2012            | -51.169.319         |           |
| Swap empréstimo Polo III - 1ª Tranche        | 100.000.000          | 2013            | -5.803.500          |           |
| Swap empréstimo Polo III - 2ª Tranche        | 300.000.000          | 2015            | -90.690.888         |           |
| Swap empréstimo Polo Securities II Limited   | 375.000.000          | 2014            | -800.000            |           |
| Swap empréstimos BEI e swap Bayerische e KFW | 286.939.895          | 2021            | -103.878.236        |           |
| Swap empréstimo BNP Paribas 200M             | 200.000.000          | 2015            | -38.431.435         |           |
| Swap empréstimo Eurofima                     | 75.000.000           | 2016            | -2.865.107          |           |
| Swap empréstimo Eurofima                     | 62.200.000           | 2010            | -983.061            |           |
| Swap empréstimo Eurofima                     | 122.280.000          | 2014            | -2.055.741          |           |
| Swap empréstimo Eurofima                     | 52.700.000           | 2010            | -467.750            |           |
| <b>Total</b>                                 | <b>2.145.671.895</b> |                 | <b>-299.129.600</b> |           |

### 31.2. Compromissos relativos a pensões que figuram no balanço

Os compromissos financeiros relativos a pensões figuram no Balanço e correspondem a pensões de pré-reformas de trabalhadores no âmbito do DL nº 261/91 de 25 de Julho e a pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de Dezembro de 1999. Encontram-se provisionados de acordo com os critérios indicados na nota 3.4 e ascendem a 16.792 € e a 10.971.311 € respectivamente.

### 31.3. Compromissos relativos à aquisição de material circulante

Durante o ano de 2008 foram firmados contratos para a aquisição de material circulante, nomeadamente aquisição de 100 vagões de dois eixos e 300 vagões plataforma, sendo que o investimento realizado em 2008 foi de 1,5 milhões de euros e 6,8 milhões de euros, respectivamente.

Dos contratos assinados em anos anteriores, deu-se continuidade à aquisição de 25 Locomotivas Eléctricas 4700 cujo montante realizado em 2008 foi de 26 milhões de euros.

## 32. Garantias, fianças e avales prestadas

### 32.1. Garantias reais prestadas no âmbito de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

| IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS           |                      |                    | Un. Euros |
|-----------------------------------|----------------------|--------------------|-----------|
| RUBRICA                           | VALOR BRUTO          | VALOR LÍQUIDO      |           |
| 423 - Equipamento Básico          |                      |                    |           |
| Automotoras - RAV                 | 1.022.647.668        | 626.924.479        |           |
| Carruagens e Furgões - RAV        | 87.917.406           | 30.931.197         |           |
| Locomotivas e Locotractores - RAV | 301.601.940          | 127.895.855        |           |
| Vagões - RAV                      | 126.131.936          | 34.901.774         |           |
| <b>Total</b>                      | <b>1.538.298.950</b> | <b>820.653.305</b> |           |

### 32.2. Garantias prestadas a favor de empresas interligadas

Garantias e avales prestados pela CP – a empresas do grupo e associadas

- FERGRÁFICA (cartas conforto) 1.675.448

|                             |              |
|-----------------------------|--------------|
| • EMEF (cartas conforto)    | 6.987.979 €  |
| • EMEF (fiança)             | 10.000.000 € |
| • FERNAVE (cartas conforto) | 7.800.000 €  |

**32.3. Garantias prestadas a favor da CP**

|   |               |
|---|---------------|
| • Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado  | 725.451.399 € |
| • Garantias e fianças bancárias prestadas à CP por entidades bancárias a favor de terceiros | 2.387.225 €   |

**33. Indicação das diferenças entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas**  
Nada a referir.

**34. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.**  
Segue em mapa anexo a este articulado.

**35. Aumento do capital estatutário no exercício**

Em 2008 não se realizaram aumentos ou reduções no capital estatutário.

**36. Número de acções e valor nominal**

Não aplicável à Empresa.

**37. Detentor do capital**

O Estado Português detém 100% do capital da Empresa que foi nacionalizada nos termos do Decreto-Lei n.º205-B/75 de 16 de Abril.

**38. Número e valor nominal das acções e quotas subscritas no capital, durante o exercício**

Não aplicável à Empresa.

**39. Movimento ocorrido nas reservas de reavaliação**

A Empresa procedeu pela primeira vez em 1995 à reavaliação do imobilizado corpóreo.

A reavaliação incidiu no imobilizado contemplado na rubrica "Equipamento Básico" e engloba o material circulante, à data de 31 de Dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente, amortizações correspondentes ao exercício de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação, aos valores do imobilizado e às respectivas amortizações acumuladas dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95 de 21 de Abril, corrigidos previamente com o factor de 1,04.

No exercício de 1997 procedeu-se à Reavaliação do Imobilizado Corpóreo nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de Fevereiro.

No exercício de 1999, a Empresa procedeu à inventariação dos bens contemplados nas restantes rubricas do imobilizado corpóreo, adquiridos até 31 de Dezembro de 1997, com excepção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque.

Este trabalho foi coordenado pelas empresas Ernst & Young e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respectiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico, de que resultou um montante de 51.989.137 €.

As variações das reservas de reavaliação ocorridas no exercício de 2008 constam no quadro que segue:

| CONTAS                    | SALDO INICIAL     | REAVAL. REGISTADAS | INC. CAP. | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS | SALDO FINAL       |
|---------------------------|-------------------|--------------------|-----------|-----------------------|-------------------|
| 5691 - Res.reav/95        | 29.979.049        | -                  | -         | [3.009.023]           | 26.970.026        |
| 561 - Res.reav/97         | 18.181.266        | -                  | -         | [1.098.938]           | 17.082.328        |
| 5692 - Res.reav/99-Estado | 32.079.316        | -                  | -         | [338.418]             | 31.740.898        |
| 5693 - Res.reav/99-CP     | 12.537.539        | -                  | -         | 280.464               | 12.818.003        |
| <b>Total</b>              | <b>92.777.170</b> | <b>-</b>           | <b>-</b>  | <b>[4.165.915]</b>    | <b>88.611.255</b> |

As transferências para resultados transitados foram efectuadas de acordo com a realização dos bens verificada no próprio exercício para as "reservas de reavaliação" de 1995 e de 1997 e para as "reservas de reavaliação" de 1999.

#### 40. Variação das rubricas do Capital Próprio

Movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios:

| CONTAS  | SALDO INICIAL         | MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO |                    | SALDO FINAL           |
|---|-----------------------|-------------------------|--------------------|-----------------------|
|   |                       | AUMENTOS                | DIMINUIÇÕES        |                       |
| 51 - Capital estatutário  | 1.995.317.000         |                         |                    | 1.995.317.000         |
| 55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas do grupo e associadas: |                       |                         |                    |                       |
| 551 - Ajustamentos de transição   | 202.900               |                         |                    | 202.900               |
| 552 - Lucros não atribuídos   | 2.686.965             |                         |                    | 2.686.965             |
| 553 - Out variações Cap Próprios  | - 73.233              |                         |                    | - 73.233              |
| 56 - Reservas de reavaliação  |                       |                         |                    |                       |
| 561 - Res. Reavaliação - DL nº31/98                                       | 18.181.266            |                         |                    | 17.082.328            |
| 569 - Res. Reavaliação - Outras   | 74.595.904            | 339.182                 | 3.406.159          | 71.528.927            |
| 57 - Reservas   |                       |                         |                    |                       |
| 571 - Reservas legais   | 24.703                |                         |                    | 24.703                |
| 572 - Reservas estatutárias   | 1.306.650             |                         |                    | 1.306.650             |
| 575 - Subsídios   | 6.239.371             |                         |                    | 5.658.551             |
| 579 - Reservas p/ saneam financ   | 91.357.368            |                         |                    | 91.357.368            |
| 59 - Resultados transitados   | -3.829.012.085        | 4.505.097               | 183.888.783        | -4.008.395.771        |
|   | <b>-1.639.173.191</b> | <b>4.844.279</b>        | <b>188.974.700</b> | <b>-1.823.303.612</b> |



Comentários às rubricas de capitais próprios:

51 - Capital Estatutário

O Capital Estatutário da CP, E.P. é fixado por Despacho Conjunto dos Ministros da Tutela e das Finanças de acordo com o artº.3º do Decreto-Lei n.º 490/76 de 23 de Junho, na sequência de proposta do Conselho de Gerência, conforme previsto no artº 1º do citado Diploma.

55 – Ajustamentos de partes de capital em empresas do grupo e associadas

551 – Ajustamentos de transição

Esta rubrica reflecte os ajustamentos resultantes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial pela primeira vez em 1993, às participações financeiras em empresas do Grupo e em empresas associadas.

552 – Lucros não atribuídos

Esta rubrica reflecte a variação entre os lucros imputáveis às participações financeiras nas empresas do grupo e associadas e os dividendos que forem atribuídos, relevados por contrapartida de Resultados Transitados.

553 – Outras Variações nos Capitais Próprios

Esta rubrica reflecte os ajustamentos resultantes da variação dos Capitais próprios nas empresas do grupo e empresas associadas, decorrentes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

56 – Reservas de Reavaliação

561 – Decreto-Lei nº31/98

O montante em saldo nesta rubrica respeita ao valor de reavaliação do Material Circulante que em 1997 não apresentava nenhuma parcela totalmente amortizada e que no final do exercício se encontra em curso de amortização.

569 – Outras Reservas

5691 – Reservas de Reavaliação/95

5692 – Reservas de Reavaliação/99 Estado

5693 – Reservas de Reavaliação/99 CP

Os montantes em saldo nestas rubricas respeitam aos valores de reavaliação do Material Circulante em 1995 no caso da primeira e aos valores de reavaliação em 1999 dos restantes bens do domínio público concedidos em contrato e da CP, com excepção das peças de parque e que no final do exercício se encontram em curso de amortização.

57 – Reservas

571 – Reservas Legais

Esta rubrica reflecte a reserva legal ajustada de uma redução de 712 € em 2001 por redenominação do capital estatutário em euros.

572 – Reservas Estatutárias

Esta reserva corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de Dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no Artº16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

#### 575 – Subsídios

O saldo desta rubrica respeita essencialmente a subsídios recebidos para Material Circulante no período de 1982 a 1989, em curso de amortização.

#### 579 – Reserva para Saneamento Financeiro

Esta reserva reflecte o Passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de Agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à DGT e à Béanca no montante de 97.975.959 € e a utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 €, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-Lei nº361/85.

#### 59 – Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2007, o saldo desta rubrica ascendia a -3.829.012.085 € e reflectia os resultados líquidos dos exercícios de 1985 a 2006, os ajustamentos diversos resultantes das participações nas empresas do grupo e associadas; a utilização de reservas de reavaliação, por realização de bens a que estavam associadas; a correcção da reserva de reavaliação de 1995 e 1997 resultante da correcção da vida útil de 2 UQE's da Linha de Sintra; a utilização da reserva respeitante a subsídios recebidos para Material Circulante no período de 1982 a 1989, em função da respectiva amortização económica; o reforço da provisão para encargo com a taxa de uso respeitante ao exercício de 2000; o reforço da provisão para encargos com acidentes de trabalho e doenças profissionais em 1997; a anulação do crédito sobre o Estado por encargos assumidos no âmbito do saneamento financeiro-Decreto-Lei nº.361/85 e nº. 387/85; o reconhecimento de proveitos pelo transporte de militares e forças militarizadas ao abrigo da Portaria nº.471/78 de 19 de Agosto, no período de 1996 a 1999 e de 2002 a 2004.

O Resultado Líquido de 2006 e 2007 no montante de -192.897.562 € e -183.888.783 €, foram considerados no saldo desta rubrica para efeitos de apresentação destas Demonstrações Financeiras. Porém, os documentos de prestação de contas de 2006 e 2007 aguardam Despacho de Aprovação das Tutelas Sectorial e Financeira.

No Exercício de 2008 registaram-se as seguintes aumentos:

Utilização de reservas de reavaliação de 1995 e 1997 em 4.107.961 € e de reservas de reavaliação de 1999 em 397.137 €, pelos valores de realização no exercício de bens reavaliados naqueles anos.

#### 41. Demonstraçao do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Segue em mapa anexo a este articulado.

#### 42. Demonstraçao da variação da produção e demonstração do custo das vendas e das prestações de serviços

42.1. Não aplicável à Empresa

42.2. Demonstraçao do custo das vendas e da prestação de serviços

(Segue em mapa anexo a este articulado)

#### 43. Remunerações atribuídas aos órgãos sociais (em euros)

- Conselho de Gerência 418.410 €
- Comissão de Fiscalização 49.340 €

Não existem responsabilidades assumidas relativamente a pensões de reforma dos antigos membros dos órgãos acima referidos.

## 44. Valor líquido das prestações de serviços

| PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS    | Mercado Interno | Mercado Externo | TOTAL       | Un. Euros |
|---------------------------|-----------------|-----------------|-------------|-----------|
| 72-Prestações de Serviços | 275.264.303     | 15.002.741      | 290.267.044 |           |

## 45. Demonstração dos resultados financeiros

Segue em mapa anexo a este articulado.

## 46. Demonstração dos resultados extraordinários

Segue em mapa anexo a este articulado.

Os custos e perdas extraordinários respeitam essencialmente ao abate contabilístico de 11 MVA's que apresentavam um estado elevado de degradação, reembolsos de despesas com tratamentos médicos a vítimas de acidentes ferroviários, e ainda contribuições e donativos, nomeadamente para a Fundação Museu Nacional Ferroviário.

Os proveitos e ganhos extraordinários reconhecidos no exercício respeitam essencialmente à redução de provisões constituídas em exercícios anteriores cuja responsabilidade não se veio a verificar, assim como à venda de locomotivas da Série 1400 e 1200 e do reconhecimento dos Subsídios para material circulante.

## IV – Outras Informações

## 47. Informações exigidas por diplomas legais

## 47.1. Informação a que se refere o Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de 25 de Junho de 1980:

\* Encargos com estruturas representativas dos trabalhadores (em euros):

|                               |           |
|-------------------------------|-----------|
| Ordenados e Salários          | 123.997 € |
| Subsídio de férias e 13º mês  | 27.888 €  |
| Encargos sobre remunerações   | 37.532 €  |
| Outras despesas com o pessoal | 10.719 €  |

\* Número de trabalhadores envolvidos

A tempo inteiro:

|                           |    |
|---------------------------|----|
| Dirigentes sindicais      | 14 |
| Comissão de trabalhadores | 1  |

A tempo parcial:

|                              |     |
|------------------------------|-----|
| Dirigentes sindicais         | 206 |
| Delegados sindicais          | 36  |
| Comissão de trabalhadores    | 8   |
| Subcomissão de trabalhadores | 60  |

## 47.2. Informação a que se refere o Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de Outubro:

\* A dívida à Segurança Social ascende a 2.315.196 €, não se encontrando qualquer valor em situação de dívida vencida.

## 48. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

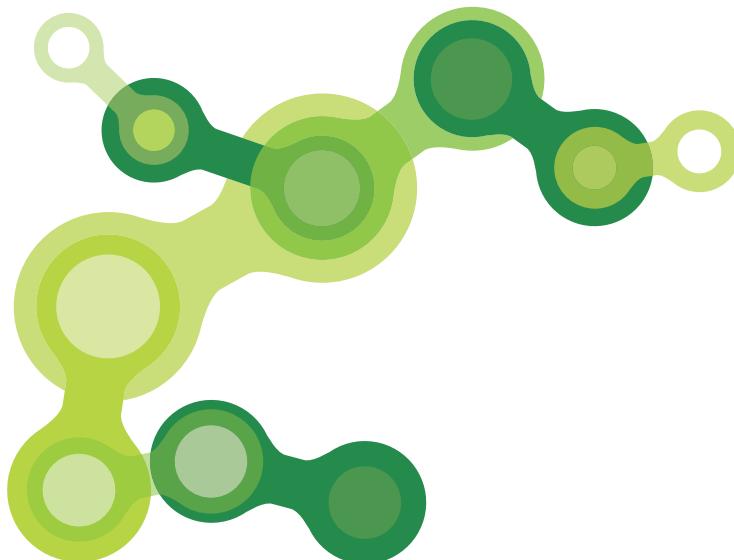
## 48.1. Imobilizações de conta do Estado

O imobilizado de conta do Estado (vidé nota 3.1.2.) ascende a 111.571.359 € e desdobra-se como segue:

|                                      |               |
|--------------------------------------|---------------|
| • Imobilizações corpóreas            | 111.571.359 € |
| 421 - Terrenos e recursos naturais   | 19.304.297 €  |
| 422 - Edifícios e outras construções | 92.267.062 €  |
| • Imobilizações em curso             | 0 €           |
| 442 - Obras em curso                 | 0 €           |

## 48.2. Conteúdo da conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos

|       |  | Un. Euros  |
|-------|--|------------|
| 24    | ACTIVO - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS                    | DÉBITOS    |
| 241   | Imposto sobre o Rendimento                                 | 2.563.980  |
| 2411  | Pagamento Especial por Conta                               | 736.513    |
| 2412  | Imposto Retido na Fonte                                    | 1.827.467  |
| 243   | Imposto sobre o Valor Acrescentado                         | 12.220.354 |
| 2437  | IVA a Recuperar do período de Nov e Dez 2008               | 6.736.146  |
| 2438  | IVA - Reembolsos Pedidos do período de Julho a Out de 2008 | 5.484.208  |
| 245   | Contribuições Seg. Social - CNP                            | 181.942    |
| 248   | IVA - Imposto a recuperar                                  | 880.885    |
| Total |  | 15.847.161 |
| 24    | PASSIVO - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS                   | CRÉDITOS   |
| 2414  | Tributação Autónoma  | 338.112    |
| 242   | Retenções – Imposto sobre Rendimento                       | 1.280.031  |
| 2436  | IVA a Pagar  | 509.672    |
| 245   | Contribuições Seg. Social-CNP e IGFSS                      | 2.497.138  |
| Total |  | 4.624.953  |



## 48.3. Desdobramento das rubricas de Outros Devedores e de Outros Credores no Balanço

## 48.3.1. Outros Devedores

Un. Euros

| RUBRICA 261/3 + 268 + 221                  |   |             |
|--|---|-------------|
| CONTAS                                     | DESIGNAÇÃO  | Saldo       |
| Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo |   |             |
| 268  | Devedores Diversos                                      | 975.110     |
| 288  | Ajustamentos de Dívidas a Receber – Médio e Longo Prazo | - 975.110   |
| Dívidas de Terceiros - Curto Prazo         |   |             |
| 221  | Fornecedores c/c - Saldos Devedores                     | 150.019     |
| 261  | Forn. de Imob c/c - Saldos Devedores                    | 38.869      |
| 262  | Outros Devedores - Pessoal                              | 208.633     |
| 268  | Devedores Diversos                                      |             |
|  | D.Diversos - c/c  | 16.343.714  |
|  | D.Diversos - Cobrança Dúvidosa                          | 5.881.779   |
|  | D. Diversos – Dif. Câmbio                               | 88.864      |
|  | C. Diversos – Saldos Devedores                          | 33.850      |
|  | C.Div-Dep Cauções Prestadas                             | 48.958      |
|  | C.Div.-Prov. Rep-Traf. Merc. CPCG                       | 2.524.143   |
|  | C.Div.-Prov. Rep-Res. Elect. UVIR                       | 658.692     |
|  | C.Div.-Prov. Rep-Res. Elect. Outros                     | 97.910      |
|  | C.Div.-Prov. Rep-Outros-CP RG                           | 68.080      |
|  | C.Div.-IVA-Operações. a Regul.                          | 5.182.553   |
|  | D\C Div – Facturação                                    | 147.672     |
|  | D\C Div – Seg. Saúde                                    | 6.402       |
|  | C.Div.-Valores Regularizar Estações                     | 127.270     |
|  | C.Div.-ODC-Carlão Galp Frota                            | 51.993      |
|  | ODC – Estações CP-LX\PT                                 | 143.463     |
|  | ODC – Quiosques – Uvir                                  | 2.911       |
|  | ODC – TPA -Uvir   | -359        |
|  | ODC – CPLX – C. Lx Viva                                 | -35.625     |
|  | ODC – Estações  | 445.446     |
|  | Outros Devedores Diversos                               | 262.931     |
|  |   | 32.080.647  |
| 288  | Ajustamentos de Dívidas a Receber – Outras Dívidas      | - 5.881.779 |
|  |   | 32.478.168  |
|  |   | - 5.881.779 |
|  |   | 26.596.389  |

## 48.3.2. Outros Credores

Un. Euros

| RUBRICA 262/8 + 211 |   |             |
|---------------------|---|-------------|
| CONTAS              | DESIGNAÇÃO                              | Saldo       |
| Médio e Longo Prazo |   |             |
| 265                 | Outros Credores – Cred. Subscrições     | -14.006.734 |
| Curto Prazo         |   |             |
| 211                 | Outros Credores - Clientes - c/c        | -11.303     |
| 262                 | Outros Credores - Pessoal               | -166.261    |
| 263                 | Outros Credores - Sindicatos            | -97.069     |
| 267                 | Outros Credores - Consultores           | -10.222     |
| 268                 | Credores Diversos - c/c                 |             |
|                     | Saldo Credor – Devedores Diversos       | -147.110    |
|                     | Credores Diversos - c/c                 | -8.536.613  |
|                     | Credores Diversos - Cauções Recebidas   | -91.464     |
|                     | Credores Diversos – Ret Garant          | -13.545     |
|                     | Credores Diversos - Prov. Repartir UN's | -1.647.838  |
|                     | Outros Credores Diversos                | -1.312.894  |
|                     |   | -11.749.464 |
|                     |   | -12.034.319 |

## 48.4. Conteúdo das contas de Acréscimos e Diferimentos

## 48.4.1. Activo

Un. Euros

| CONTAS  | Saldo                             |
|---|-----------------------------------|
| 271 - Acréscimos de Proveitos   | 1.594.106                         |
| Curto Prazo   | 1.594.106                         |
| 2711 - Acréscimo de Proveitos<br>Juros e outros proveitos relativos a 2006 e 2008 a facturar em 2009  | 705.066                           |
| 2712 - Acréscimo de Proveitos - CP Lisboa<br>Prestação de serviços de transporte de 2008 a facturar em 2009.<br>Especialização do valor a facturar em 2009 relativo ao Plano de Apoio a Idosos (PAII).  | 656.602                           |
| 2713 - Acréscimo de Proveitos - CP Regional<br>Prestação de serviços de transporte de 2008 a facturar em 2009   | 147.155                           |
| 2714 - Acréscimo de Proveitos - CP Porto<br>Prestação de serviços de transporte de 2008 a facturar em 2009  | 63.596                            |
| 2715 - Acréscimo de Proveitos - CP Carga<br>Prestação de serviços de transporte de 2007 e 2008 a facturar em 2009   | 12.738                            |
| 2716 - Acréscimo de Proveitos - CP L.Curso<br>Prestação de serviços de transporte de 2008 a facturar em 2009  | 7.849                             |
| 2719 - Outros Acréscimos de Proveitos<br>A receber da FUJITSU pela retoma de 11 MVA's   | 1.100                             |
| 272 - Custos Diferidos  | 65.938.850                        |
| Médio e Longo Prazo   | 46.788.670                        |
| 2723 - Custos Diferidos   | 42.725.869                        |
| - Adiantamento Custos Diferidos<br>Adiantamentos efectuados à EMEF pela reparação de material circulante  | 3.730.511                         |
| - R1's<br>Intervenções profundas em todos os órgãos do material circulante motor, para lhe restituir o potencial de vida útil inicialmente estimado, permitindo/ garantindo a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento. Ocorrem normalmente a meio da vida útil do material, ou seja, ao fim de 15 anos   | 515.949                           |
| - R2/3's<br>Intervenções no material circulante programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo repor as condições técnicas de funcionamento dos equipamentos constituintes. Não concorrem para o aumento da vida útil do material reparado. A periodicidade com que ocorrem é função do tipo de material circulante e do modo de exploração do mesmo, variando entre 4 ou 5 anos | 26.876.615                        |
| - REV's<br>Intervenções programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo monitorar e/ou restituir a vida dos órgãos e equipamentos de segurança, garantindo a fiabilidade de funcionamento exigida. A frequência média destas intervenções é de 6 ou 8 anos, depende das séries de material.   | 11.602.794                        |
| 2729 - Outros Custos Diferidos<br>Garantia MBIA Polo Sec II e Polo III, relativos a 2009 e seguintes  | 4.062.801                         |
| Curto Prazo   | 19.150.180                        |
| 2721 - Custos Diferidos - Encargos Diversos<br>Seguros de Resp. Civil por Transporte de Passageiros e Mercadorias, pagos em 2008, respeitantes a 2009   | 880.000                           |
| 2723 - Custos Diferidos<br>Diferimento dos encargos com grandes reparações do material circulante efectuadas pela EMEF, do seguinte tipo:   | 17.015.654                        |
| - R1's<br>Intervenções profundas em todos os órgãos do material circulante motor, para lhe restituir o potencial de vida útil inicialmente estimado, permitindo/ garantindo a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento. Ocorrem normalmente a meio da vida útil do material, ou seja, ao fim de 15 anos   | 121.766                           |
| - R2/3's<br>Intervenções no material circulante programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo repor as condições técnicas de funcionamento dos equipamentos constituintes. Não concorrem para o aumento da vida útil do material reparado. A periodicidade com que ocorrem é função do tipo de material circulante e do modo de exploração do mesmo, variando entre 4 ou 5 anos | 12.415.388                        |
| - REV's<br>Intervenções programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo monitorar e/ou restituir a vida dos órgãos e equipamentos de segurança, garantindo a fiabilidade de funcionamento exigida. A frequência média destas intervenções é de 6 ou 8 anos e depende das séries de material.  | 3.519.628                         |
| - Adiantamento Custos Diferidos<br>Adiantamentos efectuados à EMEF pela reparação de material circulante  | 958.872                           |
| 2729 - Outros Custos Diferidos<br>Garantia MBIA Polo Sec II e Polo III, relativos a 2009<br>Rendas, alugueres e contratos de assistência técnica liquidados em 2008 e relativos a 2009  | 1.254.526<br>1.083.423<br>171.103 |
| Total   | 67.202.814                        |

## 48.4.2. Passivo

Un. Euros

| CONTAS   | Saldo                                 |
|--|---------------------------------------|
| 273 - Acréscimos de Custos   | 63.252.745                            |
| Curto Prazo  | 63.252.745                            |
| 2731 - Acréscimo de Custos-Seguros a Liquidar<br>Seguros a liquidar em 2009 – Transp. Merc\Veiculos  | 0                                     |
| 2732 - Acréscimo de Custos-remunerações a liquidar<br>Valor total das Revogações de contatos por mútuo acordo em 2008.<br>Férias e subsídio de férias a liquidar em 2009   | 16.699.995                            |
| 2733 - Acréscimo de Custos - juros a liquidar<br>Juros de financiamentos a liquidarem em 2009  | 21.419.261                            |
| 2734 - Acréscimo de Custos - taxa aval a liquidar<br>Taxa de aval respeitante ao empréstimo obrigacionista e a empréstimos<br>do BEI-CP e ROLLING STOCK a liquidar em 2009   | 355.025                               |
| 2735 - Acréscimo de Custos - FSE a liquidar<br>Serviços prestados pela REFER à CP ao Abrigo do directório da rede.<br>Especialização de encargos com reparação de material circulante em<br>2008, encargos com energia, com o Acordo CP/RENFE e outros encargos<br>em 2008 a regularizar em 2009.  | 21.011.899<br>8.177.341<br>12.834.558 |
| 2736 – Acréscimo de Custos-Out. Enc.Financeiros<br>Especialização de encargos da EUROFIMA e Juros de Mora s\ facturação por liquidar.  | 3.766.565                             |
| 274 - Proveitos Diferidos  | 232.332.087                           |
| Médio e Longo Prazo  | 216.238.253                           |
| 2745 - Proveitos Diferidos<br>Subsídios do PIIDAC e Fundos Comunitários para o investimento recebidos<br>até Dezembro/08 e a utilizar em anos seguintes.<br>Subsídios do Estado e Fundos Comunitários para o investimento (FEDER)<br>recebidos até Dezembro/08 e a utilizar em anos seguintes  | 212.725.449                           |
| 2748 - Proveitos Diferidos<br>Diferenças de câmbio das ações da Eurofima   | 314.389                               |
| 2749 - Outros Proveitos Diferidos<br>Valor a amortizar do SWAP POLO III e Empréstimo Obrigacionista  | 3.198.415                             |
| Curto Prazo  | 16.093.834                            |
| 2744 - Proveitos Diferidos do Tráfego<br>Passes sociais e assinaturas vendidos em Dez/08 e a utilizar em Jan./09   | 1.015.499                             |
| 2745-Proveitos Diferidos<br>Subsídios do PIIDAC e Fundos Comunitários para o investimento recebidos<br>até Dezembro/08 e a utilizar em anos seguintes<br>Subsídios do Estado e Fundos Comunitários para o investimento (FEDER)<br>recebidos até Dezembro/08 e a utilizar em anos seguintes<br>Estudo de terminais multimodais – Train-Office | 12.006.454                            |
| 2749 - Outros Proveitos Diferidos<br>Valor a amortizar do SWAP POLO III e empréstimo obrigacionista<br>Outros Proveitos Diferidos  | 3.071.881<br>2.741.294<br>330.587     |
| Total  | 295.584.832                           |

#### 48.5. Transporte de militares, forças militarizadas e de funcionários do Ministério da Justiça

A dívida do Ministério da Defesa Nacional, respeitante ao transporte de militares, no âmbito da Portaria 471/78 de 19 de Agosto, suportada em facturas pró-forma foi reconhecida e ajustada em 2008 pelo montante total de 3.824.341 €.

Em 2008 foi acordado com o Ministério da Justiça a regularização da dívida originada em Exercícios passados, bem como os princípios de utilização do transporte por parte dos agentes daqueles serviços do Estado, pelo que em 2008 não existem ajustamentos sobre os valores em dívida, contrariamente ao verificado no Exercício transacto.

Os valores em dívida ajustados à data de 31 de Dezembro de 2008 referentes ao Transporte de militares e forças militarizadas, discriminam-se como segue:

| ENTIDADES  | TIPO DE FACTURAÇÃO |                   |                  |                     |                  | TOTAL GERAL          | Un. Euros |
|--|--------------------|-------------------|------------------|---------------------|------------------|----------------------|-----------|
|  | Firme              | Proforma          | Proforma         | Proforma            | Proforma         |                      |           |
|  |                    |                   |                  |                     |                  |                      |           |
| Ministério da Defesa Nacional<br>Tribunal Constitucional | 5.201.444          | 12.154.694        | 3.822.217        | 3.635.071<br>29.230 | 3.824.341        | 28.637.767<br>29.230 |           |
| <b>Total</b>   | <b>5.201.444</b>   | <b>12.154.694</b> | <b>3.822.217</b> | <b>3.664.301</b>    | <b>3.824.341</b> | <b>28.666.997</b>    |           |

#### 48.6. Informações sobre matérias ambientais

No âmbito da Gestão Ambiental, no ano de 2008, salienta-se o desenvolvimento e consolidação do Sistema de Gestão Ambiental (tendo-se instituído a identificação da legislação ambiental aplicável na actividade da Empresa e assegurado o respectivo processo de avaliação de conformidade legal), a realização de auditorias internas ao Sistema de Gestão Ambiental e a consequente elaboração e aprovação dos planos de acções correctivas decorrentes das constatações levantadas.

De entre as actividades resultantes do cumprimento dos referidos planos, podemos referir, como exemplos, a limpeza de câmaras de decantação, a instalação de separadores de hidrocarbonetos, a identificação das redes de saneamento e locais de descarga das águas residuais que servem instalações geradoras de efluentes industriais, ou mesmo a realização de simulacros aos procedimentos de emergência definidos e o desenvolvimento de novos procedimentos, como por exemplo, associados às intervenções técnicas em equipamentos fixos de refrigeração e de ar condicionado.

Na óptica da Gestão de Resíduos, o Projecto-piloto de Recolha Selectiva de Resíduos Urbanos ou Equiparados em parceria com a CML foi alargado aos complexos de Stª. Apolónia e Câmpolide e foi aprovada uma proposta de melhoria continua referente a um projecto-piloto de recolha selectiva de papel a bordo dos comboios.

Este ano também foi disponibilizado no portal CP o simulador Eco Viagem CP. Este simulador permite ao Cliente, no acto da compra do bilhete on-line, saber qual o impacto ambiental da viagem que vai realizar por modo rodoviário e por modo ferroviário, promovendo-se assim as vantagens ambientais do transporte ferroviário.

A CP em 2008 voltou a realizar várias iniciativas, nomeadamente a do "Comboio do Ambiente", em parceria com a Liga Portuguesa da Natureza, LPN. Uma iniciativa que anualmente junta jovens e especialistas para debater a sustentabilidade

e as vantagens ambientais do transporte ferroviário, assim como foi convidada para intervir em seminários e conferências sobre este tema, nomeadamente "Clima 2008" primeiro congresso nacional para as Alterações Climáticas que decorreu na universidade de Aveiro e a participar nos "workshops" do Green Festival 2008 com uma intervenção sobre "Mobilidade Sustentável\_ A CP faz parte da Solução". Conscientes que não basta estar a fazer o trabalho de casa a nível interno é preciso partilhar as nossas conquistas com o público, com os nossos Clientes.

#### 48.7. Operações conjuntamente controladas

No âmbito destas operações relevam os Acordos comerciais celebrados entre a CP e a Empresa espanhola RENFE Operadora.

Constituiu objecto destes Acordos assinados em Junho de 2007, mas com efeitos retroactivos a Janeiro de 2006 a gestão dos comboios directos que efectuam o percurso nocturno entre Lisboa – Madrid (Comboio Hotel Lusitânia) e Lisboa – Hendaya (Sud Expresso) nos termos seguintes:

- Lusitânia Comboio Hotel  
Gestão conjunta das duas Empresas, com repartição de despesas e receitas em partes iguais.
- Comboio Sud Expresso  
Gestão exclusiva pela CP que arrecada toda a receita da realização do comboio. A congénere espanhola, RENFE, garante a circulação do comboio em Espanha e todas as operações logísticas associadas, incluindo a venda e informação nas estações, sendo remunerada em conformidade.

O impacto destes acordos no resultado do exercício foi o seguinte:

|                         | Un. Euros        |                  |
|-------------------------|------------------|------------------|
|                         | Custos           | Proveitos        |
| Comboio Hotel Lusitânia | 2.200.000        | 1.824.349        |
| Sud Expresso            | 5.180.000        | 5.507.530        |
| <b>Total</b>            | <b>7.380.000</b> | <b>7.331.879</b> |

#### 48.8. Venda de material circulante e de equipamentos oficiais

No presente exercício, salienta-se a venda de 3 locomotivas diesel via larga à Somafel – Eng. e Obras Ferroviárias, Portugal no montante de 344.500 € e diversos equipamentos oficiais, no montante de 2.548.359 €, à EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, S.A.



## 48.9. Partes Relacionadas

São os seguintes os saldos em 31 de Dezembro de 2008 e os valores referentes a transacções no exercício com empresas do grupo e associadas:

|                          |                                   |                    |         |          |          | Un. Euros         |            |
|--------------------------|-----------------------------------|--------------------|---------|----------|----------|-------------------|------------|
|                          |                                   | SALDOS             | EMEF    | TEX      | FERNAVE  | FERGRÁFICA        | TIP        |
| <b>Activos</b>           |                                   |                    |         |          |          |                   |            |
| 211                      | Clientes - c/c                    | 686                |         |          |          |                   | 677.003    |
| 26811                    | Devedores Diversos-C/C            | 191.294            |         | 95.487   |          |                   | 4.162      |
| 26818                    | Deved Div-Cobrança Duvidosa       |                    |         |          |          |                   | 1.666      |
| 2690                     | ODC Adiant.por C. Vendas          |                    |         | -339.183 |          |                   |            |
| <b>Sub-total</b>         |                                   | <b>191.980</b>     | 0       | -243.696 | 0        | <b>682.831</b>    |            |
| <b>Passivos</b>          |                                   |                    |         |          |          |                   |            |
| 221                      | Fornecedores - c/c                | -6.078.744         |         | -15.956  | 34.966   | -133.692          | -103.630   |
| 2529                     | Accionistas - Empréstimos         |                    |         |          | 40.032   | 3.981             |            |
| 2611                     | ODC - Fornecedores Imob - C/C     | -11.324.514        |         |          |          |                   |            |
| 26821                    | Credores Diversos - C/C           |                    |         |          | 720      |                   |            |
| <b>Sub-total</b>         |                                   | <b>-17.403.258</b> | -15.956 | 74.998   | -128.991 | <b>-103.630</b>   |            |
| <b>Total Saldos</b>      |                                   | <b>-17.211.278</b> | -15.956 | -168.698 | -128.991 | <b>579.201</b>    |            |
|                          |                                   |                    |         |          |          | Un. Euros         |            |
|                          |                                   | TRANSACÇÕES        | EMEF    | TEX      | FERNAVE  | FERGRÁFICA        | TIP        |
| <b>Imobilizado</b>       |                                   |                    |         |          |          |                   |            |
| 44                       | Imobilizado                       | 9.868.110          |         |          |          |                   |            |
| <b>Sub-total</b>         |                                   | <b>9.868.110</b>   | 0       | 0        | 0        | 0                 | 0          |
| <b>Custos</b>            |                                   |                    |         |          |          |                   |            |
| 621                      | FSE - Subcontratos                | 47.887             |         | 1.733    |          | 260.616           |            |
| 622                      | FSE - Outros fornecim. Serv.      | 72.193.399         |         | 18.247   | 950.114  | 214.657           | 37.590     |
| 64                       | Custos com Pessoal                | 0                  |         |          |          |                   |            |
| 658/9                    | Out Custos Operacionais           | 350.282            |         |          |          |                   |            |
| 688                      | Out Custos Perdas Financeiras     | 13                 |         |          |          |                   | 91.131     |
| 698                      | Custos P Ex. Corr ex. ant PEC Irr | 1.496              |         | 1.496    | 1        |                   |            |
| <b>Sub-total</b>         |                                   | <b>72.593.077</b>  | 21.476  | 950.115  | 475.273  | <b>128.721</b>    |            |
| <b>Proveitos</b>         |                                   |                    |         |          |          |                   |            |
| 721                      | Prest Serviços -Passageiros       | -840.453           |         |          |          |                   | -1.682.916 |
| 722                      | Prest Serviços -Mercadorias       | -15.634            |         |          |          |                   | -44.728    |
| 725/9                    | Outras Prestações Serviços        | -430.846           |         | -73.354  | -1.500   | -1.027            |            |
| 731                      | Prov Suplem - Serv Sociais        | -44.653            |         |          |          |                   |            |
| 732                      | Prov Suplem - Aluguer Equipam     | 0                  |         |          |          |                   |            |
| 733                      | Prov Suplem - Cedência Energia    | -374.183           |         | -60.158  | -34.018  | -13.762           |            |
| 738                      | Outros Prov Suplementares         | -3.792.501         |         | -168.641 | -8.200   | -3.011            |            |
| 769                      | Prov Ganhos Operac-Outros         | -8.200             |         |          |          |                   |            |
| 781                      | Prov Ganhos Fin-Juros Obtidos     |                    |         |          |          |                   |            |
| 788                      | Outros Prov Ganhos Financeiros    |                    |         |          |          |                   |            |
| <b>Sub-total</b>         |                                   | <b>-5.506.470</b>  | 0       | -302.153 | -36.545  | <b>-1.744.417</b> |            |
| <b>Total Transacções</b> |                                   | <b>76.954.717</b>  | 21.476  | 647.962  | 438.728  | <b>-1.615.696</b> |            |

#### 48.10 Eventos subsequentes à data do Balanço

À data de 23 de Fevereiro de 2009, a Empresa procedeu à alienação da participação financeira que detinha no capital social da participada TEX – Transportes de Encomendas Expresso, Lda, à Empresa CCC – Transportes Urbanos, SA. A referida participada, constituída em 1992, tem como actividade principal o transporte urgente de encomendas no mercado nacional, Continente e Ilhas, incluindo o serviço porta a porta e serviços complementares ao transporte, o qual se situa fora das opções estratégicas do Governo para o sector ferroviário e consequentemente, fora da estratégia actual da CP. Atendendo à venda acordada, e em observância aos princípios emanados pela DC nº9, a aplicação da mensuração pelo Método da Equivalência Patrimonial cessou em 2008 tendo a participação sido valorizada ao preço de venda (valor realizável) por ser inferior ao custo, determinado pela quantia escriturada à data de 31 de Dezembro de 2008.

#### 48.11 Capital Próprio

À data da preparação destas Demonstrações Financeiras, os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2006 e 2007 aguardavam ainda a aprovação de Suas Excelências, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e da Senhora Secretária de Estado dos Transportes. O Resultado Líquido daqueles exercícios, no montante de - 192.897.562 € e - 183.888.783 €, foi considerado na conta de Resultados Transitados para efeitos de apresentação das peças contabilísticas.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 a Empresa incorreu num prejuízo de 190.385.876 €, verificando-se que nessa data, o passivo total excede o activo total em 2.013.689.488 €.

#### 48.12 Recomposição do Capital

Tal como se evidencia nas Demonstrações Financeiras e se refere no ponto 48.11 deste Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, o capital está perdido na sua totalidade. Os resultados que a CP tem obtido no mercado do transporte ferroviário de Passageiros e de mercadorias e os encargos financeiros decorrentes do elevado passivo financeiro, impedem a reabilitação do Capital Próprio da Empresa que se cifra em -2.013.689 m.€ à data de 31 de Dezembro de 2008. A continuidade das operações depende principalmente do suporte financeiro do detentor do capital, pelo que se torna imprescindível a adopção de medidas urgentes por parte do accionista Estado visando a recomposição do Capital da CP.

O Técnico Oficial de Contas

Trindade Gonçalves Lopes Belo

O CONSELHO DE GERÊNCIA

PRESIDENTE Francisco José Cardoso dos Reis

VOGAL José Salomão Coelho Benoliel

VOGAL Paulo José da Silva Magina

VOGAL Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

VOGAL Ricardo Manuel da Silva Bexiga

# ANEXOS

## 10.1 Movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado (ACTIVO BRUTO)

Un. Euros

| RUBRICAS   | Saldo Inicial        | Reavaliação/<br>Ajustamento | Aumentos          | Alienações       | Transferências e Abates | Saldo Final          |
|--|----------------------|-----------------------------|-------------------|------------------|-------------------------|----------------------|
| <b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</b>                  |                      |                             |                   |                  |                         |                      |
| . Despesas de instalação                           | 0                    | 0                           | 0                 | 0                | 0                       | 0                    |
| . Despesas de investigação e desenvolvimento       | 1.019.072            | 0                           | 6.665             | 0                | 0                       | 1.025.737            |
| . Imobilizado em curso                             | 0                    | 0                           | 300.042           | 0                | 0                       | 300.042              |
| . Adiantamentos p/c. de immobilizações incorpóreas | 0                    | 0                           | 0                 | 0                | 0                       | 0                    |
|  | <b>1.019.072</b>     | <b>0</b>                    | <b>306.707</b>    | <b>0</b>         | <b>0</b>                | <b>1.325.779</b>     |
| <b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</b>                    |                      |                             |                   |                  |                         |                      |
| . Terrenos e recursos naturais                     | 31.299.099           | 0                           | 84.796            | 0                | 0                       | 31.383.895           |
| . Edifícios e outras construções                   | 107.284.992          | 0                           | 269.681           | 0                | 4.633.030               | 112.187.703          |
| . Equipamento básico                               | 2.078.044.147        | 0                           | 559.148           | 7.512.280        | -361.952                | 2.070.729.063        |
| . Equipamento de transporte                        | 5.689.005            | 0                           | 5.354             | 881.312          | 423                     | 4.813.470            |
| . Ferramentas e utensílios                         | 297.471              | 0                           | 2.980             | 23.500           | 0                       | 276.951              |
| . Equipamento administrativo                       | 18.243.186           | 0                           | 831.292           | 0                | -208.490                | 18.865.988           |
| . Táras e vasilhame                                | 0                    | 0                           | 0                 | 0                | 0                       | 0                    |
| . Outras immobilizações corpóreas                  | 50.533.694           | 0                           | 1.891.533         | 21.616           | 5.631.162               | 58.034.773           |
| . Imobilizações em curso                           | 6.447.567            | 0                           | 17.807.922        | 0                | -12.294.356             | 11.961.133           |
| . Adiantamentos p/c. de immobilizações corpóreas   | 31.787.312           | 0                           | 29.596.754        | 0                | -1.299.899              | 60.084.167           |
|  | <b>2.329.626.473</b> | <b>0</b>                    | <b>51.049.460</b> | <b>8.438.708</b> | <b>-3.900.082</b>       | <b>2.368.337.143</b> |
| <b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</b>                  |                      |                             |                   |                  |                         |                      |
| . Partes de capital em empresas de grupo           | 5.340.841            | -5.019.799                  | 3.058.031         | 0                | 0                       | 3.379.073            |
| . Empréstimos a empresas do grupo                  | 3.950.000            | 0                           | 9.431.542         | 0                | 2.945.902               | 16.327.444           |
| . Partes de capital em empresas associadas         | 79.071               | 2.837                       | 0                 | 0                | 0                       | 81.908               |
| . Empréstimos a empresas associadas                | 2.795.901            | 0                           | 300.000           | 0                | -3.095.901              | 0                    |
| . Títulos e outras aplicações financeiras          | 19.470.532           | 0                           | 0                 | 0                | 0                       | 19.470.532           |
| . Outros empréstimos concedidos                    | 1.068.694            | 0                           | 0                 | 0                | -62.020                 | 1.006.674            |
|  | <b>32.705.039</b>    | <b>-5.016.962</b>           | <b>12.789.573</b> | <b>0</b>         | <b>-212.019</b>         | <b>40.265.631</b>    |



## 10.2. Movimentos ocorridos nas amortizações e ajustamentos das rubricas do activo imobilizado

Un. Euros

| RUBRICAS  | Saldo inicial        | Reforço           | Anulação/Reversão | Abates/Alienação | Saldo Final          |
|---|----------------------|-------------------|-------------------|------------------|----------------------|
| <b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>                |                      |                   |                   |                  |                      |
| . Despesas de instalação                        | 0                    | 0                 | 0                 | 0                | 0                    |
| . Despesas de investigação e de desenvolvimento | 256.179              | 341.171           | 0                 | 0                | 597.350              |
|   | <b>256.179</b>       | <b>341.171</b>    | <b>0</b>          | <b>0</b>         | <b>597.350</b>       |
| <b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>                  |                      |                   |                   |                  |                      |
| . Edifícios e outras construções                | 24.474.153           | 3.344.407         | 130               | 0                | 27.818.690           |
| . Equipamento básico                            | 1.064.196.507        | 66.082.562        | 278               | 8.188.798        | 1.122.090.549        |
| . Equipamento de transporte                     | 4.684.388            | 350.839           | 0                 | 849.484          | 4.185.743            |
| . Ferramentas e utensílios                      | 264.156              | 14.844            | 0                 | 11.750           | 267.250              |
| . Equipamento administrativo                    | 15.862.113           | 1.340.273         | 0                 | 329.867          | 16.872.519           |
| . Táras e vasilhame                             | 0                    | 0                 | 0                 | 0                | 0                    |
| . Outras imobilizações corpóreas                | 22.014.836           | 2.725.064         | 2.392             | 7.267            | 24.735.025           |
|   | <b>1.131.496.153</b> | <b>73.857.989</b> | <b>2.800</b>      | <b>9.387.166</b> | <b>1.195.969.776</b> |
| <b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>                |                      |                   |                   |                  |                      |
| . Partes de capital em empresas do grupo        | 3.152.623            | 0                 | 0                 | 0                | 3.152.623            |
| . Empréstimos a empresas do grupo               | 3.500.000            | 6.377.444         | 0                 | 0                | 9.877.444(a)         |
| . Empréstimos a empresas associadas             | 2.795.901            | 0                 | -2.795.901        | 0                | 0                    |
| . Títulos e outras aplicações financeiras       | 0                    | 249.399           | 0                 | 0                | 249.399              |
| . Outros empréstimos concedidos                 | 6.674                | 1.000.000         | 0                 | 0                | 1.006.674            |
|   | <b>9.455.198</b>     | <b>7.626.843</b>  | <b>-2.795.901</b> | <b>0</b>         | <b>14.286.140</b>    |

(a) A diferença para os empréstimos de financiamento a empresas do grupo no montante de 16.327.444 euros, corresponde aos empréstimos de 6.000.000 euros à EMEF e de 450.000 euros à TEX. Embora apresentem Capitais Próprios negativos, não se procedeu ao ajustamento destes empréstimos, por se ter verificado o reembolso do empréstimo à TEX em Fevereiro de 2009, em resultado da alienação da Empresa e por existir intenção da EMEF de reembolsar a CP a curto prazo, a partir de um financiamento bancário sob a forma de linha de crédito de igual montante, já contraído à data do fecho.



## 16. Relação das empresas do grupo e das empresas associadas

Un. Euros

| FIRMA/SEDE  | CAPITAL DETIDO |           | Capitais Próprios em 31/12/2007 | Resultados Líquidos do Exercício 2007 | Capitais Próprios em 31/12/2008 | Resultados Líquidos do Exercício 2008 |
|---|----------------|-----------|---------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
|   | Fracção        | Valor     |                                 |                                       |                                 |                                       |
| <b>EMPRESAS DO GRUPO:</b>   |                |           |                                 |                                       |                                 |                                       |
| EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA<br>Rua do Conde Redondo, nº 145<br>1169-030 Lisboa                              | 100,00%        | 8.100.000 | 1.487.434                       | -2.612.566                            | -257.914 a)                     | -4.803.378 a)                         |
| FERGRÁFICA - Artes Gráficas, SA<br>Av. Infante D. Henrique, 89 1900 Lisboa  | 100,00%        | 400.000   | -940.099                        | -577.235                              | -1.348.219 a)                   | -408.120 a)                           |
| TEX - Transporte de Encomendas Expresso, Ld <sup>a</sup> .<br>E.N. 10 - Edifício Edipad [A. Safal]<br>2685-671 S. João da Talha             | 99,80%         | 499.000   | 638.096                         | 17.493                                | -363.382 a)                     | -1.001.478 a)                         |
| FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, SA<br>Rua Castilho N <sup>o</sup> 3, 1269-074 Lisboa | 70,00%         | 700.000   | -1.323.193                      | -1.679.770                            | -2.853.929 a)                   | -1.530.736 a)                         |
| <b>EMPRESAS ASSOCIADAS:</b>   |                |           |                                 |                                       |                                 |                                       |
| TIP- Transportes Intermodais do Porto<br>Av. Fernão de Magalhães n <sup>o</sup> 1862, - 9 <sup>o</sup><br>4350-158 Porto                    | 33,33%         | 10.000    | -5.340.810                      | -328.637                              | -4.484.301 a)                   | 856.509 a)                            |
| STIFA - Transporte Internacional Ferroviário de Automóveis, SA<br>Terminal de Alverca - Estrada Nacional 10<br>2615 Alverca                 | 22,50%         | 112.500   | 351.427                         | -65.787                               | 364.037 a)                      | 12.610 a)                             |

(a) Valores provisórios



## 21. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante

Un. Euros

| AJUSTAMENTOS<br>CONTA | SALDO<br>INICIAL | REFORÇO | REVERSÃO | SALDO<br>FINAL |
|-----------------------|------------------|---------|----------|----------------|
|-----------------------|------------------|---------|----------|----------------|

## 28. Ajustamentos de dívidas a receber

|                                       |                   |                  |                  |                   |
|---------------------------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|
| Cientes de Cobrança Duvidosa          | 33.213.386        | 3.642.228        | 6.739.635        | 30.115.979        |
| Letras Protestadas                    | 26.661            | 0                | 0                | 26.661            |
| Empresas do grupo                     | 599               | 100.964          | 57.550           | 44.013            |
| Empresas participadas e participantes | 44.792            | 0                | 44.792           | 0                 |
| Outros Devedores                      | 6.871.221         | 0                | 14.332           | 6.856.889         |
|                                       | <b>40.156.659</b> | <b>3.743.192</b> | <b>6.856.309</b> | <b>37.043.542</b> |

## 39. Ajustamentos de existências

|                                  |                  |                |          |                  |
|----------------------------------|------------------|----------------|----------|------------------|
| Mat. Primas Subsid. e de Consumo | 5.441.009        | 118.562        | 0        | 5.559.571        |
| Mercadorias                      | 0                | 0              | 0        | 0                |
|                                  | <b>5.441.009</b> | <b>118.562</b> | <b>0</b> | <b>5.559.571</b> |

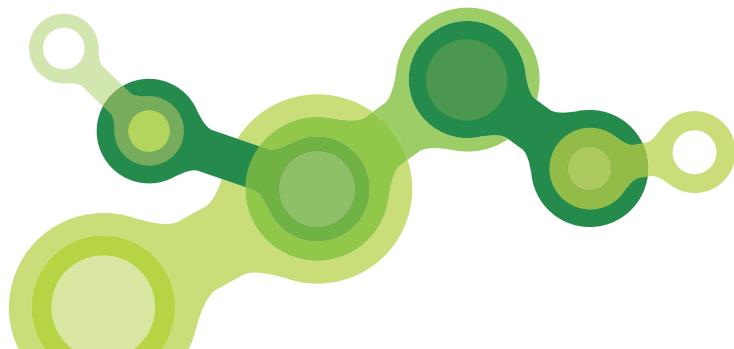
|                    |                   |                  |                  |                   |
|--------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|
| <b>TOTAL GERAL</b> | <b>45.597.668</b> | <b>3.861.754</b> | <b>6.856.309</b> | <b>42.603.113</b> |
|--------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|



34. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

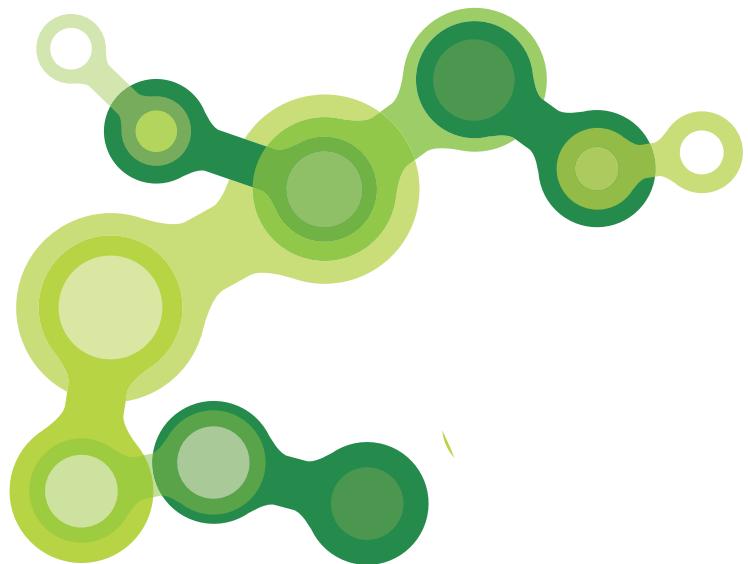
Un. Euros

| CONTA   | SALDO INICIAL     | AUMENTO          | REDUÇÃO          | SALDO FINAL       |
|---|-------------------|------------------|------------------|-------------------|
| <b>29. Provisões</b>                          |                   |                  |                  |                   |
| Processos Judiciais em Curso                  | 32.321.774        | 163.874          | 0                | 32.485.648        |
| Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais | 11.328.998        | 0                | 357.687          | 10.971.311        |
| Acidentes Ferroviários                        | 1.136.486         | 1.670.114        | 632.713          | 2.173.887         |
| Encargos com pré-reforma                      | 96.451            | 0                | 79.659           | 16.792            |
| Encargos com promoções                        | 731.455           | 0                | 405.579          | 325.876           |
| Perdidas em Investimentos financeiros         | 949.522           | 0                | 87.793           | 861.729           |
| Outras Provisões                              | 4.417.381         | 0                | 4.401.299        | 16.082            |
|   | <b>50.982.067</b> | <b>1.833.988</b> | <b>5.964.730</b> | <b>46.851.325</b> |



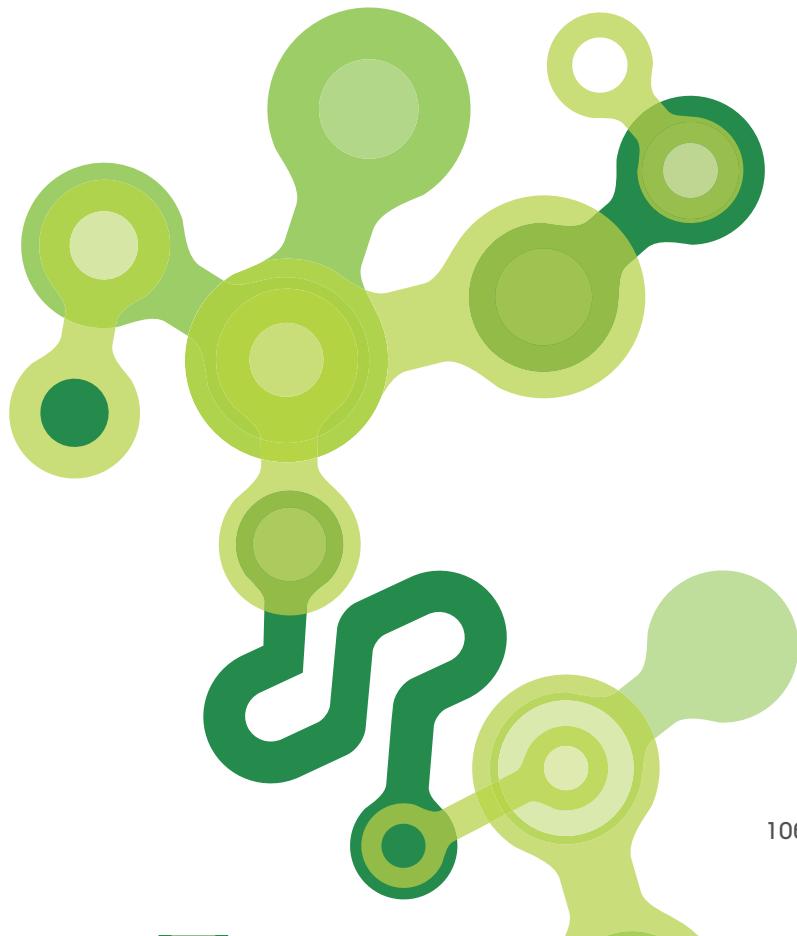
## 41. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

| MOVIMENTOS                   | MERCADORIAS  | MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO |                       |                   | CUSTO<br>TOTAL    |  |
|------------------------------|--------------|--|-----------------------|-------------------|-------------------|--|
|                              |              | EMBALAGENS<br>DE CONSUMO                   | MATERIAIS<br>DIVERSOS | TOTAL             |                   |  |
|                              |              |  |                       |                   |                   |  |
| Existências iniciais         | 250.648      | 0  | 9.437.352             | 9.437.352         | 9.688.000         |  |
| Compras                      | 0            | 0  | 20.175.409            | 20.175.409        | 20.175.409        |  |
| Devolução de existências     | 0            | 0  | -1.647                | -1.647            | -1.647            |  |
| Regularização de existências | -7.774       | 0  | -29.660               | -29.660           | -37.434           |  |
| Existências finais           | -237.707     | 0  | -10.815.087           | -10.815.087       | -11.052.794       |  |
| <b>Custos no exercício</b>   | <b>5.167</b> | <b>0</b>                                   | <b>18.766.367</b>     | <b>18.766.367</b> | <b>18.771.534</b> |  |



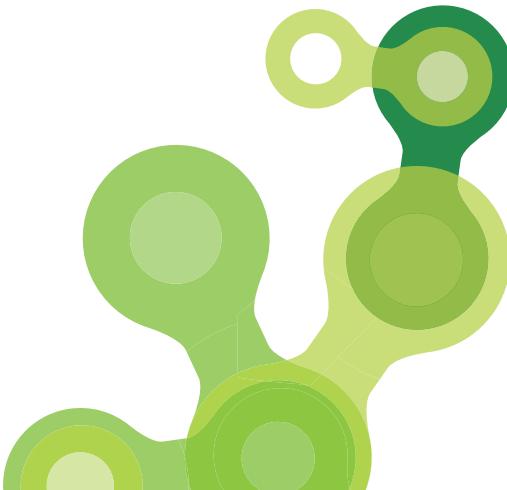
## 42. Demonstração da variação da produção e demonstração do custo das vendas e das prestações de serviços

| MOVIMENTOS                                       | PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS | SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS RESÍDUOS E REFUGOS | PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS | Un. Euros           |
|--|---------------------------------|--|------------------------|---------------------|
| Existências iniciais                             |                                 |  |                        |                     |
| Entradas Provenientes da produção                |                                 |  |                        | -346.165.826        |
| Regularização de existências                     |                                 |  |                        |                     |
| Saídas para a produção e imobilizado             |                                 |  |                        |                     |
| Existências finais                               |                                 |  |                        |                     |
| <b>Custo das vendas e prestações de serviços</b> |                                 |  |                        | <b>-346.165.826</b> |



## 45. Demonstração dos resultados financeiros

| Un. Euros   |                     |                     |   |                   |                   |
|---|---------------------|---------------------|---|-------------------|-------------------|
| Custos e Perdas                                       | Exercício 2008      | Exercício 2007      | Proveitos e Ganhos                                      | Exercício 2008    | Exercício 2007    |
| 681 - Juros suportados                                | 138.530.894         | 118.234.671         | 781 - Juros obtidos                                     | 40.156.957        | 25.669.045        |
| 682 - Perdas em empresas do grupo e associadas        | 4.609.429           | 2.832.695           | 782 - Ganhos em empresas de grupo e associadas          | 2.837             | 53.198            |
| 683 - Amortizações de investimentos em imóveis        | 0                   | 0                   | 783 - Rendimentos de imóveis                            | 0                 | 0                 |
| 684 - Ajustamentos de aplicações financeiras          | 5.297.484           | 5.626.481           | 784 - Rendimentos de participações de capital           | 544.463           | 128.024           |
| 685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis              | 6.914               | 91.819              | 785 - Diferenças de câmbio favoráveis                   | 60.741            | 8.332             |
| 686 - Descontos de pronto pagamento concedidos        | 0                   | 0                   | 786 - Descontos de pronto pagamento obtidos             | 1.633             | 825               |
| 687 - Perdas na alienação de aplicações de tesouraria | 0                   | 0                   | 787 - Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria   | 0                 | 0                 |
| 688 - Outros custos e perdas financeiros              | 3.839.269           | 3.768.074           | 788 - Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros | 3.702.735         | 4.057.817         |
| <b>Resultados financeiros</b>                         | <b>-107.814.624</b> | <b>-100.636.499</b> |   |                   |                   |
|   | <b>44.469.366</b>   | <b>29.917.241</b>   |   | <b>44.469.366</b> | <b>29.917.241</b> |



## 46. Demonstração dos resultados extraordinários

| Un. Euros   |                |                |   |                |                |
|---|----------------|----------------|---|----------------|----------------|
| Custos e Perdas                                   | Exercício 2008 | Exercício 2007 | Proveitos e Ganhos                                | Exercício 2008 | Exercício 2007 |
| 691. Donativos                                    | 305.210        | 154.913        | 791. Restituição de impostos                      | 3              | 0              |
| 692. Dívidas incobráveis                          | 22.649         | 1.344.758      | 792. Recuperação de dívidas                       | 0              | 2.442          |
| 693. Perdas em existências                        | 35.443         | 471.620        | 793. Ganhos em existências                        | 14.721         | 38.066         |
| 694. Perdas em imobilizações                      | 178.859        | 275.725        | 794. Ganhos em imobilizações                      | 413.737        | 6.706.811      |
| 695. Multas e penalidades                         | 3.138          | 4.588          | 795. Benefícios de penalidades                    | 48.176         | 81.582         |
| 696. Aumentos de amortizações                     | 2.801          | 259.864        | 796. Redução de provisões                         | 5.964.730      | 5.434.006      |
| 697. Correcções relativas a exercícios anteriores | 0              | 0              | 797. Correcções relativas a exercícios anteriores | 0              | 0              |
| 698. Outros custos e perdas extraordinários       | 216.684        | 3.850.261      | 798. Outros proveitos e ganhos extraordinários    | 11.923.642     | 17.343.383     |
| 699. Encargos c/pré-reforma                       | 86.356         | 230.819        | 799. Outros                                       | 0              | 0              |
| Resultados extraordinários                        | 17.513.869     | 23.013.742     |   | 18.365.009     | 29.606.290     |
|   | 18.365.009     | 29.606.290     |   |                |                |

O Técnico Oficial de Contas

Trindade Gonçalves Lopes Belo

O CONSELHO DE GERÊNCIA

PRESIDENTE Francisco José Cardoso dos Reis

VOGAL José Salomão Coelho Benoliel

VOGAL Paulo José da Silva Magina

VOGAL Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

VOGAL Ricardo Manuel da Silva Bexiga



08

# RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO



## I - INTRODUÇÃO

Em cumprimento das funções que lhe estão consignadas na Lei e nos Estatutos, a Comissão de Fiscalização elaborou o presente Relatório e Parecer, sobre o Relatório e Contas da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o qual lhe foi submetido em 08/05/2009.

A CP foi criada pelo Decreto-Lei nº. 109/77, de 25 de Março, com a natureza jurídica de empresa pública, regendo-se pelos respectivos Estatutos aprovados por este diploma, pelo Decreto-Lei nº. 558/99, de 17 de Dezembro, e subsidiariamente pelo Código das Sociedades Comerciais (CSC).

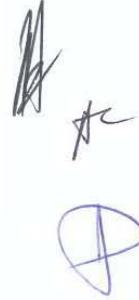
Como factos relevantes ocorridos em 2008, destacam-se:

- Forte aumento da procura de passageiros no tráfego de longo curso e no tráfego suburbano da zona do Porto, o que contrasta com a perda de passageiros em Lisboa e a quebra do procura no transporte de mercadorias;
- Melhoria do Resultado Operacional em cerca de 6,2 milhões de euros relativamente a 2007;
- Resultados financeiros negativos em cerca de 107,8 milhões de euros, verificando-se um agravamento de 7,2 milhões de euros;
- Agravamento do Resultado líquido em cerca de 6,5 milhões de euros, para o qual contribuiu a quebra dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários;
- Inversão da trajectória descendente da evolução dos Custos com o pessoal verificada nos últimos anos;
- No final de 2008, o Capital Próprio da CP atinge cerca de 2 mil milhões de euros negativos e o passivo remunerado cerca de 3 mil milhões de euros.

## II - ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

A Comissão de Fiscalização reuniu ordinariamente pelo menos uma vez por mês, tendo elaborado os Relatórios Trimestrais a que está obrigada, nos termos da lei e dos estatutos, os quais foram remetidos às tutelas, à Inspecção-Geral das Finanças e ao órgão de gestão da CP.

No decorrer do exercício de 2008, a Comissão de Fiscalização acompanhou a gestão da Empresa através de reuniões e contactos com o Conselho de Gerência, bem como com outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos necessários.



Foram analisadas as actas das reuniões daquele Conselho, tendo sido obtida e examinada a documentação de suporte das decisões tomadas.

Foram também analisados os instrumentos de gestão previsional para 2008 e acompanhada a execução dos Orçamentos de Tesouraria, Exploração e Investimentos.

As contas da Empresa foram objecto de exame pelo Revisor Oficial de Contas que integra este órgão, bem como por auditores externos. Em conformidade com a legislação aplicável o Revisor Oficial de Contas da CP emitiu, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a competente Certificação Legal das Contas, a qual contém uma ênfase considerada apropriada pelo mesmo.

### III – APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório Anual de Gestão, apresentado pelo Conselho de Gerência da CP, contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta, satisfazendo os requisitos expressos no artigo 66.º do CSC. O Conselho de Gerência propõe que os Resultados Líquidos do Exercício, no montante de 190.385.876 euros negativos, sejam transferidos para a conta Resultados Transitados.

Parece-nos, no entanto, de realçar os aspectos seguintes sobre a actividade produtiva da empresa:

- Os indicadores dos tráfegos referidos no Relatório do Conselho de Gerência, mostram um aumento global da procura, que se traduziu por uma evolução positiva de 1,6% em unidades de tráfego (UK), essencialmente influenciada pelo crescimento do tráfego de passageiros de 3,7% em passageiros quilómetro (PK), uma vez que houve uma diminuição do tráfego de mercadorias de 1,4% em toneladas quilómetro (TK).
- Do efeito conjugado do aumento da procura e da estabilização do efectivo, resultou um aumento de 1,4% da produtividade física do factor trabalho, o qual atingiu em 2008 o valor de 1,5 milhões de UK/trabalhador do efectivo médio.
- No tráfego de passageiros houve um aumento de 3,7% nos passageiros quilómetro (PK), para o qual contribuíram fundamentalmente o tráfego de longo curso e o tráfego suburbano do Porto, uma vez que houve uma diminuição no tráfego suburbano de Lisboa e no tráfego regional. Verificou-se um aumento de 0,6% em passageiros transportados (P) e um aumento de 5,7% na receita estatística. Na estrutura do tráfego de passageiros



voltou a aumentar o peso relativo do tráfego de longo curso, que representa agora 36,0%, embora continue a ser dominante o tráfego suburbano de Lisboa e Porto, com 49,1%.

- No tráfego de mercadorias houve uma diminuição de 1,4% nas toneladas quilómetro (TK) e de 1,2% nas toneladas transportadas (T), embora tivesse havido um aumento de 1,2% na receita estatística. Mantém-se a característica de um grupo reduzido de tráfegos serem os mais representativos em receita e em volume.
- O índice de estrutura de tráfego (PK/UK) mostra um novo crescimento relativo do tráfego de passageiros, que representa agora 59,9% do tráfego total da empresa.

#### IV - ANÁLISE DAS CONTAS

1. A CP regista um prejuízo de 190,4 milhões de euros no exercício de 2008, o qual aumentou em cerca de 6,5 milhões de euros comparativamente ao exercício anterior. Para esta evolução negativa contribuiu a quebra dos resultados financeiros em cerca de 7,2 milhões de euros e dos resultados extraordinários em cerca de 5,5 milhões de euros, não obstante a melhoria dos Resultados operacionais em cerca de 6,2 milhões de euros. Enquanto o comportamento dos resultados financeiros é influenciado pelo aumento do endividamento e da taxa média de juro, o de resultados extraordinários está essencialmente associado aos ganhos obtidos em 2007 com a alienação de material circulante que não se repetiram em 2008. O EBITDA, antes de subsídios à exploração, sofreu uma quebra de 4,3 milhões de euros (8,1%),
2. O aumento de 5,8% dos Custos com o pessoal deve-se ao incremento da massa salarial (4,3%) e de outros encargos. O aumento em termos *per capita*, considerando o efectivo médio a cargo da CP, é de 3,9% na massa salarial e de 5,1% nos Custos com o pessoal, antes dos encargos com indemnizações ao pessoal por rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo. O aumento verificado na massa salarial decorre da actualização da tabela salarial, dos efeitos de outras cláusulas de expressão pecuniária e da produção de efeitos em 2008 de processos de avaliação de desempenho de 2006 e 2007. Ainda a nível dos custos, a rubrica Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas regista um aumento significativo de 17,3% (+2,8 milhões de euros) devido essencialmente ao aumento do preço dos combustíveis (gasóleo para a tracção).
3. Apesar da melhoria registada no desempenho económico da Empresa, a sua situação económica e financeira continua a apresentar-se bastante desequilibrada se atendermos ao desajustamento estrutural da exploração, ao valor do Capital Próprio em -2,0 mil milhões de euros, em 31/12/2008, ao elevado nível de endividamento que atinge 3,0 mil milhões de euros, dos quais cerca de 2,8 mil

milhões de euros dizem respeito a empréstimos, responsáveis pelos elevados encargos financeiros.

4. O programa de investimentos realizado no exercício totalizou 51,4 milhões de euros (18,4 milhões de euros em 2007) e incidiu essencialmente na aquisição de material circulante (35,9 milhões de euros) e outros investimentos (12,9 milhões de euros), cujo financiamento foi efectuado sobretudo por recurso ao crédito bancário (42,8 milhões de euros). A cobertura financeira deste investimento pelo PIDDAC foi de cerca de 8 milhões de euros e por fundos comunitários por um montante inexpressivo de 534 mil euros.

## V – PARECER

Atento ao exposto, a Comissão de Fiscalização emite o seu parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas da CP referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, com a ênfase expressa na Certificação Legal das Contas, bem como a proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Gerência.

A Comissão de Fiscalização, finalmente, regista com apreço a disponibilidade manifestada não só pelos responsáveis dos diferentes Serviços mas, também, pela generalidade do pessoal desta Empresa Pública.

Lisboa, 14 de Maio de 2009

### A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

  
Dr. Issuf Ahmad, Presidente



Dr. José Luís Areal Alves da Cunha, Vogal ROC,  
Em representação da "ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS, SROC"

  
Engº Carlos Fernando Moreira de Carvalho, Vogal

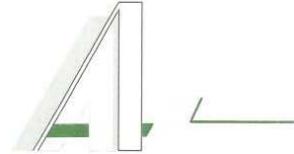
# 08

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



**ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS****Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 1.354.746.054 euros e um total de capital próprio negativo de 2.013.689.488 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 190.385.876 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

**Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

**Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

Sociedade Civil inscrita na Lista dos Revisores de Contas com o n.º 74 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM com o n.º 2699  
Rua Américo Durão, 6 - 8.º Esq. - 1900-064 LISBOA - PORTUGAL • E - mail: acad.sroc@netcabo.pt  
TEL.: 21 840 84 32 - 21 840 32 34 - FAX: 21 847 07 80 - NIPC: PT 502 289 740



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
  6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### Ênfase

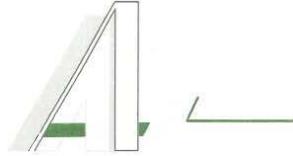
8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo sete, chamamos a atenção para a situação seguinte:
  - 8.1. Tal como está evidenciado nas demonstrações financeiras e se refere na nota 48.11. do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, o capital está perdido na sua totalidade, pelo que a continuidade da empresa está dependente da obtenção de resultados positivos no futuro e das medidas que vierem a ser adoptadas pelo Estado.

Lisboa, 13 de Maio de 2009

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS  
*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas*  
representada por José Luís Areal Alves da Cunha

## ALVES DA CUNHA, A. DIAS &amp; ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS



Exmo Accionista  
e Exmº. Conselho de Gerência  
da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.

Exmºs. Senhores,

1. Procedemos à revisão legal das contas da *CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.* (*CP*) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas com data de 13 de Maio de 2009, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.
2. De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:
  - a) Acompanhamento da gestão da Empresa, através de contactos periódicos mantidos com o Conselho de Gerência e com outros responsáveis;
  - b) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela CP e que se encontram divulgadas no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados;
  - c) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas e funções, a Demonstração dos fluxos de caixa e os respectivos Anexos, com as normas constantes do Plano Oficial de Contabilidade e com as Directrizes da Comissão de Normalização Contabilística;
  - d) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
  - e) Circularização de bancos, análise das respostas obtidas e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Empresa;



- f) Confirmação directa junto de terceiros dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise das respostas obtidas e teste dos valores evidenciados pela contabilidade;
- g) Análise aos saldos de clientes e à razoabilidade dos ajustamentos efectuados para a cobertura do risco de incobrabilidade dos mesmos;
- h) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos;
- i) Teste à aplicação do método de equivalência patrimonial nos Investimentos Financeiros;
- j) Solicitação directa a advogados e outras entidades de informações sobre litígios ou acções judiciais pendentes;
- k) Análise às situações justificativas de ajustamentos e provisões;
- l) Análise às contas do imobilizado corpóreo, incorpóreo e em curso e teste ao cálculo das amortizações;
- m) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- n) Análise dos acontecimentos subsequentes ao termo do exercício;
- o) Outros testes considerados relevantes.

3. Em consequência do trabalho efectuado, e para além dos aspectos referidos na nossa Certificação Legal das Contas datada de 13 de Maio de 2009, entendemos dever relatar e/ou recomendar o seguinte:

- a) *Outros Devedores e Clientes c/c* incluem, respectivamente, 3 milhões de euros respeitantes a afrouxamentos e diversas prestações de serviços, debitados pela CP à REFER e não reconhecidos por esta empresa pública. Em contrapartida, existem, também, valores debitados pela REFER, relativos a actividade comercial, estacionamento, manobras, tarifas suplementares e outros serviços, no montante de 9,9 milhões de euros, com IVA incluído, dos quais a CP reconheceu como *Acréscimos de custos* cerca de 8,3 milhões de euros;
- b) A CP tem direito a auferir uma contrapartida financeira pelo transporte ferroviário de militares realizado ao abrigo da Portaria n.º 471/78, de 19 de Agosto. No entanto, a falta de dotação orçamental para pagamento destas quantias por parte do Ministério da Defesa Nacional tem tornado problemática a sua recuperação pela

CP, e conduziu a que os correspondentes proveitos contabilizados no passado tivessem sido anulados e provisionados, e a partir de 2003, deixassem de ser registados. Em 2005, 2006 e 2007, a CP passou a registar estes valores como *Proveitos do exercício*, realizando ajustamentos de igual montante não considerando o IVA. Tal procedimento foi também seguido em 2008, tendo a CP registado como *Proveitos do exercício* os valores relativos ao ano em análise (3.642 milhares de euros) e realizado um ajustamento de igual montante. Em termos acumulados, a 31/12/2008 estão registados 28.638 milhares de euros em *Clientes de cobrança duvidosa* e 26.942 milhares de euros em *Ajustamentos de dívidas de terceiros* referentes a estas contrapartidas financeiras que a CP entende serem devidas pelo Ministério da Defesa Nacional (vidé nota 48.5 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados);

- c) A CP não tem um plano de desafectação a médio e longo prazo de bens de imobilizado, situação que dificulta a análise dos prazos de vida útil dos bens, pelo que recomendamos que o mesmo seja elaborado;
- d) A CP realizou um empréstimo à EMEF de 6 milhões de euros, com vista à aquisição das instalações da Amadora. Nos últimos três anos a CP ajustou todos os investimentos efectuados na EMEF, no entanto neste caso, dado que a participada solicitou um financiamento bancário para a referida aquisição e pretende proceder ao reembolso do empréstimo, a CP não realizou qualquer ajustamento;
- e) Da análise das cartas de resposta dos terceiros à circularização efectuada verificámos a existência de diversas divergências, sem impacto material, de entre as quais salientamos: (1) facturas de fornecedores c/c relativas ao exercício de 2008, somente registadas pela CP em 2009; (2) facturas de fornecedores evidenciadas pelas contas-correntes dos mesmos que não foram aceites pela CP ou que estão em processo de validação; (3) movimentos diversos de 2007 e de anos anteriores por reconciliar relativos a fornecedores e clientes;
- f) As reconciliações das contas da CP com algumas das suas participadas continuam a evidenciar diversos movimentos que não são reconhecidos pelas partes, de montantes não materiais, com antiguidade superior a um ano, situação que consideramos não satisfatória e que recomendamos seja regularizada com brevidade;
- g) Mantinha-se por ultimar o cadastro de parte das denominadas peças de parque adquiridas em anos anteriores a 1999, no montante bruto total de 9.673 milhares de



euros (montante líquido de amortizações de 1.313 milhares de euros), e incluído na conta *Outras imobilizações corpóreas*.

Lisboa, 13 de Maio de 2009



ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS  
*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas*  
representada por José Luís Areal Alves da Cunha

# 08 RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.**  
 Edifício Monumental  
 Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
 1069-006 Lisboa  
 Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
 Fax: +351 210 110 121  
 Internet: [www.kpmg.pt](http://www.kpmg.pt)

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### Introdução

**1** Examinámos as demonstrações financeiras da **CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 1.354.746.054 euros e um total de capital próprio negativo de 2.013.689.488 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 190.385.876 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

- 2** É da responsabilidade do Conselho de Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3** A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4** O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gerência, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5** O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6** Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.  
 Capital Social: 2.840.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o nº 715, fls. 178 do Livro C - 2/3



## Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que à data de 31 de Dezembro de 2008, a Empresa apresenta capitais próprios negativos no montante de 2.013.689.488 euros, tendo o Conselho de Gerência relatado esta situação no seu relatório. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual depende do suporte financeiro do detentor do capital (Estado Português), do sucesso futuro das suas operações, e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos, não incluindo qualquer ajustamento caso se venha a constatar que esta base não foi apropriada.

Lisboa, 31 de Março de 2009



**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Maria Cristina Santos Ferreira (ROC n.º 1010)



COMBOIOS DE PORTUGAL